

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**

**Corpos invisíveis: uma análise da gordofobia na agenda pública**

Alice Malta Stephan  
*Magister Scientiae*

**VIÇOSA - MINAS GERAIS**  
**2025**

**ALICE MALTA STEPHAN**

**Corpos invisíveis: uma análise da gordofobia na agenda pública**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Política Social, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Suely de F. Ramos Silveira

**VIÇOSA - MINAS GERAIS  
2025**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

S827c  
2025 Stephan, Alice Malta, 1990-  
Corpos invisíveis: uma análise da gordofobia na agenda pública / Alice Malta Stephan. – Viçosa, MG, 2025.  
1 dissertação eletrônica (155 f.): il. (algumas color.).

Inclui apêndices.

Orientador: Suely de Fátima Ramos Silveira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Serviço Social, 2025.

Referências bibliográficas: f. 137-142.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2025.453>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Obesos. 2. Discriminação contra os obesos. 3. Política pública. I. Silveira, Suely de Fátima Ramos, 1959-.

II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Política Social.

III. Título.

CDD 22. ed. 306.4613

**ALICE MALTA STEPHAN**

**Corpos invisíveis: uma análise da gordofobia na agenda pública**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Política Social, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 7 de maio de 2025.

Assentimento:

---

Alice Malta Stephan  
Autora

---

Suely de Fatima Ramos Silveira  
Orientadora

Essa dissertação foi assinada digitalmente pela autora em 11/07/2025 às 11:12:35 e pela orientadora em 11/07/2025 às 16:57:11. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **M2DJ.LIXB.QAXX** e clique no botão 'Validar documento'.

Dedico esta dissertação às minhas queridas avós Itália e Neguinha. Toda minha gratidão a elas, que não tiveram a oportunidade de estudar, mas foram minha mais preciosa fonte de sabedoria. Para sempre estarão em minhas melhores memórias.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado com o apoio das seguintes agências de pesquisa brasileiras: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Primeiramente, agradeço à minha filha Cora que me ensina, a cada dia, o verdadeiro sentido da vida.

Gostaria de expressar minha eterna gratidão à minha mãe Elizete, por ter me proporcionado o maior presente de todos: a vida. Agradeço profundamente pelo amor incondicional e por todas as vezes que precisou abdicar de suas necessidades, sonhos e tempo para se dedicar aos meus cuidados. Sou imensamente grata pela paciência e compreensão que sempre demonstrou, especialmente nos momentos mais desafiadores da minha vida. Sua resiliência, dedicação e força me inspiram diariamente.

Serei eternamente grata ao meu pai Ítalo, meu herói, meu maior exemplo de foco e determinação, que nunca mediu esforços para me proporcionar a melhor educação e as melhores oportunidades possíveis, tanto na minha trajetória profissional, quanto na vida pessoal. Não há palavras que possam expressar o meu amor e a minha gratidão.

Agradeço ao meu companheiro Átila, pelo acolhimento nos meus momentos de fragilidade, pelo apoio em cada uma das minhas decisões, tanto profissionais quanto pessoais, pela compreensão e paciência durante os períodos em que precisei me ausentar para me dedicar às demandas do mestrado.

Gratidão à minha irmã Lina, que sempre foi minha inspiração de dedicação e foco. Sua presença em minha vida é um verdadeiro presente. Serei eternamente grata pelo apoio, incentivo e amor incondicional que sempre me ofereceu.

Agradeço à minha orientadora Suely de Fátima Ramos Silveira, por ter acreditado na minha pesquisa, proporcionando-me a oportunidade inesquecível de viver a experiência da pós-graduação. Sou profundamente grata por todo conhecimento compartilhado ao longo dessa trajetória. A maneira pela qual me apresentou ao universo das Políticas Públicas, de forma tão sábia e esclarecedora, despertou em mim uma verdadeira paixão por essa área. Jamais me esquecerei do seu apoio, incentivo e dos encontros em sala de aula, sempre repletos de aprendizado e inspiração.

Serei eternamente grata ao Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica (PPGED) por ter acreditado no potencial da minha pesquisa e

por ter me concedido a oportunidade de fazer parte da Universidade Federal de Viçosa (UFV), instituição à qual também expresse profunda gratidão. Sinto-me imensamente orgulhosa por ter o PPGED e a UFV como parte da minha trajetória acadêmica e profissional.

Meu agradecimento às professoras que tive o privilégio de conhecer durante o mestrado: Suely Silveira, Rita Farias, Daniella Borges, Virgínia Carrara e Heloísa Herneck. Jamais me esquecerei da alegria que sentia em cada encontro em sala de aula, os quais eram uma verdadeira oportunidade de crescimento, principalmente pessoal. A presença dessas mulheres tão especiais em minha trajetória foi verdadeiramente inspiradora e transformadora.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), expresse profunda gratidão pelo apoio financeiro concedido e pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa.

A todos vocês, o meu muito obrigada!

Ninguém pode ser autenticamente humano enquanto impede que outros também o sejam (Paulo Freire, 1987).

## RESUMO

STEPHAN, Alice Malta, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, maio de 2025. **Corpos invisíveis: uma análise da gordofobia na agenda pública.** Orientadora: Suely de Fatima Ramos Silveira.

Os estigmas associados ao corpo gordo, na sociedade ocidental contemporânea, promovem sua exclusão por considerá-lo moralmente inadequado e, conseqüentemente, impulsionam a condição de um corpo que não merece viver em sociedade. Essa discriminação, denominada como gordofobia, representa uma ameaça à participação de indivíduos com corpos gordos nos espaços sociais e constitui uma violência que restringe o acesso aos direitos humanos fundamentais, como o direito à dignidade e à vida. Diante desse contexto, esta pesquisa teve como propósito problematizar a gordofobia, visando caracterizá-la como problema público que demanda políticas públicas específicas. Para atender a esse objetivo central, esta pesquisa foi organizada conforme as seguintes etapas: (i) revisão bibliográfica sobre a gordofobia; (ii) análise dos aspectos e desdobramentos da gordofobia, a fim de estimular uma reflexão acerca das implicações desse sistema opressor; (iii) levantamento das estratégias governamentais nacionais que têm como foco de ação a prevenção e/ou o enfrentamento da gordofobia; (iv) revisão sistemática da produção científica nacional sobre a gordofobia, visando explorar o “estado da arte”, compreender o conhecimento existente sobre a área de interesse, bem como contextualizar a pesquisa e estabelecer uma base sólida para a investigação. Esta pesquisa adotou uma abordagem de investigação qualitativa, com objetivos de caráter exploratório-descritivo. Para o desenvolvimento e alcance dos objetivos propostos, foi empregada a combinação das pesquisas bibliográfica e documental. A presente investigação partiu do pressuposto de que, embora venha ganhando destaque, tanto na produção científica quanto nas agendas governamentais, a gordofobia ainda se configura como uma pauta emergente que requer ações mais eficazes de enfrentamento. Posto isto, a pesquisa documental, que abrangeu o levantamento de estratégias governamentais nacionais com foco de ação na prevenção e/ou no enfrentamento da gordofobia, revelou que há pouco protagonismo da temática no conjunto de ações dos poderes públicos. A revisão sistemática de literatura, por sua vez, evidenciou que a academia nacional tem produzido conhecimento acerca da gordofobia, ainda que o número de pesquisas seja limitado e o ritmo do debate não seja condizente com a complexidade e relevância da temática. Por fim, os resultados desta pesquisa mostraram que existem lacunas que ainda precisam ser mais

bem exploradas, tanto do ponto de vista teórico, quanto do prático.

Palavras-chave: corpo gordo; gordofobia; discriminação; políticas públicas

## ABSTRACT

STEPHAN, Alice Malta, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, May, 2025. **Invisible bodies: an analysis of fatphobia in the public agenda.** Adviser: Suely de Fatima Ramos Silveira.

The stigmas associated with the fat body in contemporary Western society promote its exclusion by considering it morally inadequate and, consequently, promote the condition of a body that does not deserve to live in society. This discrimination, known as fatphobia, represents a threat to the participation of individuals with fat bodies in social spaces and constitutes violence that restricts access to fundamental human rights, such as the right to dignity and life. Given this context, this research aimed to problematize fatphobia, aiming to characterize it as a public problem that demands specific public policies. To meet this central objective, this research was organized according to the following steps: (i) bibliographic review on fatphobia; (ii) analysis of the aspects and consequences of fatphobia, in order to stimulate reflection on the implications of this oppressive system; (iii) survey of national government strategies that focus on preventing and/or confronting fatphobia; (iv) systematic review of national scientific production on fatphobia, aiming to explore the “state of the art”, understand the existing knowledge on the area of interest, as well as contextualize the research and establish a solid basis for investigation. This research adopted a qualitative research approach, with exploratory-descriptive objectives. In order to develop and achieve the proposed objectives, a combination of bibliographic and documentary research was used. This research was based on the assumption that, although it has been gaining prominence, both in scientific production and in government agendas, fatphobia is still an emerging issue that requires more effective actions to confront it. That said, the documentary research, which included the survey of national government strategies focused on preventing and/or confronting fatphobia, revealed that there is little prominence of the topic in the set of actions of public authorities. The systematic literature review showed that the national academy has produced knowledge about fatphobia, although the number of studies is limited and the pace of debate is not consistent with the complexity and relevance of the topic. Finally, the results of this research showed that there are gaps that still need to be better explored, both from a theoretical and practical point of view.

Keywords: fat body; fatphobia; discrimination; public policies

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1:</b> Percentual de adultos brasileiros ( $\geq 18$ anos) com “excesso de peso” (IMC $\geq 25$ kg/m <sup>2</sup> ) e “obesidade” (IMC $\geq 30$ kg/m <sup>2</sup> ) de acordo com a Pesquisa VIGITEL (2012-2023)..	21
<b>Figura 2:</b> Total de procedimentos cirúrgicos e não-cirúrgicos realizados no Brasil em 2023	28
<b>Figura 3:</b> Total de procedimentos estéticos/cosméticos realizados mundialmente	29
<b>Figura 4:</b> Modelo de Múltiplos Fluxos (Kingdon, 2003)	47
<b>Figura 5:</b> Protocolo de pesquisa	51
<b>Figura 6:</b> Fluxograma de estratégias de busca e seleção de dados baseada no método PRISMA	53
<b>Figura 7:</b> Etapas sequenciais da busca por Atividades Legislativas, apresentadas pela Câmara dos Deputados, sancionadas pelo Poder Executivo	73
<b>Figura 8:</b> Etapas sequenciais da busca por Propostas Legislativas em tramitação, apresentadas pela Câmara dos Deputados	73
<b>Figura 9:</b> Etapas sequenciais da busca por Atividades Legislativas sancionadas pelo Poder Executivo	81
<b>Figura 10:</b> Etapas sequenciais da busca por Atividades Legislativas em tramitação, apresentadas pelo Senado Federal	82
<b>Figura 11:</b> Unidades federativas, incluindo o Distrito Federal, onde a gordofobia tem sido reconhecida e abordada	90
<b>Figura 12:</b> Fluxograma PRISMA para resumir o processo de busca e triagem da literatura - SciELO	97
<b>Figura 13:</b> Fluxograma PRISMA para resumir o processo de busca e triagem da literatura - Redalyc	102
<b>Figura 14:</b> Fluxograma PRISMA para resumir o processo de busca e triagem da literatura - Catálogo de teses e dissertações da Capes	106
<b>Figura 15:</b> Nuvem de palavras dos títulos – corpus artigos científicos	111
<b>Figura 16:</b> Nuvem de palavras das “palavras-chave” – corpus artigos científicos	114
<b>Figura 17:</b> Periódicos, Qualis Periódicos e frequência de publicação entre 2014 a 2024	116
<b>Figura 18:</b> Gráfico cruzamento de variáveis – Qualis Periódico, ano e frequência de publicação	117
<b>Figura 19:</b> Gráfico representando os tipos de pesquisa do corpus “artigos científicos”	118
<b>Figura 20:</b> Relação de dissertações e teses que compõem o corpus analisado	120

<b>Figura 21:</b> Relação entre ano e frequência de publicação ao longo do período de 2014 a 2024 .....	121
<b>Figura 22:</b> Programas de Pós-graduação, em que estudos sobre gordofobia foram desenvolvidos, e suas respectivas áreas de avaliação da Capes .....	123
<b>Figura 23:</b> Gráfico representando a frequência e os tipos de pesquisa do corpus “teses e dissertações da Capes” .....	125
<b>Figura 24:</b> Nuvem de palavras dos títulos – corpus “teses e dissertações da Capes” .....	129
<b>Figura 25:</b> Nuvem de palavras dos resumos – corpus “teses e dissertações da Capes” .....	130
<b>Figura 26:</b> Nuvem de palavras das palavras-chaves – corpus “teses e dissertações da Capes” .....	130

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Resultado da busca por Propostas Legislativas em tramitação na Câmara dos Deputados aplicando o filtro de assunto “Gordofobia” .....	74
<b>Quadro 2:</b> Levantamento da “Legislação” utilizando os termos de busca “Toda a Legislação” e assunto “obeso” no portal oficial da Câmara dos Deputados (continua).....	74
<b>Quadro 3:</b> Resultado da busca por Propostas Legislativas na Câmara dos Deputados assuntos "obesidade" e "obeso" (continua) .....	76
<b>Quadro 4:</b> Levantamento de “Atividade Legislativa” utilizando os termos de busca “Legislação” e assunto “obeso” no portal oficial do Senado Federal .....	81
<b>Quadro 5:</b> Levantamento de “Atividade Legislativa” em tramitação, no portal oficial do Senado Federal, utilizando os termos de busca “Proposições” e assunto “obeso” .....	83
<b>Quadro 6:</b> Levantamento de “Atividades Legislativas” na esfera estadual (continua).....	88
<b>Quadro 7:</b> Relação dos critérios de inclusão para a base de dados SciELO .....	95
<b>Quadro 8:</b> Relação termos de busca empregados na base SciELO Brasil e número de artigos encontrados .....	96
<b>Quadro 9:</b> Relação de estudos que, após processo de seleção e triagem, foram incluídos na RSL – SciELO (continua).....	98
<b>Quadro 10:</b> Relação de artigos que, após avaliação da qualidade metodológica, permaneceram na RSL – SciELO (continua).....	99
<b>Quadro 11:</b> Estratégia de busca empregada na base Redalyc e número de artigos encontrados .....	101
<b>Quadro 12:</b> Relação de estudos que, após processo de seleção e triagem, foram incluídos na RSL – Redalyc (continua) .....	102
<b>Quadro 13:</b> Relação dos critérios de inclusão para a base de dados “Catálogo de teses e dissertações da Capes” .....	104
<b>Quadro 14:</b> Relação dos termos de busca empregados na base “Catálogo de teses e dissertações da Capes” e número de artigos respectivamente encontrados .....	104
<b>Quadro 15:</b> Relação de estudos que, após processo de seleção e triagem, foram incluídos na RSL – “Catálogo de teses e dissertações da Capes” (continua) .....	106
<b>Quadro 16:</b> Palavras que detiveram maior importância nos títulos do corpus “artigos científicos” .....	112
<b>Quadro 17:</b> Palavras que detiveram maior importância no conjunto de palavras-chave do corpus “artigos científicos” .....	114
<b>Quadro 18:</b> Relação entre frequência de estudos publicados entre 2014 a 2024 .....	121

<b>Quadro 19:</b> Relação entre a quantidade de estudos publicados para cada área de avaliação da Capes .....	122
<b>Quadro 20:</b> Palavras que detiveram maior importância nos títulos, resumos e palavras-chave do corpus “teses e dissertações da Capes” .....	129

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

**ABESO** – Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica

**CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IMC** – Índice de Massa Corporal

**IRAMUTEQ** – *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*

**ISAPS** – *International Society of Aesthetic Plastic Surgery*

**JCR** – *Journal Citation Reports*

**OMS** – Organização Mundial da Saúde

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PRISMA** – *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*

**REDALYC** – *Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal*

**RSL** – Revisão Sistemática de Literatura

**SBEM** – Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia

**SBCP** – Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica

**SciELO** – *Scientific Electronic Library Online*

**SPSS** – *Statistical Package for the Social Sciences*

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

**VIGITEL** – Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico

## APRESENTAÇÃO

Eu me chamo Alice, sou uma mulher branca e magra. Sou formada em Bacharelado Interdisciplinar em Artes e Design e em Bacharelado em Moda, ambos pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Na minha trajetória profissional, tive a oportunidade de atuar desenvolvendo produtos de Moda para um público-alvo muito específico: mulheres jovens e magras. Nas empresas em que trabalhei, a numeração dos produtos não ultrapassava o tamanho GG ou 44 – como se corpos maiores não fossem dignos de serem lembrados pela indústria da Moda. Ao longo dos 11 anos dedicados a esse mercado, sentia-me inquieta e desconfortável por estar inserida em um sistema que negligenciava a diversidade de corpos.

Esse desconforto despertou em mim o desejo de buscar novos conhecimentos para contribuir com uma abordagem mais inclusiva e representativa na Moda. Devido a esse propósito, em 2019, especializei-me em Desenvolvimento de Produto de Moda, pelo Senai Cetiqt. Durante o curso, tive a oportunidade de conduzir uma pesquisa sobre as carências e os anseios do público *plus size*. Este foi, portanto, o meu primeiro contato com o debate sobre gordofobia. Sensibilizei-me tanto pela questão que, desde então, venho dedicando minha trajetória profissional aos estudos do corpo gordo, com foco especial na luta antigordofobia.

Por diversas vezes fui questionada sobre o fato de eu, uma mulher magra, que se encaixa nos padrões estéticos estabelecidos socialmente, estar me dedicando a estudar essa temática. Ao refletir sobre a razão dessa escolha, deparei-me com um importante momento de autoquestionamento sobre por que e como essa pauta ressoa em mim. Após um processo interno de profunda reflexão, cheguei a uma resposta reveladora: reconheci em mim uma postura gordofóbica, moldada por uma estrutura sociocultural que cultivou em mim, durante toda a minha vida, o medo de engordar, assim como, a ideia de que a saúde está atrelada à magreza e que o corpo gordo é feio, repulsivo e inadequado, algo a ser evitado a todo e qualquer custo.

Esse processo de autorreflexão me ajudou a compreender o meu posicionamento dentro desse sistema opressor. Eu, Alice, uma mulher magra, reconheço que meu discurso emerge de um grupo social cujos privilégios foram historicamente construídos às custas da opressão de corpos considerados dissonantes. A conscientização desse privilégio foi, portanto, essencial para reconhecer minha responsabilidade social e assumir uma postura política diante desse sistema opressor. Entendo que, para impulsionar uma mudança cultural efetiva, os indivíduos “privilegiados”, assim como a sociedade em geral, precisam reconhecer seus papéis e engajar de forma ativa na desconstrução de estruturas discriminatórias. Assim sendo, este é o posicionamento e o compromisso que eu assumo: ser uma aliada à luta antigordofobia.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>1.1 Justificativa e relevância da pesquisa .....</b>	<b>19</b>
<b>1.2 Objetivo Geral.....</b>	<b>23</b>
<b>1.3 Objetivos específicos .....</b>	<b>23</b>
<b>2. REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>24</b>
<b>2.1 Gordofobia: um dispositivo de poder que age sobre corpos gordos .....</b>	<b>24</b>
Padrões de beleza.....	24
Estigmas associados ao corpo gordo .....	30
Discursos médicos de saúde .....	33
<b>2.2 Políticas Públicas .....</b>	<b>38</b>
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>49</b>
<b>3.1 Classificação da pesquisa .....</b>	<b>49</b>
<b>3.2 Coleta de dados .....</b>	<b>49</b>
<b>3.3 Análise dos dados .....</b>	<b>55</b>
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>59</b>
<b>4.1 Desmascarando a gordofobia: suas diversas formas de expressão .....</b>	<b>59</b>
Expressões gordofóbicas .....	59
Gordofobia laboral.....	60
Gordofobia na Moda.....	62
Gordofobia no ambiente escolar .....	64
Gordofobia médica .....	66
Gordofobia e acessibilidade.....	69
<b>4.2 Enfrentando a gordofobia: Levantamento e análise das estratégias governamentais nacionais .....</b>	<b>72</b>
<b>4.3 Entre o Estigma e a Ciência: uma revisão sistemática sobre a Gordofobia no Brasil.....</b>	<b>94</b>
<b>5. CONCLUSÕES.....</b>	<b>133</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>137</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>143</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como propósito desvelar a gordofobia, buscando revelar aspectos que a circunscrevem, como: seus pilares estruturais, suas características e suas formas de manifestação. Desse modo, pretendeu-se, além de caracterizar a gordofobia como um problema público que demanda políticas públicas específicas, estimular um novo olhar mais respeitoso e inclusivo para os corpos gordos.

Posto isto, uma valiosa perspectiva que serviu como ponto de partida para esta discussão é oferecida por Cisne (2005). Em seu livro “Feminismo e Consciência de Classe no Brasil”, faz uma crítica ao conceito de naturalização das opressões, frutos das relações de dominação e exploração – as quais servem aos interesses do sistema patriarcal-racista-capitalista. Embora sua obra seja direcionada para uma discussão acerca do feminismo e de sua intersecção entre gênero, classe e raça, ainda assim se mostrou relevante para esta pesquisa.

Conforme Cisne (2015, p.77), a cultura influencia subjetivamente a percepção das corporeidades, pois é, por meio dela, que “valores, costumes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar são reproduzidos”. No entanto, há um importante ponto destacado pela autora: a cultura está intrinsecamente permeada por ideologias que atendem aos interesses das classes dominantes. Logo, “não pode ser entendida como uma esfera abstrata, isolada das relações estruturais da sociedade que, por sua vez, compõem a base de produção da ideologia” (p.78). A cultura, como reforça a autora, é “produzida nas e pelas relações sociais” (p.77), ou seja, é um produto da dinâmica social. Essa dinâmica delinea e determina as ideologias que designam os valores e as narrativas empregadas na construção das corporeidades.

Assim considerando, entende-se que a cultura, permeada pelos interesses das classes dominantes, fomenta modelos conservadores de “se existir”, os quais são utilizados como justificativas para a reprodução das desigualdades e das opressões – que são, portanto, frutos das relações de dominação e exploração. Ademais, a referida autora destaca outro aspecto, conforme pode ser observado no seguinte trecho

A ideologia dominante, patriarcal-racista-capitalista, penetra na consciência dos indivíduos devido à naturalização das relações de dominação e exploração que a alienação produz. Essa naturalização dificulta a possibilidade de se pensar e agir de forma transformadora. Com isso, muitos indivíduos não percebem essas relações como tais [de dominação e exploração] ou, quando percebem, não acham possível alterá-las (Cisne, 2015, p.78).

Diante disso, entende-se que as opressões são estruturadas, moldadas e reforçadas por sistemas de poder, e a alienação – produto desse processo – faz com que os indivíduos inseridos nesse sistema naturalizem, incorporem e reproduzam as relações de dominação e exploração

(Cisne, 2015). É nesse contexto, permeado por ideologias de controle e dominação sobre os corpos, que a gordofobia se encontra. Essa é, portanto, a relação entre a perspectiva de Cisne (2015) com esta pesquisa. Como nos mostra a autora, a sociedade utiliza-se de ideologias “naturalizantes” para justificar as desigualdades, as opressões e as exclusões de corpos que não se enquadram nos padrões de “normalidade”. Ao criticar o conceito de “natureza” como um dispositivo ideológico, permeado por interesses das classes dominantes, a autora oferece uma importante base para compreender a gordofobia como produto de uma construção cultural, ou seja, fruto de uma dinâmica social que impõe padrões a serem seguidos, legitimando, assim, o poder sobre os corpos. Essa perspectiva corrobora a colocação de Aires (2019), afirmando que

O corpo magro foi construído culturalmente e historicamente por hierarquias que o classificam como obediente às normas de beleza, identificando-o como padrão, e de outro lado, o corpo gordo foi construído como desobediente, rebelde e desviante, o que o exclui do meio social dominante (Aires, 2019, p.29).

Sendo assim, uma vez que a gordofobia é produto de um processo histórico, social, ideológico e cultural, ou seja, as narrativas que a sustentam foram construídas; ela pode e deve ser questionada: Quais são os discursos que a sustentam? Por que a sociedade enaltece o corpo magro, que é inquestionável quanto à sua saúde e beleza e, por outro lado, marginaliza, patologiza e desmoraliza o corpo gordo? Quais interesses estão por trás dessa relação de dominação e exploração?

No contexto desta pesquisa, essa relação de dominação e exploração de corpos é representada por uma dualidade. De um lado, há a supremacia do sujeito hegemônico, aquele que é socialmente valorizado, que representa o ponto de partida para a classificação daquilo que é considerado “normal”, “natural” e “aceitável” (Jimenez, Silva, 2021) – o corpo magro. Por outro lado, há o sujeito abjeto, aquele que não corresponde à normalidade sistêmica e à expectativa social, que desafia a lógica da matriz cultural, que se encontra “fora de lugar” e, por isso, é responsável pela perturbação da ordem social (Kristeva, 1982) – o corpo gordo.

Assim, ao indivíduo com corpo gordo é atribuído um “peso social”, uma vez que não corresponde aos padrões corporais impostos pela sociedade (Pereira, 2023), logo, ele se encontra inabilitado para a aceitação social plena (Goffman, 2004). Os discursos associados a ele contribuem para a crença do “corpo errado”, que precisa ser corrigido para ter acesso à vida em sociedade. São inúmeros os contextos que comprovam essa problemática. Como aponta Aires (2019, p.27), “espaços são reduzidos, objetos são projetados para serem cada vez menos pesados [...] os lugares públicos não acolhem corpos gordos: das poltronas, roletas de ônibus e catracas de metrô às portas giratórias dos bancos, entre outros.” Essas situações expressam

algumas, dentre muitas, dificuldades que um corpo gordo enfrenta ao viver em sociedade. Como aponta Aires (2019, p.28), “a mensagem é clara: pessoas gordas precisam emagrecer para caber num mundo projetado para os magros”.

A gordofobia é, portanto, um dispositivo de poder que age sobre os corpos gordos pelo único fato de eles serem dissonantes do padrão imposto pela sociedade. Trata-se de uma opressão que não apenas promove a segregação, ao limitar o fluxo desses indivíduos no contexto social, como também propicia a condição de “não pertencimento” desses corpos perante a sociedade. Essa posição, de um corpo que “não merece ser/estar” acarreta sérios problemas de sociabilização e pode promover transtornos alimentares, psicológicos, de autoestima, entre outros. Consequentemente, essa conjuntura pode desencadear distúrbios graves, como fobia social, ansiedade, bulimia, anorexia e depressão, os quais constituem fatores de risco para o suicídio. Sendo assim, é possível afirmar que a gordofobia representa uma questão emergente que requer estratégias de enfrentamento coerentes com a complexidade da questão.

A luta contra a gordofobia se caracteriza uma questão política que tem amparo nos fundamentos da República Federativa do Brasil. O Estado tem como responsabilidade articular estratégias que atuem no enfrentamento dessa questão. Seu papel é: “assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos” (Brasil, 1988, preâmbulo). No entanto, essa responsabilidade configura-se como um complexo desafio, visto que é preciso modificar a cultura do “corpo errado” associada ao corpo gordo. Esse é um processo que requer tempo e muito esforço para que mudanças significativas possam acontecer.

### **1.1 Justificativa e relevância da pesquisa**

O Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL) é uma pesquisa conduzida pela Secretaria de Vigilância em Saúde, que integra o conjunto de ações do Ministério da Saúde. O objetivo da VIGITEL é monitorar a frequência e a distribuição dos principais determinantes de doenças crônicas não transmissíveis, em todas as capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. Por meio desse monitoramento, são coletadas informações que servem de suporte para o enfrentamento dos condicionantes de doenças, bem como para o planejamento de ações de promoção da saúde (VIGITEL Brasil, 2023).

A pesquisa VIGITEL engloba vários indicadores, incluindo os índices de prevalência do “excesso de peso” e da “obesidade”<sup>1</sup> em adultos brasileiros maiores de 18 anos. Para avaliar esses dois índices é levado em consideração o Índice de Massa Corporal (IMC) – obtido pela divisão do peso, medido em quilogramas, pela altura ao quadrado, medida em metros. Quando o IMC alcança o valor entre 25 e 29,9 kg/m<sup>2</sup> caracteriza o “excesso de peso”, ou seja, já ultrapassou o limite considerado como saudável. A “obesidade” é a condição na qual o IMC atinge ou ultrapassa o valor 30 kg/m<sup>2</sup> (VIGITEL Brasil, 2023).

De acordo com ABESO e SBEM (2023, p.4), “desde os anos 1970, quando foi adotado pela Organização Mundial da Saúde, o índice de massa corporal, ou IMC, vem sendo a forma mais utilizada para classificar a obesidade”. No entanto, ABESO e SBEM (2023) reconhecem que tal fórmula tem suas limitações, como a incapacidade de apontar a distribuição de gordura corporal, por exemplo. A seguinte situação ilustra essa limitação: duas pessoas apresentam o IMC 32 kg/m<sup>2</sup>, a primeira, de fato, possui acúmulo “excessivo” de gordura corporal e a segunda, por sua vez, possui massa muscular altamente desenvolvida devido a algum esporte, como o halterofilismo, por exemplo. Isso faz com que o peso desta seja maior do que o considerado “aceitável” para sua altura. Logo, as duas pessoas são classificadas com “obesidade” grau 1, por um índice que desconsidera composições corporais e contextos individuais distintos (ABESO, SBEM, 2023).

Nesse sentido, Arruda (2019) reitera que a utilização do IMC como parâmetro para classificar a “obesidade” tem sido objeto de muitas críticas e questionamentos, visto que, sua fórmula simplista leva em consideração apenas o cálculo peso/altura<sup>2</sup>, desconsiderando outros componentes importantes da composição corporal – tais como a proporção de água, massa muscular, densidade óssea, órgãos, entre outros componentes. Dessa forma, o IMC, por si só, não constitui um critério eficaz para determinar se um indivíduo é saudável ou doente. Nesse sentido, Paim e Kovalski (2020) ressaltam que o IMC, por utilizar apenas peso e altura como indicadores de saúde, pode categorizar inadequadamente indivíduos como saudáveis ou “obesos”, configurando assim, um instrumento classificatório de normalidade/anormalidade.

Como pode ser observado no trecho

A partir do IMC é possível identificar o quanto o indivíduo se afasta do padrão de normalidade – já que normal é ter o corpo magro –, tendo no biológico o elemento

---

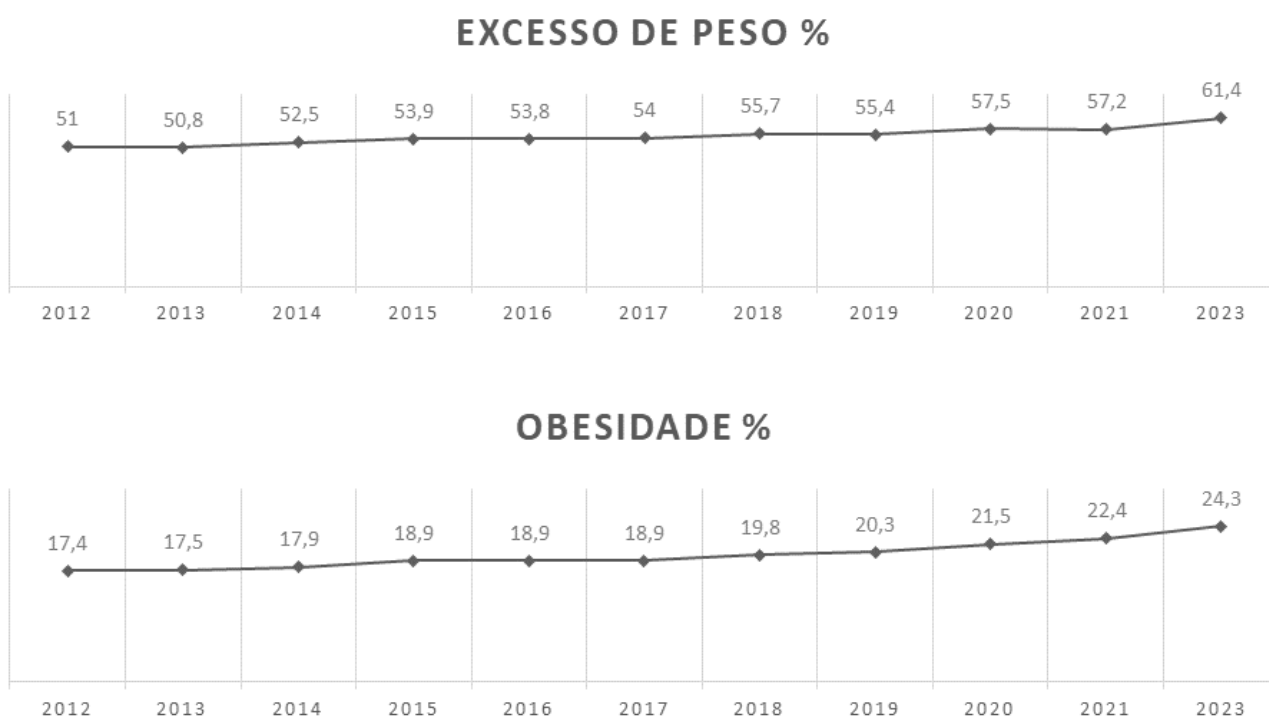
<sup>1</sup> Os termos “excesso de peso”, “sobrepeso”, “obeso” e “obesidade” são apresentados entre aspas como forma de sinalizar uma postura crítica diante da suposta neutralidade dessas expressões. A partir da discussão fomentada na presente pesquisa, entende-se que tais categorias, amplamente empregadas para patologizar corpos gordos, não são termos médicos neutros, mas sim culturalmente construídos, logo, não são isentos de narrativas ideológicas e valores estigmatizantes.

essencial para definir o que seria um desvio da normalidade. Assim, anormal é ter o corpo gordo (Paim, Kovaleski, 2020, p.4).

Embora questionado, o IMC é uma fórmula amplamente reconhecida e adotada pelos órgãos de saúde para avaliar o estado nutricional dos indivíduos, sendo reconhecido como um sistema padrão global para diagnóstico da “obesidade” em seus variados graus (Arruda, 2019). A utilização desse índice se aplica à pesquisa VIGITEL, como mencionado anteriormente, para classificar o “excesso de peso” e a “obesidade”.

Com base nos dados das pesquisas VIGITEL, foi elaborado um gráfico (Figura1) que ilustra a evolução das taxas de prevalência de “excesso de peso” e de “obesidade” em adultos brasileiros no período entre 2012 a 2023<sup>2</sup>.

**Figura 1:** Percentual de adultos brasileiros ( $\geq 18$  anos) com “excesso de peso” ( $\text{IMC} \geq 25 \text{ kg/m}^2$ ) e “obesidade” ( $\text{IMC} \geq 30 \text{ kg/m}^2$ ) de acordo com a Pesquisa VIGITEL (2012-2023)



**Fonte:** gráfico desenvolvido pela autora a partir da análise de dados das Pesquisas VIGITEL

A partir da Figura1, pode-se observar que a pesquisa VIGITEL 2023 constatou que 61,4% dos adultos brasileiros apresentavam “excesso de peso”, enquanto 24,3% foram classificados como “obesos”. Esses números revelam, portanto, que uma proporção substancial da população brasileira se encontra distante do “padrão de normalidade”, conforme destacado por Paim e

<sup>2</sup> Os dados da pesquisa VIGITEL 2022 não estão inclusos no intervalo analisado, uma vez que, de forma excepcional, a pesquisa não foi publicada nesse ano.

Kovaleski (2020). Além disso, é possível observar uma tendência de crescimento das taxas de prevalência de “excesso de peso” e de “obesidade” ao longo do período analisado.

Os dados provenientes da pesquisa VIGITEL também serviram de base para um estudo conduzido por Estivaleti *et al.* (2022), no qual foi elaborada uma projeção temporal dessas taxas até o ano de 2030. A partir desse estudo, os autores estimaram que a prevalência do “excesso de peso” poderá atingir 68,1%, enquanto as taxas relacionadas à prevalência da “obesidade” poderão alcançar 29,6% da população adulta brasileira até 2030. Essa projeção corrobora a tendência de crescimento observada na Figura 1.

Logo, esse cenário evidencia que uma parcela expressiva da população brasileira se encontra vulnerável e sujeita a vivenciar as diversas formas de violência resultantes da gordofobia. Estas que são extremamente prejudiciais à qualidade de vida e que representam obstáculos para o alcance da saúde – conceito que vai além da ausência de doenças e enfermidades, abrangendo o equilíbrio emocional, a estabilidade mental, o bem-estar físico e social como um todo (Brasil, 2021). Além disso, de acordo com as estimativas delineadas por Estivaleti *et al.* (2022), essa situação tende a se agravar, o que significa que mais pessoas estarão expostas à gordofobia, delineando, assim, um cenário emergente.

Dada a complexidade dessa conjuntura, surgiram as seguintes questões norteadoras desta pesquisa: A gordofobia tem sido reconhecida como problema público e abordada com a devida seriedade pelas autoridades públicas? Como essa temática tem sido tratada no contexto da agenda governamental brasileira? Existem ações políticas empreendidas pelo Estado que atuam no âmbito dessa questão? Se sim, quais são as diretrizes que definem essas ações?

Considerando os aspectos apresentados, esta pesquisa teve como propósito problematizar a gordofobia e estimular uma reflexão acerca das implicações desse sistema opressor. Ademais, este estudo buscou fornecer subsídios teóricos para promover uma maior conscientização sobre a importância de as autoridades públicas reconhecerem a gordofobia como um problema público relevante e passível de intervenções específicas – por meio de medidas de prevenção e/ou de enfrentamento.

Para ampliar e fortalecer o debate público, bem como expandir a conscientização da sociedade sobre os estigmas associados aos corpos gordos e suas consequências são necessários estudos sobre a gordofobia. Fomentar esses debates pode contribuir para o meio acadêmico, inspirando outras produções de conhecimento, uma vez que são inúmeras as possibilidades de abordagem; para o meio social, incentivando a construção de novas narrativas a respeito das corporalidades gordas. Além disso, pode incentivar a proposição de políticas públicas que

atendam às necessidades e aos direitos daqueles cujos corpos são, paradoxalmente, “grandes” e invisíveis aos olhos da sociedade.

## **1.2 Objetivo Geral**

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar as manifestações sociais, institucionais e científicas da gordofobia no Brasil, com o intuito de compreender sua constituição como problema público e os desafios para sua inclusão na agenda de políticas públicas.

## **1.3 Objetivos específicos**

A partir do objetivo geral, foi possível definir os objetivos específicos, foram eles:

**OE1:** Mapear e descrever as diferentes formas de manifestação da gordofobia em contextos sociais e institucionais;

**OE2:** Analisar as estratégias governamentais adotadas para a prevenção e o enfrentamento da gordofobia, com foco na identificação de sua inserção na agenda de políticas públicas nacionais;

**OE3:** Investigar como a gordofobia tem sido abordada na produção científica brasileira, identificando enfoques teóricos, metodológicos e lacunas de pesquisa.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 Gordofobia: um dispositivo de poder que age sobre corpos gordos

Conforme Jimenez, Arruda e Silva (2022), a gordofobia é um aspecto da cultura ocidental contemporânea – esta que impõe padrões de beleza e de saúde baseados em uma suposta normalidade corporal. Esses parâmetros deslegitimam os corpos gordos, promovem sua patologização, desmoralização e segregação nos diversos contextos sociais. Nesse sentido, Raposo (2022) ressalta que

O corpo gordo é indisciplinar [...] está fora, desse modo, dos padrões sociais e estéticos impostos por uma matriz de normatividade corporal, que regula corporalidades e comportamentos, como também produz tanto o corpo tido como normal quanto seus exteriores constitutivos: o corpo normal em oposição ao corpo anormal/monstruoso (Raposo, 2022, p. 10).

A gordofobia é, portanto, uma forma de discriminação direcionada a indivíduos com corpos gordos pelo único fato de eles serem dissonantes do padrão imposto pela sociedade. Como aponta Jimenez, Arruda e Silva (2022, p.38), gordofobia é um “preconceito sustentado por saberes que identificam corporalidades gordas como doentes, sem levar em consideração suas subjetividades, histórias, culturas”. Diante disso, surge um questionamento: O que são esses “saberes”? São os discursos que amparam culturalmente a gordofobia e que desempenham um papel crucial na validação desse sistema opressor.

Logo, para uma compreensão mais aprofundada da gordofobia, é fundamental analisar esses “saberes”, ou seja, as narrativas e ideologias que a fundamentam. Portanto, esta pesquisa dedicou-se a investigar os seguintes aspectos: os padrões de beleza, os estigmas associados ao corpo gordo e os discursos médicos de saúde – que constituem pilares estruturais responsáveis pela manutenção e reprodução da gordofobia.

#### **Padrões de beleza**

O que são os padrões de beleza? Resumidamente, são um conjunto de características relacionadas à aparência física, consideradas como ideais de beleza a serem alcançados. Existem alguns caminhos que podem ser tomados para se explorar esse assunto com mais profundidade, no entanto, há um ponto primordial que precisa ser destacado: o conceito de beleza não é universal, tampouco imutável, como nos lembra Wolf (2021). Mas o que isso significa exatamente? Que os critérios de beleza não são absolutos, ou seja, variam de acordo com o contexto no qual estão inseridos; assim como não são estáticos, isto é, mudam conforme o passar do tempo. Como aponta Souza (2019, p.72), “a concepção do que seja um corpo

esteticamente belo é sempre uma construção cultural”, assim, os padrões de beleza são, na verdade, produtos de um processo influenciado por uma série de variáveis, como o contexto histórico, econômico, político e social.

Nesse sentido, Souza (2019, p.80) ressalta que “a experiência do corpo é sempre modificada pela experiência da cultura [...] o corpo é sempre provisório”. Diante disso, entende-se que, para elaborar uma discussão sobre os padrões de beleza, é imprescindível destacar o papel que a cultura exerce na formação desses ideais, visto que são intrinsecamente relacionados. Como destaca Souza (2019)

Desde os primórdios da existência humana, o corpo foi fabricado através da heterogeneidade cultural. Ou seja, sujeito e seu corpo sempre foram constituídos conforme as ideologias de cada período e de cada cultura. Os padrões estéticos consensualmente adotados pela cultura sempre dizem respeito à cosmologia vivida num dado período sócio-histórico. A atuação social sobre os sujeitos e seus corpos e a forma de vê-los e de conceituá-los é a grande marca da cultura sobre a materialidade humana. Podemos “ler” a história de um povo e de sua época através da constituição dos sujeitos e pela caracterização dos corpos interseccionados pelas culturas e pelas classes sociais (Souza, 2019, pp.79-80).

A partir dessa perspectiva, Goldenberg (2010, p.23) destaca que “o corpo é a imagem da sociedade”. Sendo assim, para analisar “o corpo” da sociedade ocidental contemporânea é essencial considerar todo o seu contexto – que é complexo, multifacetado e influenciado por uma série de fatores. Posto isto, cabe questionar: quais acontecimentos históricos, sociais, culturais e políticos influenciaram a disseminação de valores e ideais, na sociedade ocidental contemporânea, que contribuíram para a ascensão do corpo magro como padrão e, por outro lado, do corpo gordo como desviante e patológico?

São muitos os fatores que contribuíram para esse cenário. No entanto, Aires (2019) destaca a modernidade, o modelo capitalista instaurado desde então e, conseqüentemente, o desenvolvimento da sociedade de consumo como as principais origens da ascensão do corpo magro como padrão em todo o mundo ocidental. Além disso, a autora identifica outras mudanças culturais que emergiram nesse contexto e que também influenciaram significativamente o ideal de magreza ao longo do século XX. Dentre as quais, destacam-se a disseminação da cultura norte-americana no período pós-Segunda Guerra Mundial e, conseqüentemente, a difusão dos padrões de beleza americanos para além de suas fronteiras. Diante disso, Aires (2019) apresenta uma relevante reflexão

É interessante perceber como a sociedade de consumo americana se desenvolvia no século XX, ao mesmo tempo que promovia o consumo como uma forma de acesso à liberdade e aos prazeres culturais, também recriminava o consumo em excesso, identificando como um atestado da incapacidade de o indivíduo ser disciplinado e

manter o autocontrole. O corpo gordo se torna um emblema das preocupações a respeito do excesso de desejo e de consumo [...] provavelmente, essas visões negativas sobre o corpo gordo auxiliaram na apreciação do corpo magro e na construção dos indivíduos magros como superiores (Aires, 2019, p.55).

Outro elemento determinante para o emagrecimento dos corpos, como destacado por Aires (2019), foi a conquista das mulheres ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, a mudança de seu papel social. Segundo a autora, o corpo gordo, que outrora era considerado o padrão reprodutivo ideal, estava associado às condições anteriores – e restritas – da mulher na sociedade: de esposa e reprodutora. Logo, já não condizia mais com todas as transformações trazidas pela vida moderna e, assim, precisava ser emagrecido, já que “ter um corpo magro oferecia às mulheres agilidade, liberdade e modernidade” (Aires, 2019, p.58). Por fim, a autora destaca a publicidade como peça determinante nesse processo, como pode ser observado no trecho abaixo:

As indústrias de consumo e a publicidade logo encontraram uma forma de capitalizar sobre o desejo de obter o corpo magro, oferecendo especialmente às mulheres fórmulas, produtos e serviços, ou seja, um extenso circuito de consumo para lhes proporcionar o “estilo de vida saudável e magro”. O problema dessa associação que foi se desenvolvendo entre modernidade e corpo magro é que foi usada como argumento para estigmatizar o corpo gordo. Este passou a ser visto como incapaz de lidar com a vida moderna. Conseqüentemente, o corpo gordo torna-se inadequado, remetendo a um corpo primitivo, não civilizado e inferior (Aires, 2019, p.90).

Todos esses fatores são muito complexos, logo, demandam análises mais aprofundadas. No entanto, por escolha de percurso investigativo, optou-se por não os explorar detalhadamente. O ponto principal a ser compreendido para o desenvolvimento desta pesquisa é que “o corpo” da sociedade ocidental contemporânea foi moldado por uma série de acontecimentos históricos, sociais e culturais que contribuíram para a instauração do corpo magro como o padrão de beleza ideal a ser alcançado.

Goldenberg (2010), em sua obra intitulada “O corpo como capital: gênero, sexualidade e moda na cultura brasileira”, apresenta uma análise que complementa essa discussão. Apesar de a autora se concentrar na cultura brasileira contemporânea, suas contribuições permitem compreender o papel que o corpo assume em um contexto mais amplo, como no da cultura ocidental contemporânea.

Conforme a autora, na cultura brasileira contemporânea, em que a aparência física é muito valorizada, determinado modelo de corpo é considerado um valor, uma riqueza. Nesse contexto, o corpo funciona como um importante capital físico, simbólico, econômico e social, ou seja, como um recurso valioso de poder, distinção e superioridade. Goldenberg (2010) identifica quais são esses modelos de corpos impostos pela sociedade que devem ser valorizados, imitados

e prestigiados: os corpos jovens, malhados, produzidos, manipulados, conquistados, por meio de sacrifícios e investimentos financeiros, sem marcas indesejáveis e sem excessos.

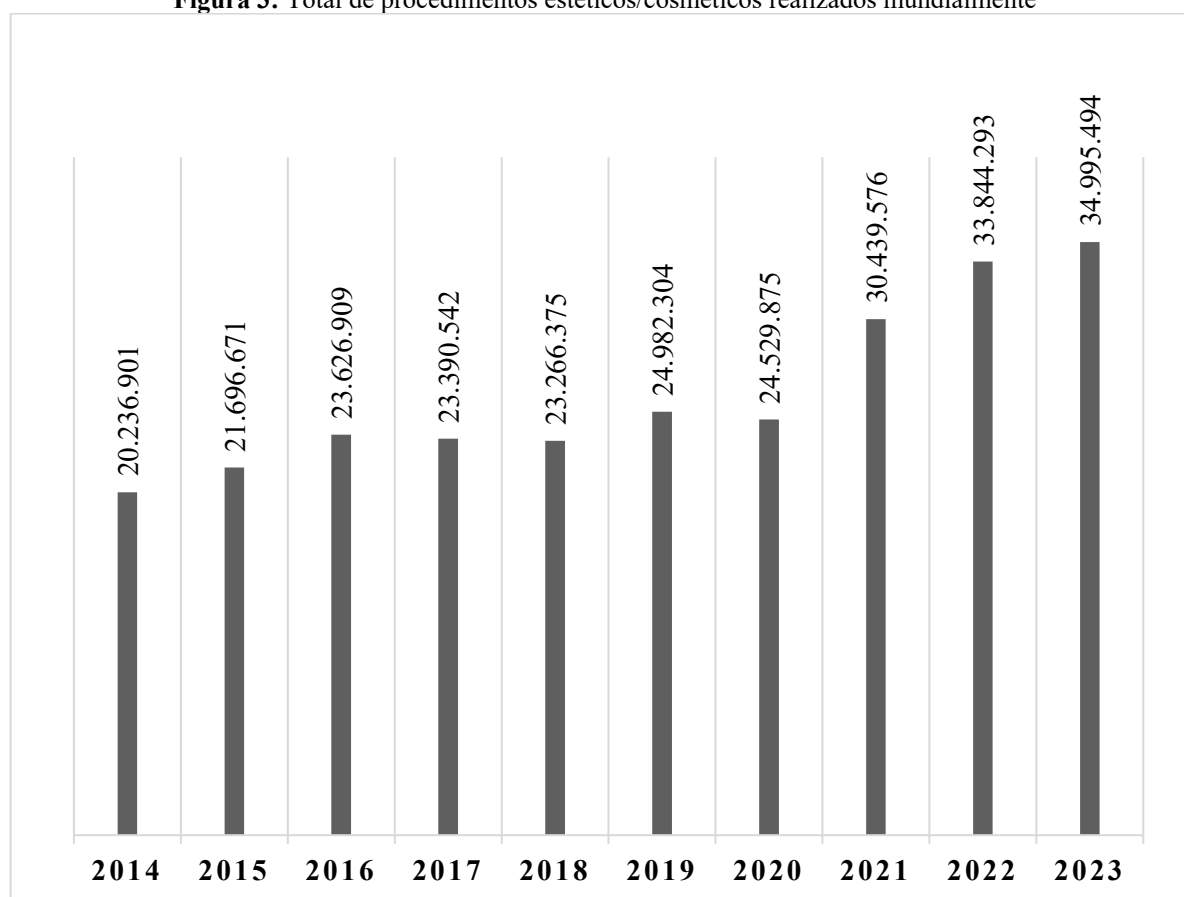
Por conseguinte, a autora revela que diante de um contexto no qual o corpo “em boa forma” é considerado uma riqueza que distingue como superior àquele que o possui, os cuidados com a aparência e a preocupação em conquistar esse determinado modelo de corpo se tornaram, talvez, os mais importantes marcos desta época. Goldenberg (2010) ressalta que as pessoas realmente acreditam que estão em seus corpos as chances de se conquistar uma existência mais próspera e feliz. Como destacado pela referida autora no trecho

Mulheres e homens, que cultivam seus corpos, apostando em modelos inalcançáveis de beleza e forma física na luta contra a dor do envelhecimento e da invisibilidade social; adolescentes, e adultos, que investem na aparência, percebida, em muitos casos, como uma dimensão essencial de sua identidade (individual e grupal), visando ser reconhecidos como parte de um grupo, se destacar na cena social, ser valorizados ou apenas amados [...] todos parecem estar convictos do caminho tomado na busca pela felicidade, apesar de o roteiro social da felicidade ser orientado quase sempre por mapas contraditórios ou falsas pistas (Goldenberg, 2010, p.27).

A Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica Estética (*International Society of Aesthetic Plastic Surgery – ISAPS*) realiza anualmente a “Pesquisa Global sobre Procedimentos Estéticos/Cosméticos”, que corrobora a perspectiva de Goldenberg (2010). O mais recente relatório divulgado revelou que foram realizados, em 2023, o total de 34.995.494 procedimentos em todo o mundo – esse número abrange intervenções cirúrgicas e não cirúrgicas. Dentre os países analisados, os Estados Unidos lideraram com o maior número de procedimentos realizados, totalizando 6.196.701, seguidos pelo Brasil, que registrou o total de 3.381.551 procedimentos em 2023 (ISAPS, 2024).

Ao analisar mais detalhadamente os dados referentes ao Brasil, verifica-se que este foi o país que mais realizou procedimentos cirúrgicos em 2023. Mais precisamente, foram 2.185.038, dos quais, destacam-se lipoaspiração, mamoplastia de aumento, cirurgia de pálpebras, gluteoplastia de aumento e abdominoplastia, como os mais comuns. No âmbito dos procedimentos não-cirúrgicos, o país registrou o total de 1.196.513, dos quais, destacam-se os injetáveis de toxina botulínica e ácido hialurônico, como os mais populares. Como pode ser observado na Figura 2.



**Figura 3:** Total de procedimentos estéticos/cosméticos realizados mundialmente

**Fonte:** Gráfico realizado pela autora com base nos relatórios divulgados pela ISAPS referentes ao período de 2014 a 2023.

Essa conjuntura, como nos lembra Goldenberg (2010), é fortemente influenciada pela supervalorização da aparência na cultura ocidental contemporânea. As narrativas construídas culturalmente acerca das corporalidades promovem uma insatisfação contínua com a autoimagem, estimulam o desejo incessante de mudar a aparência e, assim, transformam o corpo em um produto que necessita constantemente de melhorias. Nesse sentido, as intervenções cirúrgicas e os procedimentos estéticos não-cirúrgicos funcionam como importantes investimentos para o alcance de um corpo tido como o ideal, conforme os padrões estéticos estabelecidos socialmente. Nesse sentido, Jimenez (2022) ressalta

O corpo, no mundo contemporâneo, é entendido como figuração social, é a partir dele que juízos de valores são emitidos. Esse corpo deve ser arquitetado, construído, plasmando sua forma, encobrindo suas fragilidades e seu envelhecimento. Assim, nosso corpo é um investimento a ser edificado numa melhor aparência possível (Jimenez, 2022, p.79).

É importante destacar que essa busca pelo alcance do “corpo perfeito” adoece a sociedade como um todo. Afinal, todos os corpos são afetados por um discurso da beleza que não leva em consideração as diversidades. As pessoas investem tempo e dinheiro para conquistar a aparência

perfeita. No entanto, essa aparência perfeita não passa de uma utopia, visto que é impossível de ser alcançada na realidade. Como explica Jimenez (2022), são inúmeros os quesitos a serem conquistados na busca pela construção de um corpo considerado perfeito. Nesse sentido a autora acrescenta

Parece que nosso corpo nunca chegará a ser aceito e aplaudido, já que nunca estará à altura da padronização do corpo belo e saudável concebido pela sociedade capitalista contemporânea. São tantas exigências que é impossível ter uma beleza que passe pelo termômetro social sem precisar seguir o que é imposto como belo, saudável e alegre. Ficar satisfeito com o próprio corpo passa a ser praticamente infactível. Não lograr essa conquista é estar fora dessa padronização, o que acaba levando a uma cobrança social pelo não encaixe no tipo de corpo considerado culturalmente o “melhor” (Jimenez, 2022, p.21).

Como mencionado, a pressão estética afeta a todos, porém, o impacto sobre indivíduos gordos é significativamente maior, já que seus corpos são percebidos como o extremo do espectro da beleza. Os padrões de beleza idealizam determinado tipo de corpo e marginalizam aqueles que destoam do que é entendido socialmente como belo e aceitável – os corpos gordos. Sendo assim, os padrões de beleza representam um importante e complexo pilar estrutural da gordofobia.

### **Estigmas associados ao corpo gordo**

Os estigmas associados ao corpo gordo contribuem para a crença do corpo errado que precisa ser corrigido para ter acesso à vida em sociedade. No entanto, antes de abordá-los, é importante compreender a essência desse conceito. Afinal, o que é estigma? Se fosse preciso escolher uma única frase que definisse o seu aspecto central, talvez esta pudesse ser uma boa escolha: “a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena” (Goffman, 2004, p.4). Contudo, para uma compreensão mais clara e abrangente, foram resgatadas as principais contribuições de Goffman (2004) a respeito desse conceito.

De acordo com o autor, “os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas” (Goffman, 2004, p.5), ou seja, a sociedade categoriza pessoas com base em características que são consideradas comuns e naturais. Logo, essa identidade social pré-estabelecida é transformada em expectativas normativas – as quais são quebradas diante de um estranho, cujos atributos não correspondem às exigências sociais. Nesse sentido, o autor argumenta que

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser – incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída.

Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem (Goffman, 2004, p.6).

Frente ao que se apresenta, pode-se definir estigma como um termo utilizado para referenciar atributos que, por serem discrepantes das normas e exigências sociais, tornam-se profundamente depreciativos e indesejáveis. Um indivíduo estigmatizado é, portanto, aquele que não tem a capacidade de cumprir com o que lhe é exigido socialmente e, por isso, não é considerado suficientemente humano (Goffman, 2004). Quando a discrepância entre a identidade social e a identidade real de um indivíduo – o estigma – é imediatamente perceptível na interação face a face, este passa a ser uma pessoa desacreditada, portadora de um “eu precário, sujeito ao insulto e ao descrédito” (Goffman, 2004, p.115).

Na perspectiva de Goffman (2004), existem três tipos diferentes de estigma. Em primeiro lugar, o autor destaca aqueles relacionados às culpas de caráter individual, como vontade fraca, crenças falsas e rígidas, desonestidade, distúrbios mentais, vícios, entre outras. Posteriormente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião. Por fim, há aqueles atrelados às marcas do corpo, como as abominações e deformidades físicas – o estigma mais relevante para o escopo desta pesquisa.

Diante do exposto, é possível fazer algumas considerações. Os indivíduos com corpos gordos não preenchem os requisitos sociais de “normalidade”, como já mencionado e, por isso, encontram-se na condição de estigmatizados. Por serem “portadores” dos estigmas associados às abominações e deformidades físicas – características imediatamente evidentes na interação face a face – são percebidos socialmente como pessoas desacreditadas. Esses indivíduos, como são frequentemente expostos a ciclos de restrições sociais, acabam por internalizar o status de “eu precário”, comprometendo, assim, a forma com que lidam com as inúmeras situações de discriminação e preconceito. Compreender o conceito de estigma permite, portanto, contextualizar a gordofobia, uma vez que, os estigmas associados ao corpo gordo representam um dos pilares estruturais desse sistema opressor.

Entende-se, então, que a estigmatização do corpo gordo é resultado de um processo sociocultural que, como aponta Aires (2019), designa valores e narrativas às corporeidades, atribuindo ao corpo magro a condição de obediente às normas socialmente impostas; enquanto ao corpo gordo, a condição de dissonante, desobediente e errado. Nesse sentido, Jimenez (2022) aponta que

O corpo que está fora do que é entendido socialmente como normal será, portanto, colocado à parte, excluído, já que não corresponde aos atributos e estereótipos

considerados naturais, comuns e saudáveis pelo discurso que normatiza o que é belo e feio, atrativo e repulsivo, saudável e doente (Jimenez, 2022, p.98).

Nesse contexto, a gordura se configura como um marcador social para determinar a saúde e o valor dos indivíduos, influenciando diretamente a sua aceitação social (Sellmer, 2022). Mattos e Luz (2009, p. 490) ressaltam que “a grande quantidade de gordura no corpo torna-se, portanto, um estigma, uma marca social e moral indesejável que desqualifica os sujeitos devido à não adequação aos padrões vigentes de aparência física”, ou seja, a gordura torna-se sinônimo de falência moral. Os autores reiteram

A gordura corporal representa, portanto, a sujeira [...] a sujeira (gordura) ofende a ordem social vigente e eliminá-la é um esforço para organizar o ambiente. A gordura como impureza não pode ser incluída no corpo do sujeito para manter o padrão hegemônico do corpo ‘sarado’. Nos processos de difusão dos padrões de beleza atuais, a gordura é reconhecida como algo fora do lugar, como uma ameaça à ordem (Mattos, Luz, 2009, p. 495).

Essa narrativa reforça a ideia de que a gordura é algo a ser evitado, e a magreza é o ideal a ser alcançado. Conforme Sellmer (2022, p. 1), “o padrão estético pautado na saúde diz que o corpo magro é o saudável e aceitável”, sendo assim, aqueles que não atendem aos padrões normativos são rotulados como doentes e insalubres. Logo, a saúde torna-se, assim, cada vez mais, submetida à aparência física (Mattos e Luz, 2009) – o que leva à patologização do corpo gordo. Sobre esse conceito, Carneiro (2022, p. 3) coloca que “é o entendimento de que toda pessoa gorda é, somente com base em sua aparência, doente”.

Além da associação patológica, são diversas as características atribuídas socialmente ao corpo gordo. Indesejável, inaceitável, dissonante, negligente, monstruoso, desumano, errado, desobediente, rebelde, anormal, repulsivo, estragado, fraco, insalubre, entre tantas outras que, como mencionado, contribuem para a crença do “corpo errado”, o qual precisa ser modificado para ter acesso à vida em sociedade. Esses atributos são coletivamente naturalizados e transformados em estereótipos sociais<sup>3</sup> que, por sua vez, acabam sendo reproduzidos pelos

---

<sup>3</sup> Conforme Krüger (2004), os estereótipos sociais podem ser definidos como crença coletivamente compartilhada sobre características ou traços psicológicos, morais ou físicos atribuídos a um determinado grupo social. O autor destaca que os estereótipos sociais exercem influência significativa sobre condutas e comportamentos nas interações sociais e, quando associados a sentimentos negativos, como de rejeição, por exemplo, têm como efeito o preconceito social, cujo produto imediato é a discriminação. Sobre discriminação, o autor enfatiza que é essencialmente uma forma de relacionamento, avaliação e atendimento comparativamente desigual, injusta e desfavorável, proporcionada a um indivíduo ou a uma coletividade. Embora possa ser praticada por pessoas, em sua individualidade, a discriminação social tende a alcançar o status de norma social implícita e a se tornar uma prática institucionalizada.

discursos de poder, como os discursos médicos de saúde – outro pilar estrutural responsável pela validação e manutenção da gordofobia.

### **Discursos médicos de saúde**

Até o momento, foi possível compreender como se deu o processo de construção cultural do corpo gordo na sociedade ocidental contemporânea. Como mencionado, as narrativas que recaem sobre esse corpo são reproduzidas e reforçadas pelos discursos médicos de saúde. Estes representam um importante pilar estrutural da gordofobia, e as ideologias que os sustentam são, talvez, as mais complexas de serem questionadas – visto que são respaldadas por conhecimentos considerados unânimes e incontestáveis. Diante desse contexto, surge um questionamento: O que impulsionou os discursos médicos de saúde a conferirem um caráter patológico ao corpo gordo? Esse é o ponto de partida para esta discussão.

De acordo com Aires (2019), muitos fatores desencadearam o processo de patologização da gordura no Ocidente, no entanto, o desenvolvimento da medicina representa um elemento decisivo nesse contexto. A autora ressalta que desde a década de 1920 – quando se intensificou a imposição do corpo magro e, por outro lado, a estigmatização do corpo gordo – a gordura, progressivamente, passou a ser encarada como uma doença. Conseqüentemente, o corpo gordo passou a ser identificado como portador de uma patologia: a “obesidade”.

Desde então, intensificou-se a prescrição de tratamentos médicos para a “obesidade”, cujo risco justificava toda e qualquer ação empreendida no propósito de um estilo de vida magro e saudável, já que a gordura representava uma das principais ameaças para a saúde (Aires, 2019). Logo, essa retórica da “obesidade”, como mencionado pela autora, foi intensamente reafirmada e reproduzida por campanhas de saúde pública e por profissionais da área. Como pode ser observado no trecho

No final do século XX, emergem nos circuitos médicos e de saúde pública preocupações com a obesidade nos países ocidentais. A mídia mundial passou a divulgar intensamente notícias e entrevistas realizadas com médicos e demais profissionais de saúde, abordando o aumento do número de pessoas classificadas com sobrepeso e obesidade, de acordo com o índice de massa corporal (IMC), e alertando sobre o risco de esses indivíduos desenvolverem uma série de doenças, bem como o de morrerem prematuramente (Aires, 2019, p.47).

Os discursos médicos foram, assim, responsáveis por legitimar uma narrativa na qual o emagrecimento representava o recurso para obtenção de saúde e vitalidade (Aires, 2019). É nesse sentido que Aires (2019) aponta a medicina como um elemento decisivo no processo de estigmatização e patologização da gordura. Ademais, há outro elemento destacado pela autora,

o qual também exerceu um papel fundamental na disseminação desses discursos: a mídia. Nesse sentido, Jimenez (2022) ressalta que a mídia utilizou as estatísticas de “sobrepeso” e “obesidade” para desencadear uma avalanche alarmista e sensacionalista do discurso epidêmico da “obesidade”.

O sociólogo e antropólogo Jean-Pierre Poulain, em sua obra intitulada “Sociologia da Obesidade” (2013), apresenta uma análise detalhada sobre a evolução do estatuto epistemológico da “obesidade”. Conforme o autor, a “obesidade” sempre desafiou a medicina, no entanto, suas “representações sociais são marcadas pela ambivalência” (Poulain, 2013, p.126). Até certo período, era considerada um problema estético e moral, no qual “o obeso era visto como um glutão antissocial, incapaz de dominar seu apetite – não somente um gordo, mas também um ser ‘moralmente grosseiro’” (Poulain, 2013, p.127). Foi em meados do século XX, quando virou objeto de ampla argumentação sanitária, que a “obesidade” passou a ser reconhecida como uma patologia e, conseqüentemente, como uma questão de saúde pública.

De acordo com Poulain (2013), um dos fatores determinantes nesse processo foi a institucionalização da temática, a qual se deu pelo estabelecimento de associações e entidades compostas por pesquisadores, médicos e especialistas da área da saúde, como a *National Obesity Society* (1949) e a *Association for the Study of Obesity* (1966); pela criação de revistas científicas, como a *International Journal of Obesity*, *Obesity Research e Obesity and Metabolism*; pela realização de congressos e conferências, cujo objetivo era discutir sobre o tema e promover a ideia de que a “obesidade” era um grave e preocupante problema médico. Nesse contexto, Poulain (2013) acrescenta que, no final da década de 1990, um fator responsável por acelerar o processo de institucionalização da “obesidade” foi a publicação, por parte da Organização Mundial da Saúde (OMS), de inúmeros relatórios que foram amplamente midiáticos.

O autor menciona um relatório em específico, publicado pela OMS em 1997, cujo título alarmante “Obesidade: Prevenção e gestão da epidemia global” introduziu a designação da “obesidade” como uma epidemia. Desde então, essa retórica da “obesidade”, enquanto uma doença perigosa e pandêmica, passou a ocupar uma posição de destaque, tanto midiática quanto política. Nesse sentido, o autor ressalta que “a robustez das estatísticas e a epidemia de teses alarmistas contribuíram para fazer com que a obesidade saísse do âmbito dos laboratórios, dos hospitais, do universo da medicina e se tornasse uma questão de saúde pública, uma questão coletiva e política” (Poulain, 2013, p.176).

Diante desse cenário há, portanto, outro ponto que precisa ser destacado: a utilização do termo “epidemia” contribuiu para o surgimento do conceito de “combate à obesidade”, este, por sua vez, favoreceu a estigmatização e a perseguição aos “obesos”, que se tornaram alvos a serem combatidos (Rigo, Santolin, 2012) – situação que persiste desde então.

Nesse contexto, Paim e Kovalski (2020) ressaltam que a maneira como os discursos médicos são disseminados acaba por reproduzir a gordofobia, que é justificada pela preocupação com a saúde. Esse direcionamento pode ser observado na cartilha da campanha “Manifesto Obesidade: Cuidar de todas as Formas”, realizada pela ABESO<sup>4</sup>.

O excesso de peso deve ser encarado como uma doença por todos os médicos. O enfrentamento da obesidade, cuidando de todas as formas, com orientações para mudanças no estilo de vida, ajustes na alimentação, prescrição de atividade física e, se necessário, a indicação de tratamento farmacológico é um dever de todos os profissionais de saúde. Assim, a Associação Médica Brasileira deve considerar que esse é um problema para o qual todos os médicos, desde aqueles que atuam na atenção básica, devem se preparar para cuidar (ABESO, 2021, p. 7).

Esse trecho da cartilha suscita algumas reflexões. Dentre elas, destaca-se a associação generalizada de que todo corpo gordo é um corpo doente, conforme explicitado na frase “o excesso de peso deve ser encarado como uma doença por todos os médicos”. Essa visão impulsiona a patologização do corpo gordo, reforça estereótipos sociais negativos, bem como estimula o preconceito e a discriminação de indivíduos, cujos corpos destoam dos padrões impostos socialmente. Ademais, essa concepção generalizada de que todo corpo gordo é doente pode estimular uma abordagem simplista, na qual a perda de peso é o objetivo supremo para o alcance da saúde e, conseqüentemente, pode negligenciar outros aspectos importantes.

Outra questão que pode ser observada a partir do referido excerto é a ênfase na superação individual. Para compreender melhor esse aspecto, faz-se necessário refletir sobre a proposta da campanha “Manifesto Obesidade: Cuidar de todas as Formas” (ABESO, 2021), cujo objetivo é ampliar o conhecimento sobre o excesso de peso e a obesidade, visando proporcionar orientações abrangentes para que médicos de diversas áreas possam atuar de maneira eficaz no tratamento dessas condições. O papel dos profissionais de saúde consiste em “diagnosticar a doença” e fornecer suporte para que o “paciente” realize as mudanças de hábitos, como ajustes na alimentação, prática de atividade física ou mudanças no estilo de vida. Logo, é possível perceber como o “combate à obesidade” está muito associado a uma mudança de

---

<sup>4</sup>A ABESO – Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica – é uma associação multidisciplinar, sem fins lucrativos, que reúne profissionais de diversas áreas da saúde, cujo foco é produzir e disseminar conhecimento científico sobre obesidade, síndrome metabólica e transtornos alimentares. Conforme declarado no site institucional, a ABESO tem como missão difundir o conhecimento de que a obesidade é uma doença complexa que precisa ser prevenida, diagnosticada e tratada.

comportamento individual. Nesse sentido, Paim e Kovaleski (2020) apresentam a seguinte reflexão

A saúde pública, progressivamente, tem se restringido ao âmbito das mudanças comportamentais individuais. Isso quer dizer que a saúde retira sua responsabilidade de intervenção sobre o processo saúde-doença, ao concentrar suas ações no fomento da autovigilância, ou vulgarmente “se cuidar”, que reforça essa concepção individualista da saúde, determinada pela superação pessoal. Porém, nem todos poderão ser bem-sucedidos, visto que o poder econômico é determinante para adquirir um estilo de vida saudável (Paim, Kovaleski, 2020, p.7).

Diante desse cenário, a construção do corpo “saudável” torna-se, portanto, responsabilidade individualizada do sujeito, uma vez que “ele mesmo deve se vigiar e controlar seu comportamento, a fim de evitar constrangimentos morais e sociais” (Mattos, Luz, 2009, p. 495). Paim e Kovaleski (2020) apresentam uma reflexão que complementa essa perspectiva. De acordo com os autores, grande parte do conhecimento científico propaga soluções simplistas para fenômenos tão complexos e multifatoriais como o “sobrepeso” e a “obesidade”, adotando uma abordagem reducionista, patologizante e direcionada ao âmbito biológico e comportamental. Os autores reiteram que esse enfoque pode ser observado no tratamento empregado por profissionais de saúde ao julgarem “indivíduos saudáveis como responsáveis e aqueles que adoecem como irresponsáveis” (Paim, Kovaleski, 2020, p.4).

Logo, é preciso refletir: seria justo exigir uma mudança comportamental de indivíduos que, muitas vezes, têm seu acesso limitado aos cuidados com a saúde? No site institucional do Ministério da Saúde, há uma página dedicada a responder a seguinte pergunta: O que significa ter saúde? Como resposta a esse questionamento, foram listados os principais elementos que contribuem para uma vida mais saudável. Dentre eles, destacam-se a adoção de hábitos alimentares saudáveis, a prática de atividades físicas e o estabelecimento de um convívio social como estratégia de manutenção da saúde mental (Ministério da Saúde, 2021). Diante disso, é válida a reflexão sobre cada um desses elementos.

Primeiramente, no que se refere à adoção de hábitos alimentares saudáveis, seria pertinente afirmar que essa é uma realidade para todos? De acordo com os dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2024), a resposta para essa pergunta é não. No Brasil, 27,6% dos domicílios particulares se encontravam em situação de insegurança alimentar <sup>5</sup> em 2023 (IBGE, 2024), ou seja, com restrição de acesso pleno e regular a alimentos

---

<sup>5</sup> Conforme descrito no Art. 3º da lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, “a segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”.

seguros, nutritivos e saudáveis. Adicionalmente, os dados apontaram que há uma relação entre baixos rendimentos e maior incidência de insegurança alimentar. Diante disso, entende-se que a vulnerabilidade econômica limita o acesso a uma alimentação mais equilibrada e saudável. Nesse sentido, Paim e Kovaleski (2020, p.7) declaram que “a maioria das pessoas não escolhe o estilo de vida que leva, porque possui condições socioeconômicas desfavoráveis”. O seguinte trecho corrobora essa perspectiva

Indivíduos de nível socioeconômico mais baixo podem encontrar dificuldades em adquirir alimentos in natura e minimamente processados. Em contrapartida, alimentos ultraprocessados acabam sendo escolhidos mais frequentemente por serem cada vez mais baratos, resultando em padrões dietéticos menos saudáveis (Brasil, 2024).

Posteriormente, no que se refere à prática de atividades físicas, alguns aspectos precisam ser considerados. As academias de ginástica, por exemplo, possuem estrutura física adequada para acolher corpos de diferentes tamanhos? Muitos desses estabelecimentos possuem catracas logo na entrada, que representam o primeiro obstáculo para corpos gordos acessarem esses espaços. Ademais, conforme Mattos e Luz (2009), é muito comum que esses indivíduos se sintam deslocados e inferiorizados nesses ambientes, que nem sempre são acolhedores.

Além disso, outro aspecto determinante nesse contexto é invisibilidade mercadológica: A carência de produtos ofertados pelo mercado da Moda também dificulta a prática de atividades físicas. Como ressaltado por Büttner e Strehlau (2022), o público gordo é frequentemente negligenciado por esse mercado e precisa lidar com a dificuldade de encontrar vestuário para situações corriqueiras, como trabalho, estudo e lazer. Sendo assim, é ainda mais desafiador encontrar roupas para situações específicas, tais como para a prática de atividades físicas. Diante desse cenário, fica o questionamento: Como uma pessoa gorda consegue praticar atividades físicas se não tem fácil acesso a um elemento tão simples, como um vestuário adequado para esse fim? Os discursos de superação individual, como “basta querer”, “quem quer dá um jeito” desconsideram todo esse contexto de discriminação e desigualdade de acessos.

Por fim, estabelecer um convívio social como estratégia de manutenção da saúde mental nem sempre é uma opção para pessoas gordas. Pereira (2023) destaca que a maneira como esses indivíduos são reconhecidos e tratados socialmente interfere negativamente em sua saúde psicológica. O isolamento social torna-se, portanto, um mecanismo de defesa adotado por pessoas gordas que, frequentemente, são alvos de violências verbais, apelidos depreciativos, atitudes preconceituosas e comportamentos discriminatórios (Pereira, 2023).

De modo a concluir, um ponto importante que precisa ser levado em consideração é que a sociedade exige que esses indivíduos sejam saudáveis – e magros – no entanto, não proporciona um contexto social facilitador e propício para o alcance desse “ideal”.

A concepção individualista de saúde, que enfatiza o autocuidado e o automonitoramento, reforça outro aspecto característico da gordofobia: a culpabilização do indivíduo gordo, “que além de doente, é moralmente responsável pela sua condição” (Vaz, Sanchotene, Santos, 2018, p. 101), ou seja, ele é causador de seus próprios problemas. Conforme observado no trecho

Aqueles com um corpo visto como indesejável ou inaceitável são culpados por sua aparência física, indicando que eles não estão “escolhendo” se envolver em práticas que são consideradas benéficas, ou estão escolhendo os métodos “errados” para produzir o seu corpo individual, tomado como um projeto de si (Aires, 2019, p.52).

Posto isto, há um elemento a se considerar: a ideologia neoliberal que está por trás desse discurso. De acordo com Aires (2019), na lógica da ideologia neoliberal, o corpo é uma questão de escolhas e o indivíduo, por sua vez, é o principal agente de sua própria saúde. Conforme descrito pela referida autora

O neoliberalismo trabalha com a suposição de que as escolhas são autônomas e racionais. O sujeito neoliberal é presumivelmente racional e age sem influência indevida. Como tal, o neoliberalismo está intimamente ligado à responsabilidade pessoal, se os indivíduos são capazes de fazer suas próprias escolhas, de maneira autônoma e racional, eles também devem lidar com as consequências delas. Isso inclui quaisquer escolhas que eles façam sobre seus corpos (Aires, 2019, p.50).

Nessa perspectiva, a autora acrescenta que aqueles que fracassam no projeto de promoção de seu próprio bem-estar social precisam encarar as consequências das escolhas erradas que empreenderam sobre seus corpos e sua saúde. Logo, rotulados socialmente como fracassados, irresponsáveis e incontroláveis, esses sujeitos acabam sendo estigmatizados e excluídos das sociabilidades e dos espaços dominantes (Aires, 2019).

Diante das discussões acima fomentadas, entende-se que os discursos atribuídos ao corpo gordo são alicerçados por ideologias que promovem modelos conservadores de controle sobre as corporalidades. Logo, esses discursos desempenham um papel crucial na validação e na perpetuação da gordofobia na sociedade ocidental contemporânea.

## **2.2 Políticas Públicas**

Considerando as reflexões fomentadas até o momento, entende-se que a gordofobia é uma questão muito complexa, que afeta profundamente a saúde, o bem-estar físico e social de pessoas gordas. Por isso, caracteriza-se como um problema público que demanda políticas públicas específicas. Porém, a gordofobia tem sido reconhecida e abordada com a devida

importância pelas autoridades públicas? Essa pergunta será respondida posteriormente, mas antes, foi pertinente explorar alguns conceitos e fundamentos teóricos relacionados a essa temática.

Para isso, recorreu-se à literatura especializada de estudos de políticas públicas. Primeiramente, foram resgatadas as contribuições de Secchi (2011) para compreender a definição do termo “política pública”. Conforme o autor, esse conceito está relacionado à tentativa de enfrentamento e resolução de um problema entendido como coletivamente relevante, ou seja, um problema público. Um aspecto interessante a se observar é a abordagem multicêntrica, adotada por Secchi (2011), quanto ao protagonismo no estabelecimento de políticas públicas. Isso implica que o autor, apesar de reconhecer a centralidade e a força legítima do Estado, considera que atores não estatais também exercem influência na elaboração de políticas públicas. Essa é, portanto, a abordagem adotada nesta reflexão – esse conceito será melhor explorado mais adiante.

Por conseguinte, a partir da perspectiva de Secchi (2011, p.4), “o que define se uma política é ou não pública é a sua intenção de responder a um problema público, e não se o tomador de decisão tem personalidade jurídica estatal ou não estatal”. Nesse sentido, o autor reforça que “são os contornos da definição de um problema público que dão à política o adjetivo de “pública” (Secchi, 2011, p.4). Entende-se, então, que o processo de definição do problema público é essencial nesse contexto. Diante disso, surgem alguns questionamentos: Como esse processo acontece na prática? Como uma questão adquire o status de problema público suficientemente relevante e apto a integrar o conjunto de ações dos poderes públicos? Quais fatores caracterizam e influenciam essa transição? Secchi (2011) oferece uma resposta as essas perguntas, que permite iniciar esta discussão

Para um problema ser considerado “público”, este deve ter implicações para uma quantidade ou qualidade notável de pessoas. Em síntese, um problema só se torna público quando os atores políticos intersubjetivamente o consideram como problema (situação inadequada) e público (relevante para a coletividade) (Secchi, 201, p. 7).

Subirats (2006) apresenta uma análise que complementa o entendimento desse conceito. Conforme o autor, uma questão apenas recebe atenção das autoridades públicas se for reconhecida como suficientemente relevante e, somente nesse contexto, torna-se apta a integrar o conjunto de ações dos poderes públicos, adquirindo assim, o status de problema público. No entanto, esse não é um processo simples. O processo de estruturação, definição e atuação sobre um problema é complexo e depende de uma série de fatores, como a subjetividade do analista, por exemplo. Nesse sentido, o autor ressalta que “os problemas são artificiais, no sentido de

que respondem a uma decisão voluntária para que existam e sejam resolvidos. Os problemas não têm vida própria à parte dos indivíduos ou grupos que os definem” (Subirats, 2006, p. 201, tradução nossa).

Os problemas são, portanto, basicamente uma construção analítica, como nos explica Subirats (2006), ou seja, uma questão problemática precisa ser objetivamente identificada, definida, classificada, explicada e avaliada para que receba o status de problema público e assim, desencadeie ações dos poderes públicos. Esse é um dos aspectos mais importantes no processo de atuação da administração pública, visto que construções erradas de um problema podem ter como consequência soluções ruins, ou até mesmo a falta de ação por parte das autoridades competentes (Subirats, 2006).

O autor reitera que a construção de um problema está diretamente relacionada ao processo de tomada de decisão, no qual os atores envolvidos decidem que uma situação é um problema público e o estruturam como tal. Subirats (2006) explica esse conceito por meio de uma analogia, comparando o problema público a um labirinto, onde existem caminhos corretos e errados para se chegar ao destino final: o “prêmio” ou o “beco sem saída”. Diante disso, a construção correta do labirinto – do problema – é o ponto primordial para que determinados comportamentos e atitudes sejam adotados. Essa analogia sugere que, se o problema for devidamente identificado, definido e construído, pode alcançar o “prêmio”, ou seja, ser reconhecido como público e desencadear ações dos tomadores de decisão.

De acordo com Subirats (2006), existem alguns fatores e características que contribuem para o reconhecimento de uma determinada situação como uma questão política de competência das autoridades públicas. Conforme o autor, essas características incluem as seguintes situações: se o número de pessoas afetadas é significativo; se o problema alcança proporções de crise; se a questão apresenta perspectivas evidentes de agravamento no futuro; se o tema adquire importância global, ou se ganha destaque na mídia e notoriedade pública. No entanto, esses atributos não garantem a politização de um problema, tampouco seu acesso às agendas de ação pública (Subirats, 2006).

Esse processo, como mencionado anteriormente, é muito complexo e influenciado por uma série de fatores. Conforme Subirats (2006), há outro elemento determinante no processo de tomada de decisão: a limitação de recursos econômicos, legislativos, financeiros, humanos, entre outros, enfrentada pelos poderes públicos. Essas restrições, como nos explica o autor, demandam que prioridades sejam estabelecidas durante o processo de formação das agendas governamentais. Isso justifica por que determinados problemas recebem o status de públicos e,

assim, são inseridos no conjunto de ações políticas em detrimento de outros, que são sistematicamente omissos do debate público.

Além da escassez de recursos, há outro elemento que influencia tal processo: a disputa por atenção. Conforme ressaltado por Capella e Brasil (2022, p. 11), “em qualquer instituição, inclusive nos governos, a capacidade de identificação, reconhecimento e atuação sobre problemas não é ilimitada”. Isso implica que os problemas disputam por atenção. Esta, portanto, também representa um recurso escasso e, conseqüentemente, valioso no processo decisório político (Capella, 2018). Conforme discutido pela referida autora

As questões competem pela atenção dos servidores públicos, dos políticos, dos cidadãos. Nesse processo, algumas questões são priorizadas, ou seja, alçadas ao topo da hierarquia de importância, enquanto outras assumem a condição de menor relevância (Capella, 2018, p. 31).

Diante disso, entende-se que é crucial estruturar e definir corretamente um problema, de modo que ele chame a atenção dos tomadores de decisões. Essa importante etapa, como nos lembra Capella (2018), exerce um significativo impacto sobre todo o processo posterior de produção e formalização de uma política pública. A autora reitera que “a forma como o problema é compreendido pelos atores políticos e a maneira pela qual ele é definido, na fase da agenda, orientará todo o debate que permeará as escolhas no processo decisório e influenciará as ações nos momentos de implementação e avaliação” (Capella, 2018, p.9).

Estamos, portanto, diante de outro aspecto fundamental para o entendimento da formulação de políticas públicas: a formação da agenda que, de acordo com Capella (2018, p.33), é o “processo pelo qual as questões passam a concentrar atenção de atores relevantes à produção de políticas públicas”. Um ponto destacado pela autora é que esse processo não é estático; muito pelo contrário, é caracterizado por uma fluidez, na qual as questões se movem em um contínuo mecanismo de hierarquização – a hierarquia de importância, mencionada anteriormente.

Diante do exposto, entende-se que a hierarquia de importância é estabelecida, no processo decisório, devido a vários aspectos. Além da escassez de recursos, existem outras variáveis que podem determiná-la, como a ideologia política ou até mesmo o interesse dos poderes públicos em lidar com alguma questão ou não. No jogo político, marcado por um complexo processo de disputa por atenção, a hierarquia de importância é responsável por estruturar e organizar a agenda pública, logo, representa o elemento central para compreensão desse conceito (Capella, 2018).

Para ampliar o entendimento do processo de formação da agenda, recorreu-se às contribuições de Kingdon (2003). O autor apresenta importantes fundamentos teóricos que enriquecem toda a discussão fomentada até o momento; dentre os quais, destaca-se o conceito de agenda decisória, um subconjunto da agenda governamental. Conforme Kingdon (2003), há uma importante diferenciação entre essas duas agendas. A agenda governamental pode ser definida como um conjunto de assuntos ou problemas aos quais o governo e pessoas externas associadas a ele concentram sua atenção num determinado momento. A agenda decisória, por sua vez, contempla questões que estão prontas para uma decisão ativa, por parte dos tomadores de decisões, ou seja, prontas para tornarem-se políticas públicas.

O autor ressalta que vários fatores influenciam a dinâmica das agendas. Para explicar esse processo, Kingdon (2003) desenvolveu um modelo teórico, denominado Modelo de Múltiplos Fluxos, que permite compreender não somente as mudanças que ocorrem nas agendas, mas todo o jogo político que envolve a formulação e a implementação de políticas públicas. De acordo com o Modelo de Múltiplos Fluxos, o processo de tomada de decisões, no setor público, é marcado pela convergência entre três fluxos decisórios, relativamente independentes: o fluxo dos problemas, o fluxo das soluções ou alternativas e o fluxo político.

No fluxo dos problemas, Kingdon (2003) analisa como questões despertam a atenção dos tomadores de decisão e são reconhecidas como problemas passíveis de ação. Esse processo ocorre por meio de três mecanismos: indicadores; eventos, crises ou símbolos; *feedback*. Sobre o primeiro, o autor aponta que

Com certa frequência, problemas chamam a atenção dos tomadores de decisão governamentais não por meio de alguma pressão política ou manipulação perceptual, mas porque algum indicador mais ou menos sistemático simplesmente mostra que há um problema. Esses indicadores são abundantes no mundo político, pois tanto agências governamentais quanto não governamentais monitoram rotineiramente várias atividades e eventos: mortes nas rodovias, taxas de doenças, taxas de imunização, preços ao consumidor, número de passageiros em transportes públicos e intermunicipais, custos de programas de assistência, taxas de mortalidade infantil, entre outros (Kingdon, 2003, p. 90, tradução nossa).

Os indicadores, como nos explica o autor, podem revelar a magnitude de um problema, bem como a necessidade de atenção e atuação governamental. No entanto, os “indicadores não são simplesmente um reconhecimento direto dos fatos” (Kingdon, 2003, p.94, tradução nossa), isso implica que a resposta a um problema é questão de interpretação, na qual os tomadores de decisão avaliam, contextualizam, interpretam os dados e, por fim, reconhecem a realidade como um problema público. Posteriormente, sobre o mecanismo “eventos, crises ou símbolos”, o autor apresenta a seguinte perspectiva:

Os problemas geralmente não são auto evidentes pelos indicadores. Eles precisam de um pequeno empurrão para chamar a atenção das pessoas dentro e ao redor do governo. Esse empurrão é, às vezes, proporcionado por um evento de grande magnitude, como uma crise ou desastre que chama a atenção para o problema, por um símbolo poderoso que ganha destaque, ou pela experiência pessoal de um formulador de políticas (Kingdon, 2003, p. 95, tradução nossa).

Dessa forma, entende-se que, embora os indicadores apontem para a existência de um problema, eles não são capazes de, por si só, tornarem uma questão reconhecível para todos. Quando acompanhados de eventos de grande magnitude, como crises ou desastres, os problemas podem chamar a atenção, no jogo político, e tornar-se dignos de ação. Há outro elemento que também exerce influência nesse processo: as experiências pessoais dos formuladores de políticas. Estas, como nos explica Kingdon (2003), são ocasionalmente importantes, embora não sejam os motores principais que impulsionam as decisões, podem exercer certa influência no processo decisório e no status das agendas.

Por fim, o terceiro e último mecanismo é o *feedback*. Kingdon (2003) o descreve como um fluxo de informações referentes aos gastos, custos, cumprimento de metas, desempenho, reclamações de cidadãos ou de servidores públicos sobre a operação de programas e políticas existentes. Por meio do *feedback*, é possível identificar problemas que surgiram como resultado da promulgação de um programa; consequências não previstas que devem ser remediadas; bem como áreas de melhorias. Além disso, por meio desse mecanismo, é possível levantar sérias questões sobre a possibilidade de o programa ser ou não continuado. Posto isto, o *feedback* é um mecanismo essencial para entender como os problemas são percebidos e tratados, bem como para promover ajustes necessários nos programas e políticas com base em dados reais (Kingdon, 2003).

No entanto, como nos explica Kingdon (2003), esses três mecanismos – indicadores; eventos, crises ou símbolos; e *feedback* – por si só, não possuem o potencial de transformar automaticamente uma condição inadequada em um problema público, que necessita de intervenção. Nesse sentido, Kingdon (2003, p.114, tradução nossa) ressalta que “de modo geral, nem toda condição é vista como um problema. Para que uma condição seja considerada um problema, as pessoas precisam se convencer de que algo deve ser feito para mudá-la”. Como abordado, há dois importantes elementos nesse processo: a percepção e interpretação do problema – o que corrobora as perspectivas de Subirats (2006) e Capella (2018) de que os problemas são construídos pelos atores políticos.

Posteriormente, no segundo fluxo, Kingdon (2003) nos explica que as alternativas e soluções para problemas são geradas dentro da comunidade de especialistas, composta por um

grupo diversificado de profissionais, como pesquisadores, funcionários do Congresso, funcionários públicos, acadêmicos, analistas de grupos de interesse, entre outros. Conforme o autor, as alternativas e soluções flutuam dentro dessa comunidade, por meio de variadas atividades como: interações casuais, artigos publicados, audiências públicas, propostas legislativas, entre tantas outras. No entanto, esse processo de promoção de ideias é complexo e geralmente muito demorado. Kingdon (2003) ilustra esse processo por meio da seguinte metáfora

Gerar alternativas e propostas nesta comunidade se assemelha a um processo de seleção natural biológica. Assim como as moléculas flutuavam no que os biólogos chamam de “sopa primitiva” antes que a vida surgisse, as ideias flutuam nessas comunidades. Muitas ideias são possíveis, assim como muitas moléculas seriam possíveis. As ideias se tornam proeminentes e depois desaparecem. Há um longo processo de “amaciamento”: ideias são lançadas, projetos de lei são apresentados, discursos são feitos; propostas são redigidas, depois alteradas em resposta à reação e lançadas novamente. As ideias se confrontam (assim como as moléculas colidem umas com as outras) e se combinam de várias maneiras. A “sopa” muda não apenas pelo aparecimento de elementos totalmente novos, mas ainda mais pela recombinação de elementos previamente existentes. Enquanto muitas ideias flutuam nesta sopa primitiva política, as que duram, como em um sistema de seleção natural, atendem a alguns critérios. Algumas ideias sobrevivem e prosperam; algumas propostas são levadas mais a sério do que outras (Kingdon, 2003, pp.116-117, tradução nossa).

Essa metáfora sugere que, no campo das políticas públicas, as ideias – alternativas e soluções para problemas – passam por um processo de evolução e seleção extremamente competitivo, no qual um grande número de iniciativas de políticas é reduzido a uma pequena lista de propostas seriamente consideradas. Por conseguinte, Kingdon (2003) apresenta alguns critérios e características que aumentam as chances de “sobrevivência” de uma ideia: viabilidade técnica; compatibilidade de valores com a comunidade de especialistas; custos toleráveis; capacidade de antecipação de restrições futuras, como as orçamentárias por exemplo; aquiescência pública; e, por fim, a receptividade entre os tomadores de decisão. Um ponto ressaltado pelo autor é que as propostas que não atendem a esses critérios, provavelmente, não são consideradas como sérias e viáveis no processo decisório. Por outro lado, aquelas que satisfazem a esses critérios têm maiores chances de “sobreviverem” e de avançarem no jogo político.

Por fim, o terceiro e último fluxo descrito por Kingdon (2003) é o fluxo político. Este, como nos explica o autor, é composto por três elementos principais, que exercem efeito poderoso nas agendas: o clima ou humor nacional, as forças políticas organizadas e as mudanças no governo.

De acordo com Kingdon (2003), o clima ou humor nacional é descrito como uma corrente de pensamento ou sentimento predominante, ou seja, o senso comum sobre determinado tema

em um dado momento. De forma mais objetiva, pode ser definido como a maneira pela qual as pessoas – das comunidades políticas e dos grupos influentes envolvidos na formulação de políticas públicas – reagem sobre questões específicas. O autor ressalta que esse elemento exerce um forte impacto no rumo das políticas públicas, visto que possui o potencial de promover ou impedir o acesso de questões às agendas políticas. Sendo assim, o clima ou humor nacional tem consequências políticas importantes devido a sua capacidade de criar ou não um “solo fértil” para mudanças nas agendas. Outro ponto destacado é que oscilações, no clima nacional, são inevitáveis, assim como um pêndulo que ora está para um lado, ora para outro. Essa perspectiva pode ser observada no trecho

Uma mudança no clima, de acordo com pessoas que estão ativamente envolvidas na formulação ou na influência de políticas públicas, torna algumas propostas viáveis que antes não seriam viáveis, enquanto outras propostas tornam-se simplesmente inviáveis. Os defensores das propostas recém tornadas viáveis encontram uma audiência receptiva e uma oportunidade para promover suas ideias. Os defensores das propostas consideradas inviáveis precisam se adaptar à situação desfavorável, apresentar suas ideias para consideração tanto quanto possível nas circunstâncias e esperar que o humor mude novamente a seu favor (Kingdon, 2003, p.149, tradução nossa).

Em sequência, o segundo elemento do fluxo político é descrito por Kingdon (2003) como as forças políticas organizadas. Esse elemento se refere aos grupos – partidos políticos, grupos de interesse, movimentos sociais, sindicatos, organizações não governamentais, entre outros – que denotam poder de mobilização e de pressão capazes de influenciar decisões políticas e de moldar as agendas. O trecho a seguir exemplifica a perspectiva do autor

Se pessoas importantes olham ao redor e descobrem que todos os grupos de interesse e forças organizadas apontam na mesma direção, todo o ambiente lhes proporciona um forte impulso para seguir nessa direção. No entanto, se houver algum conflito entre as forças organizadas, os líderes políticos implicitamente chegam a uma imagem de seu ambiente que busca um equilíbrio entre aqueles a favor e aqueles contra uma determinada proposta, ou entre a favor e contra a emergência de um item para ganhar destaque na agenda. A percepção de que o equilíbrio de apoio está se inclinando contra uma proposta pode não necessariamente impedir que esse item seja seriamente considerado, mas indica o preço que será pago por tentar avançar com a ideia. Por outro lado, o apoio a um item permite que ele seja promovido, e pode ser, em alguns casos, o único responsável por sua ascensão ao destaque na agenda, como na expressão: “A roda que range é a que recebe o óleo” (Kingdon, 2003, p.150, tradução nossa).

Por fim, o último componente do fluxo político, conforme descrito por Kingdon (2003), envolve as mudanças no governo, as quais englobam situações como mudanças de administração, rotatividade no Congresso, alterações na liderança de órgãos e empresas públicas, estabelecimento de limites jurisdicionais, por exemplo. Esses elementos, como explica o autor, possuem a capacidade de alterar consideravelmente as agendas.

Até o momento, foram analisados e detalhados, separadamente, os três elementos que compõem o Modelo de Múltiplos Fluxos – o fluxo dos problemas, o fluxo das soluções ou alternativas e o fluxo político. Como mencionado, esses fluxos são relativamente independentes, visto que cada um possui suas próprias características e dinâmicas. No entanto, há um momento específico no jogo político de convergência entre eles, denominado por Kingdon (2003) como “janela de oportunidade”.

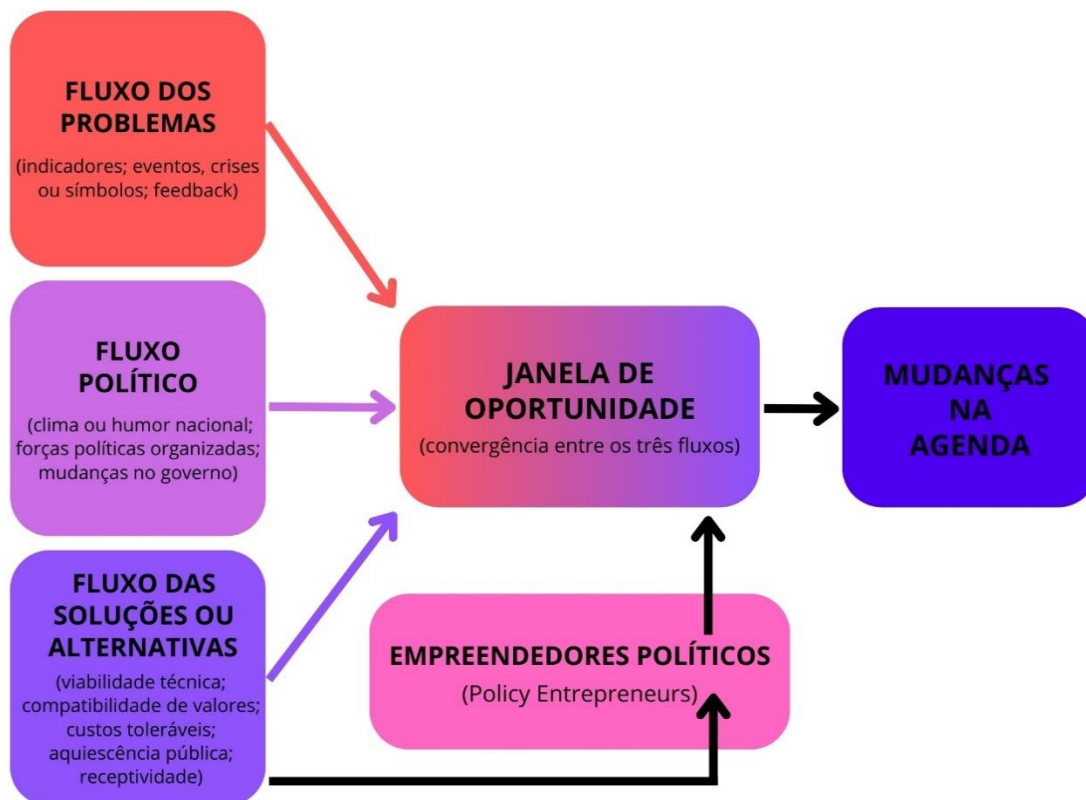
O autor descreve esse momento da seguinte maneira: “um problema é reconhecido, uma solução é desenvolvida e disponibilizada na comunidade política e uma mudança no governo torna o momento propício para alterações na política” (Kingdon, 2003, p.165, tradução nossa). Esse é, portanto, o momento ideal para que os empreendedores de políticas apresentem suas propostas. Entretanto, como ressalta Kingdon (2003), nem sempre a abertura da janela de oportunidades é previsível, assim, os empreendedores de políticas precisam estar sempre preparados para não deixar que oportunidades escapem.

Um ponto destacado por Kingdon (2003) é o papel fundamental que os empreendedores de políticas desempenham, sem os quais a convergência entre os três fluxos pode não ocorrer. O autor os descreve da seguinte maneira

Esses empreendedores não são necessariamente encontrados em um único local da comunidade política. Eles podem estar dentro ou fora do governo, em cargos eleitos ou nomeados, em grupos de interesse ou organizações de pesquisa. Mas sua característica definidora, assim como um empreendedor de negócios, é a disposição de investir seus recursos – tempo, energia, reputação e, às vezes, dinheiro – na esperança de um retorno futuro. Esse retorno pode vir na forma de políticas que eles aprovam, de satisfação pela participação ou até mesmo engrandecimento pessoal, na forma de segurança no emprego ou promoção na carreira (Kingdon, 2003, p.122, tradução nossa).

Outro aspecto ressaltado por Kingdon (2003) é o conjunto de qualidades, dos empreendedores de políticas, que permite sucesso no processo decisório. Dentre as quais destacam-se: experiência; capacidade de falar pelos outros; posição de autoridade no processo de tomada de decisão; combinação entre conhecimento técnico e político; habilidade de negociação e de convencimento e, por fim, a persistência que “por si só não é suficiente, mas em combinação com outras qualidades, é extremamente importante” (Kingdon, 2003, p. 181, tradução nossa). A Figura 4 ilustra o Modelo de Múltiplos Fluxos, destacando seus elementos principais.

**Figura 4:** Modelo de Múltiplos Fluxos (Kingdon, 2003)



Fonte: Desenvolvido pela autora, adaptado de Capella (2018)

Além dos empreendedores de política, Kingdon (2003) destaca a influência que outros atores exercem na definição das agendas, governamental e decisória. Conforme o autor, esses atores podem estar dentro ou fora do governo e são diferenciados pela visibilidade de suas ações no processo decisório. Sobre atores governamentais, ou seja, aqueles que fazem parte do governo, destacam-se os chefes do Poder executivo, como presidentes, governadores e prefeitos, os quais representam uma “força poderosa na definição da agenda, particularmente em comparação com outros atores” (Kingdon, 2003, p.23, tradução nossa). Além disso, o autor destaca o *staff* do Poder Executivo, ou seja, o conjunto de pessoas que trabalham diretamente no gabinete Executivo, como assessores, secretários, por exemplo. Outros atores governamentais são os servidores do Poder Legislativo – como deputados e senadores – e os servidores públicos de carreira. Esses atores são mais influentes nos fluxos dos problemas e no fluxo político, assim, possuem maior poder no processo de definição das agendas e, por isso, são considerados os “jogadores” centrais na arena política (Kingdon, 2003).

Por outro lado, destacam-se os atores que não possuem cargos formais no governo, são eles: grupos de interesse, como negócios, indústrias, grupos profissionais e trabalhistas,

consumidores, ambientalistas, por exemplo; acadêmicos; pesquisadores; consultores; mídia; partidos e outros atores relacionados a eleições e, por fim, o público em geral. Os grupos de interesse estão entre os mais importantes – geralmente, seu papel tende a ser mais de bloquear do que de promover questões na agenda governamental. Os acadêmicos, pesquisadores e consultores, por sua vez, exercem maior influência no fluxo das soluções ou alternativas. Por outro lado, a mídia, embora não afete diretamente a agenda governamental, tem o potencial de moldar a opinião pública, o que acaba por influenciar as decisões políticas (Kingdon, 2003).

Os atores não-governamentais são considerados menos visíveis no “jogo político”, no entanto, como ressalta Kingdon (2003), sua presença é extremamente relevante. Essa perspectiva reforça a abordagem multicêntrica, adotada por Secchi (2011), quanto ao protagonismo no estabelecimento de políticas públicas. Assim, tanto Kingdon (2003), quanto Secchi (2011), embora reconheçam a força legítima e o papel central do Estado, também consideram a influência que diferentes atores não-governamentais exercem no jogo político.

Em conclusão, considerando os conceitos e fundamentos teóricos explorados, ficou evidente que o jogo político é marcado e influenciado por uma série de elementos, como: disputa de poder; conflitos, negociações e barganhas; estratégias políticas; interesses econômicos, sociais, ideológicos ou pessoais; aquiescência pública; mobilização dos tomadores de decisão; mobilização dos grupos de interesse; pressão de movimentos sociais; opinião pública e da mídia; disputa por recursos institucionais, entre tantos outros aspectos que moldam as ações no contexto político. Kingdon (2003) compara esse processo a um quebra-cabeça complexo, permeado por inúmeros desafios e conflitos.

Embora não tenha respondido diretamente à pergunta norteadora desta pesquisa: “a gordofobia tem sido reconhecida como problema público e abordada com a devida seriedade pelas autoridades públicas?”, a discussão fomentada se mostrou essencial para entender as dinâmicas do jogo político. Além disso, permitiu contextualizar a questão e compreender suas diferentes dimensões. Os conceitos e fundamentos teóricos discutidos acima forneceram uma base sólida para esta investigação.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

#### **3.1 Classificação da pesquisa**

Esta pesquisa adotou uma abordagem de investigação qualitativa com objetivos de caráter exploratório-descritivos. De acordo com Gil (2002, p. 41), as pesquisas exploratórias “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”. Por outro lado, “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno” (Gil, 2002, p. 42). Lakatos e Marconi (2003), por sua vez, destacam que a combinação de estudos exploratórios e descritivos visa proporcionar uma descrição completa de determinados fenômenos. Com base nesses princípios, definiu-se a natureza dos objetivos desta pesquisa. A seguir, será apresentado o percurso metodológico adotado.

#### **3.2 Coleta de dados**

Com propósito de alcançar os objetivos delineados, a estratégia de investigação foi fundamentada na combinação dos seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

#### **Coleta de dados bibliográficos**

No âmbito da pesquisa bibliográfica, a coleta de dados foi realizada de duas maneiras. A primeira delas englobou uma revisão bibliográfica, abrangendo literaturas nacional e internacional, com propósito de recolher informações pertinentes para o desenvolvimento do referencial teórico. Foram selecionados autores que abordam conceitos e fundamentos teóricos relacionados ao campo de interesse, dos quais destacam-se: Goffman (2004), Goldenberg (2010), Poulain (2013), Aires (2019), Arruda (2022), Jimenez (2022) e Paim (2022), como alguns dos principais autores que serviram de aporte teórico.

Posteriormente, na segunda etapa da pesquisa bibliográfica, foi realizada uma revisão sistemática de literatura (RSL), cujo propósito principal foi identificar se/como a gordofobia tem sido abordada na academia nacional. Sampaio e Mancini (2007) descrevem essa modalidade de pesquisa da seguinte maneira:

Uma revisão sistemática [...] é uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema. Esse tipo de investigação disponibiliza um resumo das evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção específica, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada (Sampaio e Mancini, 2007, p.84).

Conforme Donato e Donato (2019, p. 234) “ser sistemático implica um foco na estrutura, organização e documentação. Como em toda a investigação, o processo de revisão deve ser documentado de forma transparente em todas as partes, reproduzível e relatado claramente na publicação final”. Posto isto, entende-se que a revisão sistemática se caracteriza por ser metódica, abrangente, transparente e passível de replicação (Donato e Donato, 2019).

Para conduzir esse processo, foi utilizado como principal apoio o seguinte material: *How to do a Systematic Review: a best practice guide for conducting and reporting narrative reviews, meta-analyses, and meta-syntheses*, de Siddaway, Wood e Hedges (2019). Esse guia, conforme apresentado pelos autores, “descreve como planejar, conduzir, organizar e apresentar uma revisão sistemática de informações quantitativas (meta-análise) ou qualitativas (revisão narrativa, metassíntese)” (2019, p. 747, tradução nossa).

Um importante ponto destacado pelos autores é que as revisões sistemáticas de literatura “não contêm automaticamente evidências confiáveis e de alta qualidade; são simplesmente um meio de sintetizar qualquer evidência disponível” (Siddaway, Wood e Hedges, 2019, p.749, tradução nossa). Desse modo, é preciso seguir métodos específicos para assegurar rigor científico, qualidade, transparência, reprodutibilidade da investigação, bem como confiabilidade e precisão dos resultados. Siddaway, Wood e Hedges (2019) fornecem um passo a passo para conduzir esse processo.

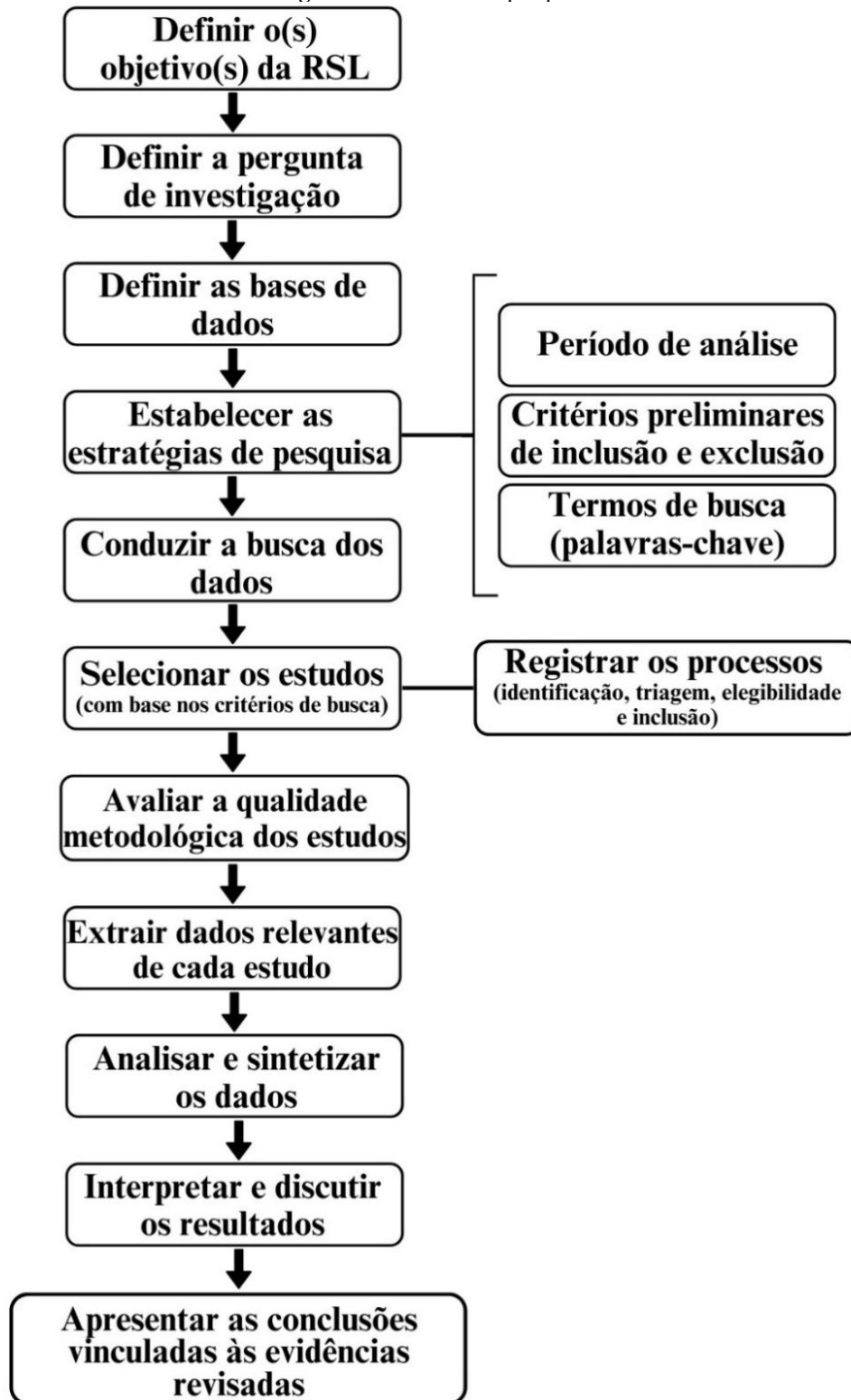
Os autores apresentam dois pontos de partida. O primeiro deles é verificar se a RSL é realmente necessária. Uma das características dessa modalidade de pesquisa é a capacidade de identificar lacunas no conhecimento existente, conforme exposto no trecho a seguir

Revisões de literatura de alta qualidade reúnem, sintetizam e criticam uma ou mais literaturas para fornecer uma impressão geral da extensão, natureza e qualidade das evidências em relação a uma questão de pesquisa específica, destacando lacunas entre o que sabemos e o que precisamos saber (Siddaway, Wood e Hedges, 2019, p. 749, tradução nossa).

Desse modo, foi realizada uma pesquisa preliminar, nas bases de dados eletrônicas *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Catálogo de teses e dissertações da Capes e *Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal* (Redalyc), para verificar a existência de uma RSL sobre gordofobia, que trate das mesmas questões de pesquisa estabelecidas para esta revisão. Não foi encontrado nenhum estudo nesse sentido, logo, identificou-se uma lacuna de conhecimento que justificou a execução desta investigação. O outro ponto de partida, exposto pelos autores, é definir o tipo de revisão a ser conduzida. A presente investigação teve como propósito sintetizar estudos qualitativos sobre a gordofobia,

desse modo, caracteriza-se como uma metassíntese (Siddaway, Wood e Hedges, 2019). Considerando o exposto, seguindo os preceitos de Siddaway, Wood e Hedges (2019), foi estipulado um protocolo de pesquisa, conforme descrito na Figura 5.

Figura 5: Protocolo de pesquisa



Fonte: Desenvolvido pela autora baseado nos preceitos de Siddaway, Wood e Hedges (2019)

Uma vez estipulado o protocolo de pesquisa, procedeu-se à sua execução. Na etapa preliminar, definiu-se o objetivo da RSL: Identificar se a gordofobia tem sido abordada na comunidade científica nacional, como mencionado. Esse processo foi essencial para a elaboração e adequação das perguntas norteadoras da investigação (Sampaio e Mancini, 2007).

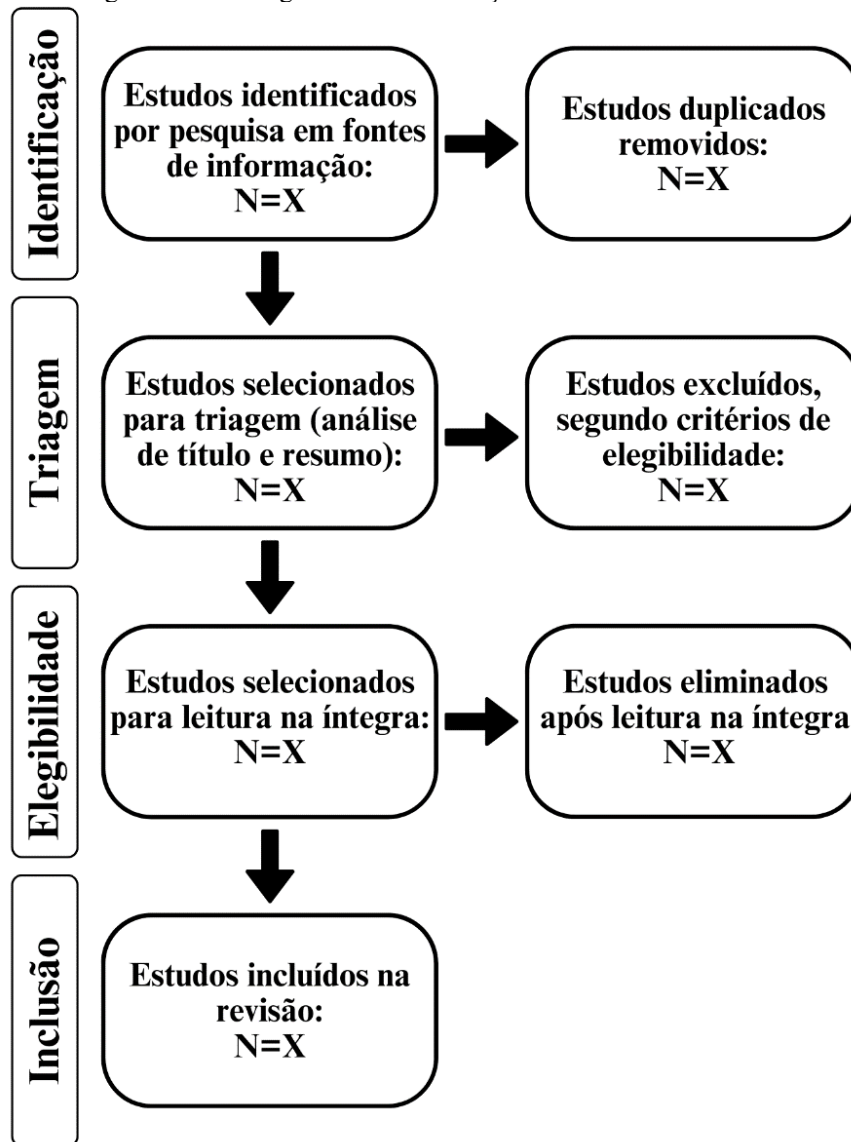
De acordo com Roever (2017, p. 127), “a revisão sistemática consiste em um processo de pesquisar, selecionar, avaliar, sintetizar e relatar as evidências clínicas sobre uma determinada pergunta e/ou tópico”. Posto isto, uma vez estabelecido o objetivo da RSL, definiram-se as questões-chave, ou seja, as perguntas norteadoras da investigação: A academia tem investigado a gordofobia? Quais as diretrizes pelas quais esse fenômeno tem sido abordado? Quais conclusões podem ser extraídas de tais pesquisas?

Após essa etapa, foram estabelecidas as bases de dados eletrônicas: SciELO, Catálogo de teses e dissertações da Capes e Redalyc. Posteriormente, na etapa de definição das estratégias de pesquisa, foram estipulados o período de análise e a natureza da literatura. Conforme destacado por Sampaio e Mancini (2007, p. 84), a revisão sistemática “é um tipo de estudo retrospectivo e secundário, isto é, a revisão é usualmente desenhada e conduzida após a publicação de muitos estudos experimentais sobre um tema”. Sendo assim, foram consultados, retrospectivamente, teses, dissertações e artigos científicos até o ano de 2014. O período de análise abrangeu, portanto, de janeiro de 2014 a junho 2024, incorporando, assim, a literatura mais recente. Segundo Pereira (2023, p.14), “na atual realidade acadêmica brasileira, estudos que versam sobre a discriminação baseada no peso, reconhecida no termo gordofobia, [...] ainda se mostram iniciantes”. Essa constatação justificou a escolha do período de análise dos dados.

A decisão de analisar a produção científica brasileira foi fundamentada pelo escopo da presente pesquisa, a qual se propôs investigar e problematizar a gordofobia no contexto nacional. Este cenário é marcado por muitos desafios decorrentes dessa forma de discriminação, justificando, assim, a investigação no âmbito brasileiro.

Ainda na etapa de estabelecimento das estratégias de pesquisa, foram definidos os critérios de elegibilidade/inclusão da literatura e os termos de busca, ou seja, as palavras-chave – os quais serão descritos detalhadamente ao longo da execução do processo de levantamento de dados. Uma vez estipuladas as estratégias de pesquisa, seguiu-se para o processo de busca e seleção dos dados, o qual foi organizado e descrito conforme as diretrizes do método PRISMA – *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*. De acordo com as recomendações desse método, esse processo envolveu quatro etapas: identificação, triagem, elegibilidade e inclusão (Roever, 2017), como pode ser observado na Figura 6.

**Figura 6:** Fluxograma de estratégias de busca e seleção de dados baseada no método PRISMA



**Fonte:** Fluxograma de estratégias de busca e seleção de dados baseada no método PRISMA

Conforme Sampaio e Mancini (2007, p. 87), “a qualidade de uma revisão sistemática depende da validade dos estudos incluídos nela”. Desse modo, após o processo de planejamento e seleção dos dados, foi realizada uma avaliação da qualidade metodológica dos estudos. Essa etapa seguiu critérios pré-estabelecidos, que foram utilizados para definir o impacto de cada material para a pesquisa, determinando, assim, quais deveriam ser mantidos ou excluídos da revisão sistemática.

Em sequência, foram realizadas as seguintes etapas: extração dos dados relevantes de cada estudo; síntese e análise dos dados; disseminação dos resultados. Todas as etapas supracitadas foram descritas de forma lógica e clara, possibilitando, assim, a replicação da revisão sistemática por outros pesquisadores (Donato, Donato, 2019; Siddaway, Wood e

Hedges, 2019; Roever, 2017; Sampaio, Mancini, 2007). Ademais, Siddaway, Wood e Hedges (2019, p. 767, tradução nossa) destacam um importante ponto: “uma revisão sistemática envolve mais do que simplesmente catalogar o que já existe. Não basta resumir (descrever); também é necessário integrar e criticar os resultados”. Desse modo, foi preciso assumir um pensamento crítico para analisar, cuidadosamente, as evidências encontradas e, assim, fornecer uma interpretação e discussão que possam contribuir para a ampliação do conhecimento sobre a temática investigada.

### **Coleta de dados documentais**

Por fim, como mencionado, a pesquisa documental também foi empregada como instrumento metodológico no processo investigativo. Conforme Sá-Silva *et al.* (2009, p.5), a pesquisa documental pode ser definida “como um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos”. O emprego de documentos pode representar um recurso valioso de informação. Como aponta Gil (2002, p.46), “os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica”.

A concepção de documentos vai além de textos escritos e/ou impressos, abrangendo tanto formas textuais quanto não textuais (Sá-Silva *et al.*, 2009). De acordo com Lakatos e Marconi (2003), são muitas as possibilidades de fontes documentais que podem ser empregadas como material de apoio investigativo, tais como: documentos jurídicos, publicações parlamentares, dados censitários, iconografia, objetos materiais, canções folclóricas, vestuário, dentre muitos outros. Diante disso, entende-se que as possibilidades para coleta de dados, no âmbito da pesquisa documental, são extremamente amplas. Nessa perspectiva, Sá-Silva *et al.* (2009) colocam que

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural (Sá-Silva *et al.*, 2009, p.2).

A coleta de dados abrangeu tanto documentos textuais quanto recursos não-textuais. No âmbito dos documentos textuais, foram explorados arquivos públicos, como documentos oficiais, publicações parlamentares e documentos jurídicos. Além disso, foram analisados arquivos particulares, que incluíram relatórios realizados por instituições de ordem privada, como a ABESO (Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica) e

a SBEM (Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia), por exemplo. Adicionalmente, foram explorados relatórios de instituições públicas, como a OMS (Organização Mundial da Saúde), o Ministério da Saúde, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); bem como de organizações intergovernamentais, como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Ainda no contexto dos documentos textuais, também foram exploradas fontes estatísticas, como os dados produzidos pelo sistema VIGITEL (Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico).

Quanto aos recursos não-textuais, foram examinados documentos de comunicação em massa, abrangendo conteúdos provenientes de sites de notícias e de plataformas de mídias sociais, como o Instagram e o Youtube.

O processo de coleta dos dados documentais foi conduzido por meio das seguintes etapas: seleção das fontes; leitura completa dos materiais; verificação de sua proveniência, autenticidade, importância histórica e valor científico; exploração criteriosa das informações coletadas. Essas etapas fizeram parte de uma avaliação preliminar, cujo propósito foi assegurar o rigor científico e garantir a validade das informações, seguindo os preceitos de Sá-Silva *et al.* (2009).

### **3.3 Análise dos dados**

Conforme observado por Lakatos e Marconi (2003, p. 49), “os dados por si só nada dizem, é preciso que o cientista interprete, isto é, seja capaz de expor seu verdadeiro significado e compreender as relações mais amplas que podem conter”. Sendo assim, uma vez coletados os dados, foram realizadas análise e interpretação dos mesmos. Estas que, de acordo com Lakatos e Marconi (2003, p.167), “são duas atividades distintas, mas estreitamente relacionadas”. A análise dos dados refere-se à “tentativa de evidenciar as relações existentes entre os fenômenos estudados e outros fatores” (Lakatos; Marconi, 2003, p.167). A interpretação, por sua vez, “significa a exposição do verdadeiro significado do material apresentado, em relação aos objetivos propostos e ao tema. Esclarece não só o significado do material, mas também faz relações mais amplas dos dados discutidos” (Lakatos; Marconi, 2003, p.168). Gil (2002), por sua vez, complementa essa perspectiva ao apontar que a interpretação dos dados consiste em estabelecer uma ligação entre os resultados obtidos pelo estudo e aqueles derivados de teorias ou de estudos realizados anteriormente. Seguindo esses preceitos, foram realizadas a análise

critérioria dos dados coletados e a interpretação dos mesmos, em consonância com os objetivos delineados previamente neste estudo.

### **Análise das fontes bibliográficas**

O processo de análise das fontes bibliográficas ocorreu em etapas. Primeiramente, foi realizada uma leitura exploratória de todos os materiais coletados, visando identificar informações relevantes para compor o corpus da pesquisa. De acordo com Gil (2002)

Esta é uma leitura do material bibliográfico que tem por objetivo verificar em que medida a obra consultada interessa à pesquisa. A leitura exploratória pode ser comparada à expedição de reconhecimento que fazem os exploradores de uma região desconhecida. É feita mediante o exame da folha de rosto, dos índices da bibliografia e das notas de rodapé. Também faz parte deste tipo de leitura o estudo da introdução, do prefácio (quando houver), das conclusões e mesmo das orelhas dos livros. Com esses elementos, é possível ter uma visão global da obra, bem como de sua utilidade para a pesquisa (Gil, 2002, p.77).

Posteriormente, após exploração, identificação e seleção das fontes bibliográficas relevantes, foi feita uma leitura seletiva, estabelecendo relações entre o material e os objetivos delineados previamente nesta pesquisa. Sobre esse tipo de leitura, Gil (2002) aponta que

A leitura seletiva é mais profunda que a exploratória; todavia, não é definitiva. É possível que se volte ao mesmo material com propósitos diferentes. Isso porque a leitura de determinado texto pode conduzir a algumas indagações que, de certa forma, podem ser respondidas recorrendo-se a textos anteriormente vistos. Da mesma forma, é possível que determinado texto, eliminado como não pertinente, venha a ser objeto de leitura posterior, em decorrência de alterações dos propósitos do pesquisador (Gil, 2002, p.78).

A leitura seletiva foi realizada em todas as fontes bibliográficas entendidas como importantes. Foi preciso ler o inteiro teor de cada material coletado, a fim de averiguar sua importância para o desenvolvimento deste estudo. Em seguida, foi realizada uma leitura analítica das fontes selecionadas na etapa anterior. De acordo com Gil (2002, p.78), “a finalidade da leitura analítica é a de ordenar e resumir as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa”.

Posto isto, com base nos preceitos de Gil (2002), foram executadas as seguintes etapas: identificação das ideias-chaves de cada material; seleção das partes mais significativas; categorização dos dados bibliográficos, ou seja, organização, classificação e agrupamento das informações, com base em critérios e temas em comum; hierarquização das ideias, as quais foram distinguidas como mais relevantes ou menos importantes para análise; sintetização das ideias, processo que consistiu em reduzir todas as informações coletadas ao essencial para esta pesquisa.

Por fim, foi realizada uma leitura interpretativa dos materiais selecionados. Segundo Gil (2002, p.79), esta “constitui a última etapa do processo de leitura das fontes bibliográficas”. A respeito dessa leitura, o autor enfatiza que

Naturalmente, é a mais complexa, já que tem por objetivo relacionar o que o autor afirma com o problema para o qual se propõe uma solução. Na leitura interpretativa, procura-se conferir significado mais amplo aos resultados obtidos com a leitura analítica. Enquanto nesta última, por mais bem elaborada que seja, o pesquisador fixa-se nos dados, na leitura interpretativa, vai além deles, mediante sua ligação com outros conhecimentos já obtidos. O que tende a ocorrer com pesquisadores pouco experientes é a interpretação ser feita com base em posições pessoais, conferindo ao trabalho caráter subjetivo, terminando por comprometer sua validade científica. Para que isso não ocorra, é necessário que a interpretação se faça pela ligação dos dados com conhecimentos significativos, originados de pesquisas empíricas ou de teorias comprovadas (Gil, 2002, p.79).

Portanto, seguindo as diretrizes propostas por Gil (2002), assumiu-se uma postura objetiva e imparcial ao realizar a leitura interpretativa das fontes bibliográficas. Os dados obtidos foram correlacionados a outros conhecimentos e teorias já existentes, de modo a assegurar uma análise fundamentada em evidências científicas.

Ainda no contexto das fontes bibliográficas, os dados coletados na revisão sistemática foram processados e analisados com a ajuda do *software* IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), reconhecido como uma “ferramenta de apoio ao processamento de dados na pesquisa qualitativa” (Souza et al., 2018, p.2). Sobre o IRAMUTEQ, Camargo e Justo (2013) destacam que

Pelo seu rigor estatístico, pelas diferentes possibilidades de análise, interface simples e compreensível, e, sobretudo por seu acesso gratuito, o IRAMUTEQ pode trazer muitas contribuições aos estudos em ciências humanas e sociais, que têm o conteúdo simbólico proveniente dos materiais textuais como uma fonte importante de dados de pesquisa (Camargo e Justo, 2013, p. 513).

Desse modo, o uso do referido *software* possibilitou a otimização do processo de análise, bem como o aprimoramento e a objetividade na interpretação dos dados textuais coletados na revisão sistemática de literatura.

### **Análise das fontes documentais**

Em sequência, o processo de análise das fontes documentais foi realizado em duas etapas, levando em consideração as orientações de Cellard (2008, apud Sá-Silva *et al.*, 2009). A primeira delas compreendeu na pré-análise, ou seja, na avaliação preliminar dos documentos coletados. Para tanto, foram considerados aspectos como: o contexto histórico no qual o documento foi produzido; a identidade do autor, visando avaliar a credibilidade do material; a

procedência do documento; a relação existente entre o autor e o documento; a natureza da fonte; os conceitos-chave presentes no texto, visando avaliar a relevância que os documentos assumem no contexto em que foram empregados e, por fim, foi avaliada a lógica interna, o esquema ou plano do texto dos materiais coletados, ou seja, a maneira como os argumentos foram desenvolvidos, bem como as principais partes da argumentação. Essa etapa de pré-análise foi fundamental para seleção, organização e preparação dos documentos que compuseram o corpus desta pesquisa.

Posteriormente, a segunda etapa consistiu na análise propriamente dita dos dados documentais. Como apontam Sá-Silva *et al.* (2009)

A etapa de análise dos documentos propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos. É condição necessária que os fatos devem ser mencionados, pois constituem os objetos da pesquisa, mas, por si mesmos, não explicam nada. O investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e na medida do possível fazer a inferência (Sá-Silva *et al.*, 2009, p.10).

Foram explorados cautelosamente o conteúdo simbólico das mensagens contidas em todos os materiais coletados. Esse processo envolveu além de um olhar crítico sobre as fontes documentais, uma postura ativa na produção de conhecimento. Isso implica que, primeiramente, foram realizadas leituras e releituras dos materiais selecionados, visando desconstruir as informações e reconstruir um pensamento crítico, levando em consideração os objetivos previamente delineados neste estudo. Posteriormente, as informações foram organizadas, categorizadas e sistematizadas. Essa etapa foi fundamental para interpretar o teor das fontes documentais de maneira mais precisa e aprofundada. Por fim, foram extraídos elementos das fontes documentais e comparados com outros dados do corpus desta pesquisa, o que permitiu a construção de argumentos mais sólidos e sustentados por evidências. Essas etapas foram seguidas visando propiciar uma análise coerente dos dados documentais e assegurar a confiabilidade das informações (Alves *et al.*, 2021; Sá-Silva *et al.*, 2009).

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 Desmascarando a gordofobia: suas diversas formas de expressão

A gordofobia pode se expressar nos mais variados contextos sociais, por meio de inúmeras formas de violência contra pessoas gordas. Conforme destacado por Jimenez (2022, pp.22-23), “a gordofobia está em todos os lugares [...] na família, na escola, no trabalho, nas mídias, nos hospitais, nos consultórios, na balada, no transporte, nas praias, nas academias, nas piscinas, nas redes sociais, na internet, nos espaços públicos e privados etc.”. Nesse contexto, Arruda (2022, p.22) ressalta que “quanto maior o corpo, mais invisível a pessoa se torna aos olhos da sociedade”. Assim sendo, para compreender como e onde ocorre esse processo de marginalização do corpo gordo, foi fundamental identificar e descrever algumas das múltiplas formas de expressão da gordofobia.

#### Expressões gordofóbicas

Uma forma de manifestação da gordofobia ocorre por meio de enunciações que oprimem, depreciam e desvalorizam o corpo gordo, são as expressões gordofóbicas. Existem diversos termos incorporados em nosso vocabulário, naturalmente verbalizados de maneira inconsciente, sem que haja o conhecimento do significado prejudicial que eles carregam. Um exemplo são frases frequentemente utilizadas como “linda(o) de rosto” ou “é gorda(o) mas tem um rosto bonito”, embora mascaradas de elogio, configuram expressões preconceituosas que invalidam a beleza de corpos gordos. Nesse contexto, Aires (2019) ressalta que

Pessoas gordas relatam que ouvem frequentemente “você tem um rosto bonito”. No entanto, esta frase, que à primeira vista pode parecer um elogio, guarda um profundo desprezo pelos corpos gordos: os sentidos nela implícitos é de que o corpo gordo não tem saúde nem beleza. Por sua vez, ao contrário do corpo (que é gordo e, portanto, feio), seu rosto mostra traços de beleza, indicando que há esperança de que possa se tornar uma pessoa bonita, se emagrecer e se livrar da degradação que é a gordura (Aires, 2019, p. 30).

Outro exemplo é a expressão “olho gordo”, normalmente utilizada para se referir a um olhar invejoso, permeado de intenções maldosas. No entanto, por essa expressão carregar consigo uma conotação negativa – ao vincular a palavra gordo à inveja – acaba por reforçar o caráter pejorativo associado ao corpo gordo.

Frases como “ela(e) não é gorda(o), é gordinha(o), é fofinha(o)” também apresentam uma problemática. O uso de eufemismos empregados com o objetivo de amenizar a palavra “gorda(o)” também reforça o estigma. Como reitera Arruda (2022, p. 21), “fofa, forte, grande, cheia... São todos eufemismos para gorda, que a gente aprende desde a infância que é algo

ruim”. Há, portanto, um consenso de que essa palavra é considerada um insulto, “uma palavra proibida, tanto quanto ser gorda o é” (Arruda, 2022, p. 21). No entanto, é preciso normalizá-la, uma vez que ter um corpo gordo é meramente uma característica física.

Se entendermos que gorda é uma característica física, fica fácil assimilar que ela não pode ser considerada um xingamento. Características físicas, mutáveis ou não, não refletem nem definem caráter, e a atribuição de valor ético a um dado estético é só mais uma das formas de cristalização de preconceitos (Arruda, 2022, p. 21).

“Cabeça de gordo”, “pensamento de gordo” e “gordice” também são expressões gordofóbicas amplamente utilizadas, que podem parecer inofensivas, mas são carregadas de preconceito. Essas expressões, portanto, associam o corpo gordo a comportamentos negativos como comer em excesso ou fazer escolhas alimentares consideradas não saudáveis. Conforme Arruda (2022), a problemática desses termos está no fato de que

Primeiro porque reforça o estereótipo de que as pessoas gordas só são gordas porque comem demais e comem ‘o que não devem’, desconsiderando todos os outros fatores que interferem no peso de alguém. Segundo porque estimula a relação de culpa com a comida, gatilho para transtornos alimentares (Arruda, 2022, p. 53).

Embora esses termos nem sempre sejam verbalizados com a intenção de agredir diretamente pessoas com corpos gordos, sua frequente utilização evidencia o quanto o preconceito contra esses corpos está profundamente enraizado na sociedade. No entanto, é fundamental repensar o uso das expressões gordofóbicas, como ressalta Arruda (2022, p. 17), “[...] a língua não é estanque; ela é viva, está sempre em movimento”. Sendo assim, é essencial moldar nosso vocabulário e deixar de reproduzir esses termos, a fim de combater a gordofobia.

### **Gordofobia laboral**

A gordofobia também está presente no contexto de trabalho, onde é denominada como gordofobia laboral. Conforme salientado por Pereira (2023, p. 67), “apesar de existir uma negação do preconceito e da discriminação baseada no peso nas organizações, observa-se que as pessoas gordas e/ou obesas são alvos de atitudes negativas e de comportamentos discriminatórios nos ambientes laborais”. Nesse sentido, a pesquisa intitulada “Obesidade e a gordofobia – Percepções 2022”<sup>6</sup> (ABESO, SBEM, 2022) corrobora tal constatação, revelando

---

<sup>6</sup> Pesquisa realizada pela Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (ABESO) e pela Sociedade Brasileira de Metabologia e Endocrinologia (SBEM), cujo objetivo foi investigar o estigma em torno da obesidade. A coleta de dados ocorreu por meio de formulário eletrônico. Foi realizada entre os dias de 11 e 21 de fevereiro de 2022 e envolveu a participação de 3.621 respondentes, entre 18 e 82 anos de idade.

que 54,7% dos entrevistados já sofreram algum tipo de discriminação devido ao seu peso, em ambientes profissionais.

Conforme revelado pela pesquisa “Mapeamento da Gordofobia no Brasil” (Rezende, 2022), a gordofobia laboral pode assumir múltiplas formas de expressão. Dentre elas, destacam-se dificuldades de acesso ao mercado de trabalho; obstáculos na aprovação em exames admissionais devido ao peso; falta de cadeiras e mobiliários adequados; falta de disponibilidade de uniformes em tamanhos apropriados; espaços físicos ergonomicamente inadequados, como cabines de banheiros estreitas, por exemplo; ambientes preconceituosos e desrespeitosos, nos quais gestores sugerem a perda de peso ou impedem que os funcionários gordos tenham contato direto com os clientes.

Como exemplo, destaca-se um episódio ocorrido em 2021, na cidade de Muriaé em Minas Gerais. O dono de uma loja de bijuterias foi condenado a pagar indenização por danos morais a uma funcionária – que era obrigada a fazer regime alimentar para receber uma complementação salarial no valor de R\$200. O processo, registrado no Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais, revelou que o empregador levava mensalmente uma balança para a loja, com o objetivo de pesar a funcionária e monitorar sua perda de peso. O pagamento da bonificação salarial era condicionado à redução de peso e era exigido pelo empregador que o valor pago fosse utilizado para custear atividades físicas e alimentação especial (Conjur, 2021). Esse caso ilustra a prática da gordofobia laboral, que muitas vezes tem como pretexto a preocupação com a saúde.

Além disso, Carneiro (2022) destaca outros desafios enfrentados por pessoas gordas no cenário profissional, incluindo disparidade salarial; restrição de oportunidades de promoção; exclusão de cargos de liderança; tratamento desigual; ambientes hostis, nos quais os indivíduos são alvos de piadas ou de comentários maldosos sobre sua aparência; ausência de um ambiente seguro para discussões e denúncias relacionadas à gordofobia, entre outros.

São inúmeras as consequências das práticas gordofóbicas mencionadas. Carneiro (2022) reitera que a gordofobia laboral, além de acarretar uma série de implicações no âmbito profissional, também afeta a esfera social daqueles que enfrentam essa forma de discriminação. Conforme a autora, ansiedade, estresse, depressão, sentimento de inadequação e transtornos alimentares são apenas alguns dos sintomas frequentemente observados em indivíduos expostos a um ambiente profissional permeado pela gordofobia (Carneiro, 2022).

Nesse contexto, Pereira (2023) destaca outro aspecto recorrente em indivíduos que enfrentaram a gordofobia no contexto profissional. De acordo com a autora, há uma tendência

desses indivíduos hesitarem buscar novas oportunidades. Esse comportamento pode ser impulsionado pelo medo de sofrer novamente a discriminação, de reviver situações constrangedoras e desconfortáveis, ou de ser reprovado em processos seletivos devido à aparência. Tal receio fica evidente no seguinte relato: “Não tive coragem de sair para procurar um emprego, não tive. Até agora, terminou meu seguro, mas eu tenho essa falta de coragem de procurar emprego por causa do meu corpo, da minha aparência. Eu tenho medo do não” (Pereira, 2023, p. 69).

Conforme aponta Carneiro (2022), estereótipos frequentemente atribuídos às pessoas gordas, tais como lentidão, desleixo, incompetência, indisciplina, inatividade, impactam negativamente e prejudicam a maneira como são percebidas nos ambientes de trabalho. Nesse contexto, Pereira (2023) reitera que

A incapacidade reconhecida no corpo gordo e/ou obeso é um estigma evidenciado nas organizações durante a seleção para contratação e, até mesmo, durante o exercício da função, seja qual for o cargo ocupado pela pessoa com excesso de peso, pois, frequentemente, as pessoas gordas e/ou obesas costumam ser desqualificadas no mercado de trabalho, por não possuírem o reconhecimento e a aprovação social devido às características negativas atribuídas ao seu corpo gordo na sociedade. Assim, as pessoas com excesso de peso são consideradas como pessoas sem disciplina, emocionalmente instáveis, incompetentes e incapazes (Pereira, 2023, p.68).

Logo, essas percepções estigmatizadas contribuem significativamente para a perpetuação da gordofobia laboral. Por fim, é importante ressaltar que essa forma de discriminação representa um obstáculo ao pleno exercício dos direitos consagrados no Artigo 23º, da Declaração Universal de Direitos Humanos. Dentre os valores estabelecidos pelo referido Artigo, destacam-se o direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a garantia de condições justas e favoráveis de trabalho, bem como o direito à igual remuneração por igual trabalho, sem qualquer distinção, como direitos essenciais e inalienáveis a todos os seres humanos (ONU, 1948, Art.23). No entanto, a gordofobia laboral contradiz tais princípios, uma vez que “impede que as pessoas [...] tenham direito a um trabalho digno e inclusivo por conta do seu peso e da sua aparência corporal” (Pereira, 2023, p. 69). Trata-se, portanto, de um processo de desumanização no qual os indivíduos, ao terem esses direitos humanos fundamentais negados, são levados a questionarem não apenas seu papel social, mas também sua dignidade e sua própria humanidade.

### **Gordofobia na Moda**

A gordofobia também se faz presente na Moda, e a carência de produtos ofertados por esse mercado é um exemplo de como tal discriminação se expressa nesse contexto. De acordo

com Pereira (2023, p. 60), “as lojas de roupas costumam disponibilizar peças [...] com numerações pequenas e direcionadas a um tipo de corpo específico, o corpo magro”. Nessa perspectiva, Aires (2019) afirma que há um silenciamento quanto aos corpos gordos no âmbito mercadológico. A autora reitera que “a sociedade estigmatiza tanto esses indivíduos, classificando-os como doentes, lentos, pouco resistentes, pouco sofisticados, dentre tantos outros significados negativos, que isso leva o mercado a se negar a atender os gordos” (Aires, 2019, p.19). Essa negação mercadológica pode ser observada nos seguintes relatos

A situação com a qual pessoas gordas se deparam corriqueiramente é a seguinte: é muito difícil achar roupas de qualquer tipo em tamanhos maiores – e quanto maior o tamanho, maior a dificuldade -, ainda mais as que se encontrem dentro das tendências atuais da moda. Quando se dá a sorte de encontrá-las, o preço destas destoa e muito das roupas em tamanhos menores (Silva, 2022, p.29).

Ou então:

Os uniformes escolares e de trabalho também são um problema, já que nunca são produzidas numerações maiores, e isso causa constrangimento, o valor aumenta e o modelo nunca fica igual [...] Festas, comemorações como Natal e formaturas podem se tornar um grande problema para a pessoa gorda. Se já é difícil encontrar uma blusinha ou roupa do dia a dia, imagine roupas para ocasiões especiais (Jimenez, 2022, p.115).

A invisibilidade mercadológica caracteriza, portanto, uma questão complexa que demanda uma análise mais aprofundada de suas implicações. Para tanto, é fundamental compreender a relação entre o corpo, a Moda e a sociedade. Conforme ressaltado por Souza (2019, p.78), “o corpo tem uma importância vital na atualidade, uma vez que ele serve como instrumento de comunicação para demarcar fronteiras”. A Moda, por sua vez, desempenha um importante papel na dinâmica da interação social, pois representa uma ferramenta de comunicação não-verbal que dá voz ao corpo (Barnard, 2003). Como aponta Erner (2005)

A Moda é antes de tudo uma maneira de elaborar a identidade. Pela aparência que assume, um indivíduo se situa em relação aos outros, como também em relação a si mesmo. Nessas condições, a Moda é um dos meios que se utiliza para se tornar ele mesmo (Erner, 2005, p.220).

Aires (2019) apresenta uma relevante reflexão

Se a moda é uma ferramenta importante de identidade do sujeito contemporâneo, como é formada a identidade do indivíduo gordo, que por muito tempo não encontrava disponível no mercado sequer roupas em que coubesse e ainda hoje enfrenta dificuldades para se vestir de acordo com as tendências lançadas pela moda? Como se constrói uma identidade pela negação do consumo? (Aires, 2019, p.17).

De acordo com a pesquisa “Mapeamento da Gordofobia no Brasil” (Rezende, 2022), 86,1% dos entrevistados relataram dificuldades para encontrar vestuários adequados aos seus corpos. Embora a pesquisa tenha contado com a participação de 603 pessoas, uma amostra relativamente pequena em relação à população brasileira, esse dado proporciona uma visão limitada, porém significativa, do impacto da gordofobia no mercado da Moda.

Büttner e Strehlau (2022) ressaltam que, frequentemente, o mercado da Moda não oferece muitas opções de consumo ao público gordo. Como resultado, esses indivíduos acabam sendo obrigados a adquirir produtos que não satisfazem suas necessidades pessoais ou que não refletem suas identidades, estilos e individualidades. Dado o papel significativo da Moda na formação da identidade e na comunicação social, como já discutido anteriormente, essa invisibilidade mercadológica resulta em um processo que as autoras chamam de “distorção da mensagem através da imagem” (Büttner, Strehlau, 2022, p.11). Diante dessa realidade, como esses indivíduos podem comunicar e expressar suas singularidades quando o acesso ao consumo é limitado? Nesse cenário, Jimenez (2022, p.115) coloca que “não entrar nas roupas numa sociedade na qual a vestimenta significa o modo de estar no mundo pode ser considerado uma questão de falta de acessibilidade e respeito”.

Considerando o exposto, é possível afirmar que a invisibilidade de corpos gordos perante o mercado da Moda constitui um obstáculo para a formação e representação da identidade individual e social desses sujeitos (Sgarbi, 2018). A insuficiência de produtos ofertados interfere na maneira como esses indivíduos expressam suas singularidades; dificulta o processo de expressão da personalidade, por meio do vestuário; reforça a conotação estigmatizada, por tratar os corpos gordos como biotipos errados; prejudica a autoconfiança e, conseqüentemente, a autoestima; restringe o convívio social, promovendo assim a exclusão desses indivíduos perante a sociedade, entre tantas outras implicações (Sgarbi, 2018).

### **Gordofobia no ambiente escolar**

Conforme destacado por Pereira (2023), os ambientes escolares podem ser locais propícios para a manifestação da gordofobia. O *bullying* destaca-se como uma, dentre muitas facetas, dessa violência discriminatória que pode emergir nesse contexto. O termo *bullying* é utilizado para nomear um padrão de comportamento agressivo, intencional e recorrente contra uma vítima que se encontra em situação de vulnerabilidade – seja social, física, cultural ou de outra natureza (UNESCO, 2019). Mais precisamente, esse padrão de comportamento pode ser caracterizado como “todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que

ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima” (Brasil, 2015, Art. 1, §1).

Como apontado no documento “Violência escolar e *bullying*: relatório sobre a situação mundial” (UNESCO, 2019), a aparência física destaca-se como um dos principais fatores desencadeadores do *bullying* em ambientes escolares. Essa violência discriminatória pode manifestar-se de diversas maneiras, incluindo agressões verbais, como insultos, xingamentos e apelidos pejorativos; assédio moral, caracterizado por comportamentos humilhantes, difamatórios e caluniosos; discriminação social, como isolamento e exclusão; violência psicológica, como perseguição, manipulação e intimidação; agressões física ou até mesmo virtual, que causem constrangimentos psicológicos e sociais, entre outros (Brasil, 2015).

Essas práticas violentas e discriminatórias podem ocorrer tanto entre os estudantes, quanto por parte de professores e outros funcionários (UNESCO, 2019). Conforme aponta Soares (2021), em algumas circunstâncias, as próprias instituições educacionais podem desempenhar o papel de opressor. O relato a seguir, apresentado por Soares (2021), ilustra tais práticas

Eu entendo que diversos traumas que me levaram a esse processo de ódio intenso contra o meu corpo surgiram durante meu período escolar, em especial as aulas de Educação Física. Frequentar as aulas com uma professora extremamente machista, homofóbica, racista e gordofóbica era uma tortura. Durante todas as aulas eu era chamado de “bola”; essa professora mandava os meninos me chutarem [...] Mas o processo de gordofobia que sofri não se limitava a essas aulas. Na hora do lanche, as “tias” passavam por mim por último; segundo elas, depois que todos tivessem pegado, eu poderia pegar o restante o quanto quisesse para sustentar minha ‘pança’. Ainda que nunca tivesse comido compulsivamente na escola, também me atribuíram o estigma de guloso pelo meu tamanho corporal (Soares, 2021, p. 5).

Posto isto, o *bullying* tem o potencial de desencadear sentimentos de ansiedade, medo, desamparo e insegurança, tanto nas vítimas quanto nas testemunhas e nos agressores, ou seja, todo o ambiente escolar é negativamente afetado (UNESCO, 2019). Vivenciar tais sentimentos em ambientes cruciais para o desenvolvimento humano, como as instituições de ensino, pode acarretar sérias implicações. Nesse sentido, Soares (2021, p.12) ressalta que “é perverso pensar que grande parte de nossas vidas, parte considerável de nossa construção identitária, aconteça na escola e que esse mesmo espaço seja tão perverso e tóxico”. O autor reitera que

Passei por diversas situações de bullying na escola – lugar mais tóxico para meu corpo transitar [...] foi nesse cenário extremamente violento e opressor que desenvolvi diversos transtornos alimentares e transtornos de imagem. Comecei a comer compulsivamente (quando não estava sob vigilância) a ponto de vomitar, em uma desesperada tentativa de saciar minha forma sem ganhar peso no processo. Hoje eu

entendo que vivi durante anos um processo de bulimia, uma compulsão alimentar seguida de tentativas de evitar o ganho de peso, que no meu caso era vomitar tudo o que comia. Até mesmo sucos na época, quando tomava, eu forçava o vômito com medo de os açúcares presentes no suco me fazerem ganhar peso (Soares, 2021, pp. 4-5).

Medo de frequentar a escola ou de participar de atividades escolares, dificuldade de concentração em sala de aula, redução do desempenho acadêmico, comprometimento da aprendizagem, diminuição da assiduidade e até mesmo o abandono escolar são algumas das consequências causados pelo *bullying* (UNESCO, 2019). No entanto, como evidenciado no depoimento acima, essa violência discriminatória ultrapassa os limites do contexto educacional, podendo afetar negativamente outros aspectos como a saúde física e emocional. Conforme destacado no seguinte relato: “crianças e adolescentes que sofrem *bullying* são mais propensos a terem dificuldades interpessoais, a se sentirem deprimidos, solitários ou ansiosos, a terem baixa autoestima, pensamentos suicidas ou a tentarem o suicídio” (UNESCO, 2019, p.28).

No entanto, é importante ressaltar que o *bullying* é apenas uma das diversas formas de manifestação da gordofobia no ambiente escolar. Além disso, a infraestrutura inadequada, como as carteiras das salas de aula e as cabines de banheiros estreitas, são outros exemplos que evidenciam o despreparo das instituições de ensino para lidar com a diversidade de corpos, especialmente com os corpos gordos. Nesse contexto, assim como em muitos outros cenários sociais, a gordofobia impulsiona nas vítimas a sensação de que seus corpos precisam ser corrigidos, emagrecidos e modificados para terem acesso a esses ambientes. A gordofobia no ambiente escolar representa, portanto, uma barreira significativa para o acesso igualitário à educação e, conseqüentemente, para o exercício desse direito fundamental ao pleno desenvolvimento humano.

### **Gordofobia médica**

Além das formas de expressão da gordofobia mencionadas, há uma outra maneira pela qual essa opressão se manifesta: a gordofobia médica. Essa forma específica de discriminação é vivenciada por indivíduos com corpos gordos perante os serviços de saúde. Sobre esse conceito Paim (2022) ressalta

A gordofobia médica é uma violência institucional exercida pelos serviços de saúde (públicos ou privados) no atendimento de pessoas gordas, que envolve falta de acessibilidade, abordagem violenta, preconceito clínico e negligência no atendimento, resultando no seu afastamento e estabelecendo uma precarização no acesso e no cuidado em saúde, tornando-se um fator de risco à saúde das pessoas gordas (Paim, 2022, p. 193).

Paim (2022) desenvolveu um estudo intitulado como “Gordofobia faz mal à saúde: relatos de gordofobia nos serviços de saúde e precarização do cuidado em saúde das pessoas gordas”, no qual foi realizado um levantamento de comportamentos e práticas gordofóbicas cometidos por profissionais e instituições de saúde. A partir dessa pesquisa, a autora pôde definir, mais precisamente, o que é a gordofobia médica, como e onde esta pode se expressar

[...] a gordofobia médica está associada a uma abordagem violenta; ao despreparo, desrespeito e autoritarismo dos profissionais de saúde; a reprodução de estereótipos, repulsa e preconceito em relação ao corpo gordo, os quais podem culminar em atos discriminatórios; a desumanização e culpabilização da pessoa gorda; aos julgamentos antecipados sobre hábitos, características pessoais e quadro clínico; ao estabelecimento do peso como causa exclusiva de todos os seus problemas de saúde; ao desprezo das queixas e da motivação da consulta, limitando o atendimento à prescrição de emagrecimento; a utilização de táticas de intimidação para motivar mudanças de comportamento; a dificuldade ou falta de acessibilidade; a realização de diagnósticos superficiais e negligência no atendimento (Paim, 2022, pp. 193-194).

Por conseguinte, Paim (2022, p.126) destaca os profissionais de saúde como os “principais agentes de gordofobia dentro dos serviços de saúde”. Um exemplo dessa dinâmica é o uso frequente do peso corporal como ponto de partida para o atendimento e diagnóstico. Nessa perspectiva, Jimenez (2021, p. 11) ressalta que “um gordo, quando entra em um consultório médico buscando solução para qualquer dor ou sintoma, automaticamente é diagnosticado como “obeso” e a recomendação é sempre emagrecer”. Logo, essa prática cria condições propícias para a desigualdade no acesso à saúde, uma vez que é muito comum que pessoas gordas evitem procurar atendimento médico, seja por medo de sofrerem preconceito, seja por receio de terem assistência negligenciada e até mesmo tratamento inadequado (Paim, Kovaleski, Selau, 2024). O relato a seguir ilustra essa problemática

São inúmeros os casos de mulheres que vão a consultórios ou ambulatórios com queixa de dores, manchas, ou simplesmente para ver como anda a pressão, e recebem um tratamento extremamente ofensivo, com um diagnóstico pronto de “obesidade”. Por consequência, muitas deixam de frequentar consultórios médicos ou até mesmo desenvolvem doenças não diagnosticadas, uma vez que, quando atendidas, o foco sempre recai no corpo gordo (Jimenez, 2022, p.178).

Outro exemplo de como a gordofobia médica se expressa é a abordagem inadequada, desrespeitosa e desumanizada cometida por profissionais de saúde nos atendimentos. Em 2012, um médico foi denunciado ao Conselho Regional de Medicina da Bahia, por conduta preconceituosa em uma unidade de saúde em Salvador. De acordo com a paciente que denunciou o caso, o profissional prescreveu “cadialina” como método para emagrecimento. Na descrição do receituário, o tratamento sugeria o uso de sete cadeados que deveriam ser

colocados na boca, na geladeira, no armário, no freezer, no congelador e no cofre de casa. Adicionalmente, foi sugerido à paciente uma dieta que consistia em beber somente água nos dias alternados da semana – segunda, quarta e sexta-feira – e jejuar nos outros dias (Band Bahia, 2012).

Essa abordagem adotada pelo médico foi extremamente inadequada. Ao sugerir que a paciente interrompesse sua alimentação, o médico reduziu a concepção de saúde exclusivamente à perda de peso, negligenciando as diversas consequências negativas que a privação alimentar poderia acarretar para a paciente. Ademais, tal conduta foi uma violação ao Artigo 23 do Código de Ética Médica, o qual estabelece que é vedado ao profissional “tratar o ser humano sem civilidade ou consideração, desrespeitar sua dignidade ou discriminá-lo de qualquer forma ou sob qualquer pretexto” (Conselho Federal de Medicina, 2019, Art.23).

Por fim, após a denúncia ao Conselho Regional de Medicina da Bahia, esse episódio recebeu destaque midiático nos canais de comunicação nacional, resultando no afastamento temporário do médico de suas atividades laborais. No entanto, quantos outros casos similares não são denunciados, por medo ou até mesmo pela dificuldade do paciente em reconhecer um atendimento gordofóbico e preconceituoso? O referido episódio evidencia o despreparo de muitos profissionais da saúde no atendimento humanizado de pessoas gordas. Essa prática, como aponta Paim (2022), pode acarretar o afastamento desses indivíduos dos cuidados com a saúde.

Outra forma de expressão da gordofobia médica pode ser percebida na infraestrutura de estabelecimentos de saúde. De acordo com Paim (2022), a acessibilidade é uma das primeiras barreiras enfrentadas por pessoas gordas nesses espaços. Segundo a autora, essas barreiras incluem: falta de acessórios como aventais e fraldas de tamanho adequado; cadeiras inapropriadas em salas de espera ou em consultórios; macas estreitas e frágeis; cadeiras de roda, odontológicas e ginecológicas inadequadas; carência de equipamentos e de instrumentos como esfigmomanômetro para aferir pressão, garrotes e torniquetes para coleta de sangue, bem como máquinas de tomografia e de ressonância magnética apropriadas para corpos gordos. O relato a seguir corrobora essa problemática

Testemunhei um exemplo prático quando trabalhava no departamento de Comunicação interna de um hospital público. Um jovem, no auge dos seus vinte e poucos anos, havia chegado de ambulância à unidade. Naquele dia ele havia tentado suicídio. Como se não bastasse a falta de acolhimento adequado – na recepção, ele esperou atendimento durante horas, junto de outras pessoas – não houve um olhar adequado e cuidadoso para acolher também o seu corpo: um corpo gordo. Esse jovem esperou o atendimento por quase quatro horas em pé, porque não havia cadeiras adequadas para ele na unidade (Arruda, 2022, pp. 11-12).

Nesse contexto, Paim, Kovaleski e Selau (2024) ressaltam que a falta de acessibilidade nos estabelecimentos de saúde também impacta negativamente nos cuidados com as pessoas gordas. Segundo os autores, as limitações – na estrutura física, no mobiliário, nos equipamentos e nos trajés que não acomodam corpos gordos – dificultam a realização de exames, o diagnóstico preciso de doenças e, conseqüentemente, a prescrição de tratamentos adequados. Sendo assim, a gordofobia médica não apenas precariza o cuidado, mas também se torna um fator de risco à saúde desses indivíduos (Paim, Kovaleski, Selau, 2024). Nesse sentido, Jimenez (2022, p.177) ressalta que “a gordofobia médica mata pessoas”.

É, portanto, fundamental ressaltar que a saúde é um direito universal assegurado pela Constituição Federal de 1988. Conforme o Art. 196, “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (Brasil, 1988, art. 196). No entanto, a existência de uma lei não garante sua efetiva aplicabilidade, como ilustra o caso a seguir.

Em janeiro de 2023, um episódio de gordofobia médica também recebeu destaque nos meios de comunicação do Brasil. Vitor Augusto Marcos de Oliveira, um jovem de 25 anos, que pesava cerca de 190 quilos, faleceu após ter assistência médica negada por seis unidades de saúde de São Paulo, as quais não dispunham da infraestrutura adequada para o atendimento (Minas Gerais, 2023). Esse, portanto, não é um incidente isolado, “nossa sociedade nega, sistematicamente, os direitos básicos de cidadania e, via de regra, dispensa tratamento humilhante e degradante às pessoas gordas” (Minas Gerais, 2023, p. 5).

Em conclusão, a negligência enfrentada por indivíduos com corpos gordos perante os serviços de saúde é mais um exemplo de como a gordofobia opera; constituindo-se, desse modo, uma violência que restringe o acesso a direitos fundamentais, como o direito à dignidade e à vida.

### **Gordofobia e acessibilidade**

A falta de acessibilidade restringe o fluxo de indivíduos com corpos gordos em muitos cenários sociais. Jimenez (2022, p.94) ressalta que “o mundo é planejado para os magros, basta ser gordo para experimentar o quanto os espaços e as coisas são construídos de tamanhos cada vez menores”. De acordo com Pereira (2023), um exemplo dessa problemática são as roletas e os assentos estreitos que limitam o acesso desses indivíduos nos transportes públicos coletivos – como ônibus, metrô, entre outros.

Um incidente ocorrido, em 2019, ilustra essa constatação. Uma mulher vivenciou uma situação humilhante ao ficar presa na roleta de um ônibus em Guarapari, no Espírito Santo. O constrangimento começou no momento em que a passageira solicitou sua entrada pela porta do meio, porém, foi informada pelos operadores do transporte que ela deveria passar pela roleta. Ao fazê-lo, acabou ficando presa no dispositivo e só conseguiu se soltar com a ajuda do corpo de bombeiros. Além da má conduta dos funcionários, a mulher relatou ter sido humilhada pelos demais passageiros, que reagiram à situação com comentários vexatórios, piadas e vídeos que foram expostos nas redes sociais (G1, 2019).

Esse episódio suscita algumas reflexões, para isso, alguns dados devem ser levados em consideração. De acordo com levantamento da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos, “o transporte público coletivo é um componente essencial para o funcionamento das cidades. Ele permite que milhões de pessoas se desloquem diariamente para o trabalho, escolas, hospitais, ou mesmo para o lazer” (NUT, 2024, p.8), ou seja, o transporte público coletivo é essencial para atender às necessidades profissionais e/ou pessoais da população. No Brasil, o ônibus é o principal meio de transporte coletivo, sendo responsável por “85,7% das 40,9 milhões de viagens em transporte público realizadas diariamente” (NUT, 2024, p.30). Esses dados revelam, portanto, que o ônibus faz parte da vida cotidiana da população brasileira.

Por conseguinte, em um cenário no qual 61,4% dos adultos apresentam “excesso de peso” e 24,3% são classificados como “obesos” (VIGITEL Brasil, 2023), fica evidente que uma parcela considerável da população brasileira se encontra vulnerável às dificuldades ocasionadas pela falta de acessibilidade nos transportes coletivos. Pessoas gordas não têm direito a usar os serviços de mobilidade urbana? Esses indivíduos precisam emagrecer para usufruir das infraestruturas e das oportunidades que as cidades oferecem? O referido episódio, ocorrido em 2019, evidencia como os ônibus, assim como muitos outros espaços sociais, não são projetados para acolherem confortavelmente corpos gordos, caracterizando, assim, um processo de invisibilização desses indivíduos – cujas necessidades e anseios são esquecidos e negligenciados.

Deixar de frequentar ambientes sociais por falta de estrutura e acessibilidade é uma realidade frequentemente vivenciada por indivíduos com corpos gordos. A gordofobia, como aponta Jimenez (2022, p.86), “exclui as pessoas gordas do direito de ir e vir [...] de estar em espaços públicos e/ou privados”. Além do exemplo anteriormente mencionado, são infinitas as situações que podem ser citadas. Atividades corriqueiras como desfrutar de um dia ensolarado

na praia ou frequentar ambientes de lazer, como bares e restaurantes, podem representar uma realidade muito distante para essas pessoas, por um motivo: a falta de cadeiras resistentes, capazes de acomodar confortavelmente e com segurança corpos gordos. Como ressalta Jimenez (2022, p.88)

Ser uma pessoa gorda em nossa sociedade é perder direitos, direitos até bastante corriqueiros para quem os tem e, por isso, muitas vezes, passam até despercebidos, como sentar numa cadeira confortável no restaurante, ser tratada com dignidade e humanidade pela equipe médica, usar transportes públicos com confiança e comodidade. A gordofobia tira todos esses direitos do indivíduo gordo e o culpa por isso (Jimenez, 2022, p.88).

Outro exemplo de como a gordofobia priva as pessoas de seus direitos ocorreu em 2022, quando a brasileira Juliana Nehme, que estava de férias com a família no Líbano, foi impedida de embarcar em um voo com destino a Doha, no Qatar – esse trajeto era uma conexão que fazia parte do itinerário de retorno ao Brasil. Juliana relatou que, durante o *check-in*, foi informada por funcionários da companhia aérea Qatar Airways que não poderia embarcar na classe econômica devido a sua condição física. A passageira havia pago mil dólares na sua passagem, a qual não teve o direito de usufruir por ser “muito gorda” – palavras utilizadas pela aeromoça, de acordo com a vítima (Nehme, 2022).

A passageira relatou que a empresa, além de exigir uma multa referente ao voo o qual fora impedida de embarcar, exigiu a compra de um assento na classe executiva, cujo valor era de três mil dólares. O episódio causou muito constrangimento à Juliana, que só conseguiu retornar para o Brasil após dois dias (Nehme, 2022). Essa situação é só mais um exemplo de como a gordofobia limita pessoas gordas de ocuparem os espaços sociais. Como ressalta Arruda (2022, p.40), “a gordofobia não nos dá um lugar de paz. Não há onde se possa ir, nem estar, muito menos ser”.

Considerando as discussões realizadas, pode-se concluir que a gordofobia compromete a saúde física e mental; atinge a moral; dificulta o acesso ao mercado de trabalho; afeta as relações profissionais, sociais e afetivas; restringe o acesso aos bens de consumo, à assistência médica, aos direitos básicos, dentre tantas outras limitações que caracterizam a vulnerabilidade social do corpo gordo. O produto dessa conjuntura é um “indivíduo subjugado” (Souza, 2003), submetido a desvantagens sociais, com acesso desigual a recursos, a oportunidades e aos direitos. Condição esta que compromete o exercício pleno da cidadania e leva o indivíduo com corpo gordo a questionar seu papel social. Nesse sentido, Aires (2019) destaca que “gordo não é considerado cidadão”.

Além do mais, a gordofobia, como aponta Jimenez (2021, p. 16), proporciona “a perda da humanidade, porque todos os direitos humanos começam a ser negados institucionalmente a esse corpo”. O direito à liberdade, igualdade, dignidade, vida, educação, trabalho e participação da vida cultural da comunidade, entre tantos outros, são restringidos a esses indivíduos. Logo, essa realidade contradiz com os princípios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, na qual estão previstas a garantia e a promoção dos direitos humanos a todos os cidadãos brasileiros (Brasil, 1988). Conforme mencionado, são inúmeros os contextos em que evidenciam a discrepância entre o discurso constitucional e a realidade.

Perante o exposto, é possível fomentar duas reflexões. A primeira delas é reforçada por Jimenez (2022), que enfatiza que a sociedade não está preparada para lidar com a diversidade de corpos, em especial com o corpo gordo. A segunda reflexão diz respeito à urgência das autoridades governamentais em abordarem a questão com maior ênfase. A gordofobia representa uma pauta política suficientemente relevante, que demanda intervenções mais amplas e efetivas de prevenção ou de enfrentamento.

Por fim, é fundamental ressaltar que existem muitas outras formas de expressão da gordofobia, para além das abordadas, o que reforça a importância de investigações adicionais e mais aprofundadas sobre a temática.

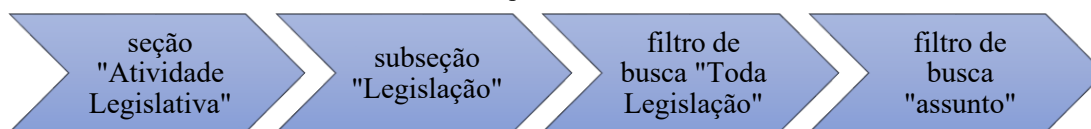
#### **4.2 Enfrentando a gordofobia: Levantamento e análise das estratégias governamentais nacionais**

Diante de toda a discussão fomentada a respeito da complexidade da gordofobia, surgiu o seguinte questionamento: Essa temática tem sido reconhecida como problema público e abordada com a devida seriedade pelas autoridades públicas? Com o propósito de responder a essa pergunta, foi realizado, por meio de uma pesquisa documental, um levantamento abrangente de estratégias governamentais nacionais que têm como foco de ação a prevenção e/ou o enfrentamento da gordofobia. Esse levantamento visou identificar se/como a temática foi incorporada à agenda de ações pública. O período de análise abrangeu janeiro de 2014 a junho de 2024, possibilitando, assim, a investigação de mudanças e possíveis avanços da legislação relacionada à temática ao longo da última década.

A primeira etapa do levantamento foi realizada no portal digital oficial da Câmara dos Deputados e dividida em duas partes: (i) busca por instrumentos normativos e atividades legislativas sancionadas pelo Poder Executivo; (ii) busca por propostas legislativas em

tramitação. Para coleta de informações relacionadas aos instrumentos normativos e atividades legislativas sancionadas pelo Poder Executivo, a pesquisa seguiu as etapas descritas na Figura.

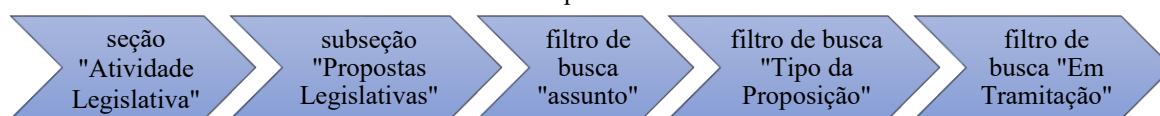
**Figura 7:** Etapas sequenciais da busca por Atividades Legislativas, apresentadas pela Câmara dos Deputados, sancionadas pelo Poder Executivo



Fonte: desenvolvida pela autora

Acessou-se a seção “Atividade Legislativa” e, em seguida, a subseção “Legislação”, onde foram aplicados os filtros de busca “Toda a Legislação” e assunto “Gordofobia”. Não foi encontrada nenhuma legislação no âmbito dessa temática. Posteriormente, no âmbito das propostas legislativas em tramitação, a busca foi realizada, por meio das etapas sequenciais descritas na Figura 8.

**Figura 8:** Etapas sequenciais da busca por Propostas Legislativas em tramitação, apresentadas pela Câmara dos Deputados



Fonte: desenvolvida pela autora

Foi acessada a seção “Atividade Legislativa”, seguida pela subseção “Propostas Legislativas”, onde foram aplicados os seguintes critérios de busca: no filtro “assunto” gordofobia e no filtro “Tipo da Proposição” foram selecionadas as categorias “Proposta de Emenda à Constituição”, “Projeto de Lei Complementar”, “Projeto de Lei”<sup>7</sup>, “Medida Provisória”, “Projeto de Lei de Conversão”, “Projeto de Decreto Legislativo” e “Projeto de Resolução”. Foram encontrados três Projetos de Lei, conforme o Quadro 1. Foi realizada a leitura do inteiro teor das referidas proposições para certificar-se de que realmente se enquadram como estratégias políticas de combate e enfrentamento da gordofobia.

<sup>7</sup> Projeto de Lei: O projeto de lei é a matéria mais comum analisada pelo Plenário e pelas comissões (na Assembleia Legislativa). As reuniões de Plenário e de comissões são públicas, exceto em algumas situações, previstas no Regimento Interno. (...) Depois de aprovado pela Assembleia, o projeto segue para o governador, que pode transformá-lo em lei ou vetá-lo. Disponível em <https://www.almg.gov.br/a-assembly/entenda-a-assembly/processo-legislativo/passo-a-passo-da-tramitacao>. Acesso em: 16 abr. 2025.

**Quadro 1:** Resultado da busca por Propostas Legislativas em tramitação na Câmara dos Deputados aplicando o filtro de assunto “Gordofobia”

Nome	Tipo	Ementa	Autor/ UF autor	Situação
PL 53/2022	Projeto de Lei	Institui o dia nacional de combate a gordofobia e dá outras providências	Alexandre Frota (PSDB) São Paulo	Em tramitação
PL 2671/2022	Projeto de Lei	Define o crime de discriminação direta ou indireta contra uma pessoa em razão de seu peso	Nereu Crispim (PSD) Rio Grande do Sul	Em tramitação
PL 1786/2022	Projeto de Lei	Inclui a discriminação ou preconceito em razão do peso corporal relacionado à obesidade nos crimes previstos na Lei 7.716, de 05 de janeiro de 1989	José Guimarães (PT) Ceará	Em tramitação

**Fonte:** Quadro desenvolvido pela autora com base nos dados levantados pela pesquisa

Entende-se, a partir do Quadro 1, que há pouco protagonismo da temática “gordofobia” nas proposições legislativas na Câmara dos Deputados. Contudo, para aprofundar a análise, foi realizada uma busca mais avançada, porém utilizando os seguintes termos: “obesidade” e “obeso”. Para tanto, foram definidos critérios de exclusão, visando garantir a relevância e consistência das informações. Para a seleção e análise dos dados, foram consideradas as proposições relevantes para o escopo desta pesquisa, como aquelas que dispõem sobre medidas de promoção da saúde, igualdade, acessibilidade, inclusão, bem como, aquelas que visam à proteção da honra, dignidade, bem-estar físico e social de indivíduos gordos. Por outro lado, foram desconsideradas as proposições que não dispõem sobre essas medidas. Esses critérios foram utilizados como parâmetros para a busca de todas as estratégias governamentais cujos termos “obesidade” e “obeso” foram aplicados.

A partir disso, para a busca por instrumentos normativos e atividades legislativas sancionadas pelo Poder Executivo, seguiram-se as etapas descritas na Figura 4. Aplicaram-se o filtro de assunto “obesidade” e os critérios de exclusão. Como resultado, não foi identificada nenhuma lei direcionada especificamente para a população gorda, no sentido de enfrentamento dos impactos da gordofobia. No entanto, seguindo as mesmas etapas de busca supracitadas, porém, aplicando o assunto “obeso”, foram encontrados os instrumentos normativos descritos no Quadro 2.

**Quadro 2:** Levantamento da “Legislação” utilizando os termos de busca “Toda a Legislação” e assunto “obeso” no portal oficial da Câmara dos Deputados (continua)

Nome	Tipo	Ementa	Origem	Situação
Decreto nº 8.816, de 20 de julho de 2016	Decreto	Regulamenta a Lei nº 13.284, de 10 de maio de 2016, para dispor sobre a reserva de assentos para pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida	Poder Executivo	Em vigor

**Quadro 2:** Levantamento da “Legislação” utilizando os termos de busca “Toda a Legislação” e assunto “obeso” no portal oficial da Câmara dos Deputados (conclusão)

Lei nº 14.364, de 1 de junho de 2022	Lei Ordinária	Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para garantir direitos aos acompanhantes das pessoas com prioridade de atendimento, nas condições que especifica.	Poder Legislativo	Em vigor
Lei nº 14.626, de 19 de julho de 2023	Lei Ordinária	Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, para prever atendimento prioritário a pessoas com transtorno do espectro autista ou com mobilidade reduzida e a doadores de sangue e reserva de assento em veículos de empresas públicas de transporte e de concessionárias de transporte coletivo nos dois primeiros casos	Poder Legislativo	Em vigor

**Fonte:** Quadro desenvolvido pela autora com base nos dados levantados pela pesquisa

Após a leitura completa dos textos dos referidos instrumentos normativos (Quadro 2), entende-se que, embora não tratem especificamente da temática gordofobia, atuam no enfrentamento de seus impactos, como a falta de acessibilidade, por exemplo – o que é um importante passo em direção a uma sociedade mais justa e igualitária. No entanto, há um ponto que precisa ser destacado: A forma como foram escritos reflete o preconceito e a estigmatização que os corpos gordos enfrentam socialmente. Quando uma legislação enquadra pessoas “obesas” como “portadoras de mobilidade reduzida” acaba por reforçar os estereótipos sociais negativos atribuídos a esses indivíduos. Uma possível solução para uma escrita menos preconceituosa seria utilizar o termo “pessoas que necessitam de assistência adicional”, por exemplo. Essa abordagem evitaria categorizações negativas e promoveria uma visão mais inclusiva e respeitosa.

Posteriormente, foram utilizados os termos “obesidade” e “obeso” na busca por “Propostas Legislativas” em tramitação, seguindo as etapas de busca conforme o Protocolo de Pesquisa, apresentado anteriormente na Figura 5. A busca pelo assunto “obesidade” gerou diferentes resultados da busca pelo assunto “obeso”. Logo, a análise dos resultados foi realizada separadamente. Todas as informações coletadas foram avaliadas e reunidas no Quadro 3. Foi feita a leitura completa de cada documento encontrado para certificar-se de que realmente atuam no enfrentamento das implicações da gordofobia, mesmo que essa causa não esteja explicitamente mencionada em seus textos.

**Quadro 3:** Resultado da busca por Propostas Legislativas na Câmara dos Deputados assuntos "obesidade" e "obeso" (continua)

Nome	Tipo	Ementa	Autor/ uf autor	Situação
PL 7914/2014	Projeto de Lei	Altera a Lei nº 9.656, de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", para obrigar o atendimento aos portadores de obesidade mórbida	Felipe Bornier (PSD) Rio de Janeiro	Apensado ao PL 805/2011 - Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA; Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA; Pronta para Pauta no Plenário (PLEN)
PL 7527/2014	Projeto de Lei	Determina a obrigatoriedade de instalação de leitos e mobiliário para atendimento de pacientes obesos nos estabelecimentos de saúde das redes pública e privada	Lourival Mendes (PTdoB) Maranhão	Apensado ao PL 6509/2013 - Arquivada
PL 3713/2015	Projeto de Lei	Dispõe sobre a acomodação de passageiro diagnosticado com obesidade mórbida nas aeronaves do serviço de transporte aéreo público doméstico	José Maria Macedo (PSL) Ceará	Apensado ao PL 2694/2007 - Pronta para Pauta no Plenário (PLEN)
PL 5643/2016	Projeto de Lei	Dispõe sobre a reserva de assentos especiais para pessoas obesas em estabelecimentos de entretenimento, e dá outras providências	Marx Beltrão (PMDB) Alagoas	Apensado ao PL 1380/2011 - Pronta para Pauta no Plenário (PLEN)
PL 6467/2016	Projeto de Lei	Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências	Alexandre Leite (DEM) São Paulo	Transformada na Lei Ordinária 14364/2022
PL 8768/2017	Projeto de Lei	Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, para dispor sobre a preferência dos assentos no transporte coletivo	Renata Abreu (PODE) São Paulo	Apensado ao PL 8539/2017 - Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
PL 8483/2017	Projeto de Lei	Altera o artigo 1º da Lei 10.048, de 08 de novembro de 2000, que dispõe sobre o atendimento prioritário às pessoas que especifica e dá outras determinações	Victor Mendes (PSD) Maranhão	Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD)
PL 6450/2019	Projeto de Lei	Estabelece a obrigatoriedade de os estabelecimentos de ensino disponibilizarem assentos apropriados aos estudantes obesos	Edna Henrique (PSDB) Paraíba	Apensado ao PL 2636/2019 - Pronta para Pauta na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF)
PL 2155/2019	Projeto de Lei	Altera a Lei 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, no sentido. conceder tratamento especial a portadores de obesidade mórbida em voos comerciais das companhias aéreas brasileiras	Baleia Rossi (MDB) São Paulo	Apensado ao PL 4936/2009 - Pronta para Pauta no Plenário (PLEN)

**Quadro 3:** Resultado da busca por Propostas Legislativas na Câmara dos Deputados assuntos "obesidade" e "obeso" (continuação)

Nome	Tipo	Ementa	Autor/ uf autor	Situação
PL 2636/2019	Projeto de Lei	Obriga as unidades escolares, públicas e privadas, inclusive creches, a disponibilizarem no mínimo 10% (dez por cento) de mobiliário adaptado para pessoas com deficiência e ou obesas	Expedito Netto (PSD) Rondônia	Pronta para Pauta na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF)
PL 4295/2019	Projeto de Lei	Acrescenta o artigo 232-A, § § 1º ao 3º à Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica	Schiavinato (PP) Paraná	Apensado ao PL 2694/2007 - Pronta para Pauta no Plenário (PLEN)
PL 224/2019	Projeto de Lei	Estabelece condições a serem observados por fornecedores no atendimento de pessoas com deficiências ou com mobilidade reduzida com vistas à sua inclusão no mercado de consumo	Roberto de Lucena (PODE) São Paulo	Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados
PL 2961/2019	Projeto de Lei	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para estabelecer o direito das pessoas com mobilidade reduzida de não passar por roletas e catracas	Benedita da Silva (PT) Rio de Janeiro	Apensado ao PL 3249/2012 - Pronta para Pauta no Plenário (PLEN)
PL 3313/2021	Projeto de Lei	Dispõe sobre a obrigatoriedade de hospitais públicos e particulares, prontos-socorros, casas de saúde, estações rodoviárias e aeroportos em todo território nacional disporem de macas e cadeiras de rodas destinadas a pessoas obesas	Geovania de Sá (PSDB) Santa Catarina	Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão de Saúde (CSAUDE)
PL 4451/2021	Projeto de Lei	Altera dispositivo do Decreto-Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal Brasileiro, para que a conduta da ofensa relacionada ao peso corporal seja incluída no crime de injúria tipificado no § 3º do artigo 140	Célio Silveira (PSDB) Goiás	Aguardando Designação de Relator(a) na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
PL 638/2021	Projeto de Lei	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a atenção à saúde de pacientes com obesidade no âmbito do SUS	José Medeiros (PODE) Mato Grosso	Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão de Saúde (CSAUDE)
PL 2897/2022	Projeto de Lei	Obriga a reserva de assentos para obesos nos transportes interestaduais de passageiros	Paulo Bengtson (PTB) Pará	Apensado ao PL 787/2011 - Pronta para Pauta no Plenário (PLEN)
PL 2134/2022	Projeto de Lei	Dispõe sobre a obrigatoriedade de aquisição de macas, camas e cadeiras de rodas dimensionadas para obesos por hospitais, clínicas, postos de saúde e afins, públicos e privados	Joceval Rodrigues (CIDADANIA) Bahia	Apensado ao PL 3313/2021 - Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão de Saúde (CSAUDE)

**Quadro 3:** Resultado da busca por Propostas Legislativas na Câmara dos Deputados assuntos "obesidade" e "obeso" (continuação)

Nome	Tipo	Ementa	Autor/ uf autor	Situação
PL 1119/2022	Projeto de Lei	Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências; e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para promover acessibilidade aos indivíduos obesos mórbidos	Francisco Jr (PSD) Goiás	Apensado ao PL 4936/2009 - Pronta para Pauta no Plenário (PLEN)
PL 2150/2022	Projeto de Lei	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade de os estabelecimentos de ensino disponibilizarem assentos apropriados aos estudantes obesos	Joceval Rodrigues (CIDADANIA) Bahia	Apensado ao PL 6450/2019 - Pronta para Pauta na Comissão de Previdência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF)
PL 4242/2023	Projeto de Lei	Dispõe sobre a obrigatoriedade de hospitais públicos e particulares, prontos-socorros, casas de saúde, estações rodoviárias e aeroportos em todo território nacional disporem de macas e cadeiras de rodas destinadas a pessoas obesas	Pastor Gil (PL) Maranhão	Apensado ao PL 3313/2021 - Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão de Saúde (CSAUDE)
PL 296/2023	Projeto de Lei	Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, para estabelecer a reserva de assentos especiais para passageiros obesos em voos regulares no transporte aéreo	Capitão Alberto Neto (PL) Amazonas	Apensado ao PL 2694/2007 - Pronta para Pauta no Plenário (PLEN)
PL 313/2023	Projeto de Lei	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para proibir a cobrança por assentos especiais ou adicionais necessários à adequada acomodação de pessoas com deficiência e obesos em aeronaves	Maria Rosas (REPUBLIC) São Paulo	Apensado ao PL 787/2011 - Pronta para Pauta no Plenário (PLEN)
PL 5340/2023	Projeto de Lei	Acrescenta artigo à Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre direito de obesos em meios de transporte, e dá outras providências	Alberto Fraga (PL) Distrito Federal	Apensado ao PL 2897/2022 - Pronta para Pauta no Plenário (PLEN)
PL 4490/2023	Projeto de Lei	Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para garantir assentos especiais no transporte público aeroviário para pessoas com deficiência e com obesidade mórbida	Max Lemos (PDT) Rio de Janeiro	Apensado ao PL 787/2011 - Pronta para Pauta no Plenário (PLEN)

**Quadro 3:** Resultado da busca por Propostas Legislativas na Câmara dos Deputados assuntos "obesidade" e "obeso" (conclusão)

Nome	Tipo	Ementa	Autor/ uf autor	Situação
PL 3156/2023	Projeto de Lei	Altera os arts. 1º e 3º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. (Lei da prioridade no atendimento) e dá outras providências	Saullo Vianna (UNIÃO) Amazonas	Apensado ao PL 1093/2019 - Pronta para Pauta na Comissão de Saúde (CSAUDE)

**Fonte:** Quadro desenvolvido pela autora com base nos dados levantados pela pesquisa

Algumas reflexões podem ser realizadas a partir das informações apresentadas no Quadro 3. Primeiramente, observa-se que, embora essas propostas não mencionem especificamente o termo “gordofobia” em seus textos, elas têm como objetivo o enfrentamento das implicações dessa discriminação. Ao analisar o eixo principal de cada um dos Projetos de Lei encontrados, foi possível identificar as seguintes temáticas: promoção de acessibilidade nos meios de transportes, de modo a garantir o direito à mobilidade urbana; adequação na infraestrutura de unidades de saúde, públicas e privadas, visando garantir o acesso integral aos cuidados com a saúde; direito à prioridade no atendimento para indivíduos “obesos”, visando garantir-lhes proteção, dignidade, bem-estar físico e social; obrigatoriedade dos estabelecimentos de ensino disponibilizarem mobiliário apropriado a estudantes “obesos”, de forma a assegurar o acesso igualitário à educação; inclusão de condutas como ofensas relacionadas ao peso corporal como parte do crime de injúria, visando proteger a honra de indivíduos “obesos”.

Fica evidente que todas essas Propostas Legislativas são direcionadas para a população gorda e visam combater os impactos da gordofobia. Cabe ressaltar que, em todos os Projetos de Lei analisados, há o uso do termo “obesos” para referenciar os indivíduos gordos. Essa prática, por sua vez, representa uma problemática. Primeiro porque o termo “obeso” está associado à “obesidade” – que é considerada uma doença perigosa e pandêmica, como mencionado por Poulain (2013) – e seu uso acaba impulsionando a patologização do corpo gordo que, conforme discutido no referencial teórico, é a concepção generalizada de que todo corpo gordo é obrigatoriamente doente. Isso contribui para disseminação de estereótipos sociais negativos associados a esses corpos e, conseqüentemente, estimula o preconceito e a discriminação.

Ademais, essa prática desumaniza esses indivíduos e os reduz unicamente a essa condição – de “obesos”. Conforme destacado por Arruda (2022, p.61), “mesmo que a obesidade fosse uma doença em si, ninguém é chamado pela doença que tem. Fazer isso, chamar uma pessoa gorda de obesa é tratar a pessoa de forma reducionista, impedindo que ela exerça plenamente sua identidade e subjetividades”. Uma alternativa menos preconceituosa e mais respeitosa seria utilizar o termo “gordo”, pois, como nos lembra Arruda (2022), essa palavra precisa ser

normalizada e desassociada de conotações pejorativas e negativas, visto que é apenas um termo que descreve uma característica física.

Além disso, observa-se que foram apresentadas 26 proposições à Câmara dos Deputados ao longo do período analisado, de 2014 a 2024; evidenciando, assim, um número pouco expressivo diante da complexidade da temática. Há, portanto, outro ponto a destacar: em uma década, dos 26 Projetos de Lei apresentados, apenas um, o PL 6467/2016, foi sancionado e transformado em Lei Ordinária. O que poderia explicar isso? Conforme já discutido, a limitação de recursos – econômicos, legislativos, financeiros, humanos, entre outros – enfrentada pelos poderes públicos, nos processos de tomada de decisão, ou até mesmo a ideologia política e o interesse dos poderes públicos em lidar com alguma questão ou não, poderiam explicar a razão pela qual a legislação, no âmbito da gordofobia, caminha a passos lentos.

Dentre as 26 proposições, 25 ainda estão em processo de tramitação. Vale destacar o longo tempo transcorrido entre as datas em que os Projetos foram propostos e a tramitação, chegando até 11 anos, como o PL 7914/2014. O referido Projeto de lei dispõe sobre a obrigatoriedade de os planos de seguro privado de assistência à saúde atenderem portadores de “obesidade mórbida”, visado, portanto, garantir um direito que não deveria ser questionado: o direito de acesso à saúde. O fato de existir um PL que estabelece a obrigatoriedade do atendimento a esses indivíduos escancara o problema por si só e deixa explícito o quanto pessoas gordas sofrem restrições de acesso a direitos básicos, como a assistência médica, por exemplo.

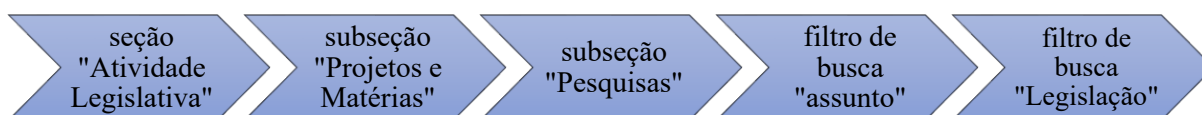
Outro exemplo é o Projeto de Lei 6450/2019, que estabelece a obrigatoriedade de estabelecimentos de ensino disponibilizarem assentos apropriados aos estudantes “obesos” – uma questão muito complexa que afeta a aprendizagem e representa uma barreira para o acesso igualitário à educação. Esses dois Projetos de Lei, assim como os demais listados no Quadro 3, abordam questões muito complexas e representam importantes ferramentas para o enfrentamento da gordofobia. Sendo assim, não deveriam ser encarados como debates relevantes, passíveis de atenção e de intervenções das autoridades públicas? Pelo contrário, parecem estar sendo “esquecidos” e “deixados de lado”.

Para concluir essa reflexão, recorreu-se às contribuições de Subirats (2006). Conforme o autor, o processo de consideração de uma questão como um “problema público a ser resolvido” depende de uma série de fatores. No entanto, há um elemento fundamental: o papel do governo ou do órgão de decisão. A forma como uma questão é abordada e resolvida na esfera pública depende, assim, da percepção dos poderes públicos sobre o que deve ter acesso às agendas e, principalmente, permanecer nelas. Ao analisar esse conceito abordado pelo autor, podemos

considerar que o poder legislativo tem assumido uma postura mais passiva no que se refere ao enfrentamento da gordofobia e de seus impactos. É o que Subirats (2006) chama de alternativa pluralista, que consiste em “deixar o tempo passar”. Ao adotar essa abordagem, os órgãos decisores aceitam que as desigualdades sociais continuem como estão sem interferirem ativamente para que mudanças aconteçam.

A fim de confirmar com mais rigor essa teoria, foi necessário ampliar o levantamento de estratégias governamentais de enfrentamento da gordofobia para além das proposições apresentadas pela Câmara dos Deputados. Para isso, foi realizado um levantamento de estratégias cuja casa iniciadora é o Senado Federal. Esse processo foi realizado no portal digital oficial da referida casa legislativa e dividido em duas etapas: busca por instrumentos normativos e atividades legislativas sancionadas pelo Poder Executivo e busca por propostas legislativas em tramitação. A primeira etapa seguiu o processo descrito na Figura 9.

**Figura 9:** Etapas sequenciais da busca por Atividades Legislativas sancionadas pelo Poder Executivo



Fonte: desenvolvida pela autora

Aplicando o termo “gordofobia” no filtro de busca “assunto”, não foi encontrado nenhum resultado entre o intervalo de 2014 a 2024. Seguindo as mesmas etapas supracitadas, aplicando o termo “obesidade”, também não se obteve resultado no que se refere a estratégias direcionadas para o enfrentamento dos impactos da gordofobia. No entanto, utilizando-se o termo “obeso”, a busca obteve o resultado descrito no Quadro 4.

**Quadro 4:** Levantamento de “Atividade Legislativa” utilizando os termos de busca “Legislação” e assunto “obeso” no portal oficial do Senado Federal

Nome	Tipo	Ementa	Autor/ UF Autor	Situação
Decreto nº 9.404, de 11 de junho de 2018	Decreto	Altera o Decreto nº 5.296, de 2 dezembro de 2004, para dispor sobre a reserva de espaços e assentos em teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares para pessoas com deficiência, em conformidade com o art. 44 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	Poder Executivo	Em vigor

Fonte: Quadro desenvolvido pela autora com base nos dados levantados pela pesquisa

Foi feita a leitura completa do Decreto apresentado no Quadro 4. O referido instrumento normativo dispõe sobre a garantia de acessibilidade e inclusão da Pessoa com Deficiência.

Contudo, enquadra-se como uma estratégia de enfrentamento dos impactos da gordofobia, mesmo que esse não seja o seu propósito central. Conforme descrito no Art. 23, § 2º:

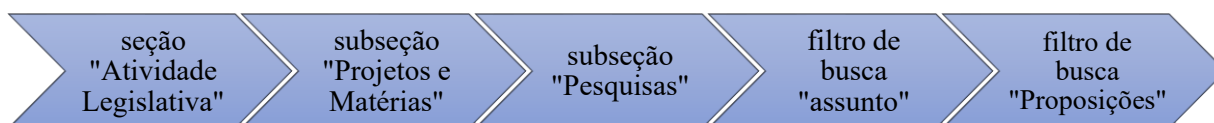
Cinquenta por cento dos assentos reservados para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida devem ter características dimensionais e estruturais para o uso por pessoa obesa, conforme norma técnica de acessibilidade da ABNT, com a garantia de, no mínimo, um assento (Brasil, 2018).

O Decreto dispõe, portanto, sobre a obrigatoriedade da oferta e reserva de espaços e assentos exclusivos e adaptados para o uso por pessoas “obesas”. Apesar da conotação pejorativa associada à utilização dos termos “obeso” e “mobilidade reduzida”, conforme discutido anteriormente, o referido Decreto atua no enfrentamento de um desafio relevante, vivenciado por esses indivíduos: a dificuldade de frequentar espaços sociais, devido à falta de acessibilidade. Como discutido no referencial teórico, a gordofobia limita pessoas gordas da vida social, como nos lembra Aires (2019), os espaços públicos não são projetados para acolherem corpos gordos. Assim, esses indivíduos são privados de muitas atividades corriqueiras, como frequentar um cinema ou assistir a palestras em auditórios, por exemplo.

O Decreto nº 9.404/2018, ao instituir medidas de inclusão e promoção da igualdade de oportunidades para corpos gordos em espaços sociais – como teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares – configura-se, portanto, como uma estratégia de enfrentamento da gordofobia.

Em seguida, o processo de busca por propostas legislativas em tramitação percorreu as etapas sequenciais descritas na Figura 10.

**Figura 10:** Etapas sequenciais da busca por Atividades Legislativas em tramitação, apresentadas pelo Senado Federal



**Fonte:** desenvolvida pela autora

Foi aplicado, no filtro de busca “assunto”, os seguintes termos: “gordofobia”, “obesidade” e “obeso”. A busca pelo termo “gordofobia” não obteve resultado. Em contrapartida, foram encontrados alguns registros na busca pelos termos “obesidade” e “obeso”. Primeiramente, foi feita a leitura das ementas de todas as proposições encontradas. Como critério de exclusão, foram desconsideradas aquelas que não dispõem sobre medidas de proteção, promoção de direitos, inclusão, igualdade de oportunidades, acessibilidade ou outras ações similares, direcionadas à população gorda. Posteriormente, foi realizada a análise individual e leitura

completa das proposições consideradas como relevantes para o escopo da pesquisa, a fim de garantir a validade das informações. Por fim, os dados levantados foram organizados e descritos no Quadro 5.

**Quadro 5:** Levantamento de “Atividade Legislativa” em tramitação, no portal oficial do Senado Federal, utilizando os termos de busca “Proposições” e assunto “obeso”

Nome	Tipo	Ementa	Autor/ UF autor	Situação
PL 4804/2019	Projeto de Lei	Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para garantir assentos especiais no transporte público para pessoas com deficiência e com obesidade mórbida	Zenaide Maia (PSD) Rio Grande do Norte	Remetida à câmara dos deputados. Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados
PL 3461/2020	Projeto de Lei	Proíbe cobrança adicional de pessoas obesas em transportes e em eventos culturais e tipifica a discriminação nesses contextos	Romário (PODEMOS) Rio de Janeiro	Aguardando designação do relator
PL 3526/2020	Projeto de Lei	Obriga os estabelecimentos de saúde a disponibilizarem equipamentos médico-assistenciais adequados ao atendimento da pessoa obesa	Romário (PODEMOS) Rio de Janeiro	Aguardando designação do relator
PL 5586/2023	Projeto de Lei	Institui o Estatuto da Pessoa com Obesidade, com foco na promoção da inclusão, proteção da saúde e dos direitos, tratamento adequado, combate ao bullying, assistência social e inserção no mercado de trabalho	Jussara Lima (PSD) Piauí	Matéria com a relatoria
PL 3295/2023	Projeto de Lei	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória no transporte aéreo regular doméstico a disponibilização de assentos com dimensões especiais	Carlos Viana (PODEMOS) Minas Gerais	Matéria com a relatoria

**Fonte:** Quadro desenvolvido pela autora com base nos dados levantados pela pesquisa

O conteúdo apresentado no Quadro 5 desperta algumas reflexões. Primeiramente, verifica-se que nenhuma das proposições apresentadas aborda explicitamente a gordofobia em suas disposições, embora tratem de questões que a caracterizam. Diante dessa conjuntura, entende-se a importância de se promoverem debates que ampliem o conhecimento das práticas e comportamentos que caracterizam essa forma de discriminação. A gordofobia precisa ser abordada com mais clareza no debate público. É fundamental que os Projetos de Lei, os instrumentos normativos ou atividades legislativas nomeiem esses comportamentos preconceituosos, esses atos discriminatórios, violentos e excludentes como gordofóbicos. Nomear devidamente a gordofobia pode permitir que as experiências de opressão, vivenciadas por indivíduos gordos, sejam reconhecidas e validadas.

Ademais, dar o nome de gordofobia às práticas gordofóbicas pode proporcionar muitos benefícios para a sociedade como um todo. Dentre eles, podem ser citados: maior conscientização dos efeitos nocivos dessa forma de discriminação; possíveis mudanças comportamentais da sociedade; responsabilização dos indivíduos e instituições que praticam atos gordofóbicos e, assim, aplicação de medidas corretivas e, por fim, empoderamento das vítimas que, muitas vezes, não conseguem reconhecer que estão sendo discriminadas. Além disso, nomear adequadamente a gordofobia pode influenciar o seu reconhecimento, por parte das autoridades públicas, como um problema que demanda estratégias mais evidentes e específicas de enfrentamento.

Como nos lembra Subirats (2006), a construção objetiva de um problema é um dos aspectos mais importantes no processo de atuação da administração pública. Sendo assim, é fundamental que a gordofobia seja devidamente nomeada, identificada, definida, classificada e explicada, ou seja, construída como um problema público que demanda políticas públicas mais efetivas e coerentes com a complexidade da questão. Essa construção mais objetiva, clara e precisa pode, portanto, desencadear ações das autoridades competentes e facilitar a inserção e, principalmente, a permanência da temática na agenda governamental.

Posteriormente, destaca-se outro aspecto exposto no Quadro 5. Dentre os Projetos de Lei encontrados, dois propõem alterações a serem incorporadas à legislação existente: o PL 4804/2019 e o PL 3295/2023. O primeiro, visando garantir a oferta de assentos especiais para pessoas com deficiência e com “obesidade mórbida” no transporte público, propõe alteração na Lei nº 10.048/2000<sup>8</sup>, a qual passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

**Art. 3º-A.** As empresas que atuam no transporte coletivo de passageiros, nos modos rodoviário, hidroviário, ferroviário ou aeroviário, reservarão assentos especiais para pessoas com deficiência ou com obesidade mórbida.

§ 1º Serão disponibilizados 3% do total de assentos disponíveis para atender aos casos de que trata o caput deste artigo, desde que o bilhete de passagem seja adquirido com antecedência de 48 horas do horário programado para a viagem.

§ 2º Regulamento do Poder Executivo estabelecerá os procedimentos e regras específicas para comercialização e acesso aos assentos especiais de cada modo de transporte (Brasil, 2019, Art. 1º).

---

<sup>8</sup> Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, estabelece normas para a prioridade de atendimento às pessoas que especifica – pessoas com deficiência, com transtorno do espectro autista, com criança de colo, com mobilidade reduzida, idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, gestantes, lactantes, obesos e doadores de sangue – e dá outras providências (Brasil, 2000).

O Projeto de Lei 4804/2019 visa, portanto, assegurar o direito de ir e vir, consagrado pela Constituição Federal Brasileira de 1988. Conforme descrito no texto do referido Projeto, o transporte coletivo, seja rodoviário, aeroviário, ferroviário ou aquaviário, garante aos cidadãos o acesso a diversas atividades cotidianas, como trabalho, estudo, lazer, entre tantas outras. Contudo, nem todos os cidadãos têm acesso igualitário a esses transportes coletivos, o que evidencia como esse direito é negligenciado pelo Estado (Brasil, 2019).

Conforme apresentado na justificativa do PL 4804/2019, uma prática comum das empresas aéreas brasileiras é a cobrança extra aos passageiros que não conseguem atar o cinto de segurança sem o extensor ou abaixar o descanso de braço. Esses indivíduos, muitas vezes, acabam sendo obrigados a pagar por dois assentos ou até mesmo são expostos ao constrangimento de serem convidados a desembarcar da aeronave, por não conseguirem ocupar apenas uma poltrona (Brasil, 2019). Diante disso, cabe uma reflexão: Quantas pessoas gordas já perderam oportunidades de viajar, seja a trabalho ou a lazer, por medo de vivenciarem situações constrangedoras como essas?

O PL 4804/2019, embora disponha sobre a oferta de assentos especiais em transportes coletivos, especificamente, para pessoas com “obesidade mórbida”, enquadra-se como uma estratégia de enfrentamento da gordofobia. Caso a alteração proposta seja realmente incorporada à Lei nº 10.048/2000, ela pode servir como precursor para outras discussões mais amplas, que abrangem beneficiários além dos “obesos mórbidos” – um termo completamente pejorativo, que necessita ser questionado, repensado, reformulado e, principalmente, substituído por uma terminologia menos estigmatizada e mais respeitosa.

A dificuldade de usufruir dos meios de transporte não é restrita aos “obesos mórbidos”. Conforme discutido, as poltronas das aeronaves são apertadas, desconfortáveis e claramente não são projetadas para acomodarem corpos gordos, principalmente no que se refere à segurança. Outro exemplo são as roletas e assentos estreitos que limitam o acesso desses indivíduos em transportes, como ônibus e metrô. Isso evidencia como o transporte coletivo não é acessível a todos os cidadãos. Assim, os indivíduos gordos, por serem moralmente “culpados e responsáveis” pela sua condição, acabam tendo seus anseios e necessidades negligenciados, silenciados e até mesmo apagados.

Ainda nesse contexto, o PL 3295/2023 propõe alteração na Lei nº 13.146/2015<sup>9</sup>, que passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

---

<sup>9</sup> Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (Brasil, 2015)

**Art. 48-A.** As aeronaves registradas no Brasil, utilizadas em voos de transporte aéreo regular doméstico nacional e internacional, devem disponibilizar assentos com dimensões especiais, na forma do regulamento. (NR)

§ 1º Pode haver diferenciação tarifária para a ocupação do assento.

§ 2º O passageiro obeso tem preferência para a ocupação dos assentos de que trata o caput (Brasil, 2023a, Art. 1º).

Posto isto, a referida proposição reconhece a dificuldade de acomodação nas aeronaves e, assim, tem por objetivo obrigar que as empresas de transporte aéreo regular, que operem voos domésticos, ofereçam assentos com dimensões especiais (Brasil, 2023a). Esse Projeto tem como objetivo ampliar a acessibilidade, conforto, segurança e melhorar a qualidade das experiências nesses espaços. No entanto, permite a diferenciação tarifária para a ocupação dos assentos especiais, conforme descrito em seu texto. Essa prática levanta algumas discussões: Não seria controverso garantir acessibilidade, mas cobrar mais por isso? Não seria uma violação ao princípio de igualdade estabelecido pela Declaração Universal de Direitos Humanos e consagrado pela Constituição Federal do Brasil? Se todos são iguais, em dignidade e direitos, por que algumas pessoas precisam pagar a mais por um mesmo serviço, devido a sua condição física?

Essa medida acaba impulsionando os sentimentos de “inadequação” e de “não pertencimento”. A mensagem é clara: Vocês não cabem em nossos espaços e para terem acesso a eles precisam emagrecer ou pagar a mais por isso. Sendo assim, essa prática pode ser percebida como uma maneira de penalizar esses indivíduos, por não corresponderem às exigências sociais e aos padrões de “normalidade” – como já abordado – e, conseqüentemente, acaba contribuindo significativamente para a perpetuação dessa forma de discriminação: a gordofobia.

Em contrapartida, o PL 3461/2020 reconhece essa prática como discriminatória e, assim, dispõe sobre a proibição de cobrança adicional em transportes de qualquer modalidade e em eventos culturais, mesmo que haja a necessidade de dois assentos para a acomodação. Esse Projeto, embora não nomeie claramente essa prática como gordofóbica, representa uma importante ferramenta para o enfrentamento da gordofobia. Ao questionar a diferenciação de tratamento devido à condição física, abre espaço para o diálogo, como pode ser observado em seu texto

Uma forma de discriminação mal velada sob um falso pretexto de justiça é a cobrança adicional por empresas de transporte ou em eventos culturais, sob o argumento de que duas cadeiras devem custar duas vezes o preço. Empresas aéreas chegam a argumentar que o peso das pessoas obesas aumenta o gasto de combustível, de modo que seria injusto dividir essa despesa com os passageiros não obesos. Essas explicações

parecem justas e claras sob a ótica da igualdade formal, mas partem de uma perspectiva equivocada, que olha primeiro para as coisas – assentos ou combustível – e depois para as pessoas. Se considerarmos que todos têm a mesma dignidade fundamental e pensarmos antes nas pessoas do que nas coisas, fica muito mais fácil chegar à singela ideia de “uma pessoa, um preço” (Brasil, 2020b).

Em sequência, os Projetos de Lei 3526/2020 e 5586/2023 também representam estratégias de enfrentamento da gordofobia. O primeiro, dispõe sobre a garantia de um direito fundamental e inalienável: o acesso à saúde. Como nos lembra Paim (2022), a falta de acessibilidade é uma significativa barreira enfrentada por pessoas gordas em ambientes destinados à saúde. Sendo assim, o PL 3526/2020, visando assegurar o acesso universal e igualitário aos cuidados com a saúde, dispõe sobre medidas que obriguem estabelecimentos públicos e privados a disponibilizarem estrutura e equipamentos médicos-assistenciais adequados ao atendimento de pessoas “obesas” (Brasil, 2020a).

O Projeto de Lei 5586/2023, por sua vez, institui o Estatuto da Pessoa com Obesidade e, embora estabeleça diretrizes para tratamento justo e igualitário especificamente para pessoas “obesas”, também representa uma estratégia de combate à gordofobia. O referido Estatuto reconhece a discriminação vivenciada por esses indivíduos em diversos espaços sociais. Assim, dispõe sobre medidas para proteção da honra, da dignidade e dos direitos, bem como para a promoção da acessibilidade em meios de transportes, em ambientes escolares e de lazer. Ademais, são estabelecidas medidas para combater a discriminação em ambientes profissionais – a gordofobia laboral – e medidas de incentivo à inserção desses indivíduos no mercado de trabalho, entre outras (Brasil, 2023b). Ao abordar diretrizes para o tratamento justo e respeitoso às pessoas “obesas”, a referida proposição pode contribuir para a redução do preconceito e discriminação vivenciada por esses indivíduos e, conseqüentemente, para uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Até o momento, foi realizado um levantamento de estratégias governamentais nacionais, abrangendo tanto os instrumentos normativos e atividades legislativas sancionadas pelo Poder Executivo, quanto as propostas legislativas em tramitação. Cabe ressaltar que os Projetos de Lei analisados se caracterizam pelo processo de tramitação bicameral, ou seja, envolvem participação das duas casas legislativas: a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Caso aprovados e sancionados pelo Poder Executivo, passam a vigorar como leis federais, isto é, com aplicação em todo território nacional.

Com o objetivo de expandir esta pesquisa, foi realizado um levantamento de estratégias governamentais, abrangendo normas jurídicas e proposições legislativas que se aplicam dentro dos limites administrativos de cada estado brasileiro. O período de análise também abrangeu

janeiro de 2014 a junho de 2024. O propósito desse levantamento foi analisar se a gordofobia tem sido reconhecida e abordada pelos poderes executivos na esfera estadual e assim, fazer um comparativo com as ações na esfera federal.

A busca foi iniciada no portal digital oficial do governo federal, onde foi acessada a seção “Legislação”, seguida pela subseção “Legislação Estadual”. Seguindo essas etapas, foi possível ter acesso aos portais oficiais das Assembleias Legislativas de todas as unidades federativas do Brasil e da Câmara Legislativa do Distrito Federal, as quais foram analisadas separadamente. Como critério de busca, foi aplicado o termo “gordofobia”, visando encontrar normas jurídicas e/ou proposições que dispõem medidas especificamente sobre essa temática. Foi feita a leitura completa de todas as estratégias governamentais encontradas, a fim de assegurar a validade das informações. Os dados foram analisados e reunidos no Quadro 6.

**Quadro 6:** Levantamento de “Atividades Legislativas” na esfera estadual (continua)

<b>Tipo de norma Jurídica</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor/ Iniciativa</b>	<b>UF Autor</b>	<b>Situação</b>
Lei nº 17.099/2020	Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual de Enfrentamento à Gordofobia	Deputada estadual Gleide Ângelo (PSB)	Assembleia Legislativa do Estado do Pernambuco	Em vigor
Lei Ordinária nº 1.580/ 2021	Inclui no calendário oficial do Estado de Roraima o Dia Estadual de Combate à Gordofobia	Deputada estadual Betânia Almeida (PV)	Assembleia Legislativa do Estado de Roraima	Em vigor
Lei nº 5.239/2021	Dispõe sobre a implantação de medidas de proteção e de inclusão da pessoa gorda ou obesa nos espaços públicos e privados do Estado de Rondônia e institui o Dia Estadual do Combate à Gordofobia	Deputado estadual Lazineiro da Fetagro (PT)	Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia	Em vigor
Lei Ordinária nº 6.023/2022	Institui o Dia Estadual de Conscientização e Combate à Gordofobia no Estado do Amazonas	Deputado estadual Ricardo Nicolau (PSD)	Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas	Em vigor
Projeto de Lei 2503/2022	Institui o Dia Distrital de Conscientização e Combate à Gordofobia no âmbito do Distrito Federal	Deputado estadual José Gomes (PP)	Câmara Legislativa do Distrito Federal	Em tramitação
Lei Ordinária nº 12.409/2022	Institui e inclui no calendário oficial do Estado da Paraíba o dia estadual da luta contra a Gordofobia	Deputado estadual João Gonçalves (PSB)	Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba	Em vigor
Lei Ordinária nº 9587/2022	Institui o Dia Estadual de Conscientização e Combate à Gordofobia no Estado do Pará	Deputado estadual Carlos Bordalo (PT)	Assembleia Legislativa do Estado do Pará	Em vigor

**Quadro 6:** Levantamento de “Atividades Legislativas” na esfera estadual (conclusão)

<b>Tipo de norma Jurídica</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor/ Iniciativa</b>	<b>UF Autor</b>	<b>Situação</b>
Lei Ordinária nº 17.781/2022	Altera a Lei nº 13.995, de 22 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate ao <i>bullying</i> escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas e privadas de educação básica do Estado de Pernambuco e dá outras providências, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Alberto Feitosa, a fim de acrescentar a importância da conscientização sobre os riscos da prática de gordofobia dentro dos estabelecimentos de ensino	Deputada estadual Laura Gomes (PSB)	Assembleia Legislativa do Estado do Pernambuco	Em vigor
Lei nº 9695/2022	Altera a lei nº 5.645, de 06 de janeiro de 2010, para instituir no calendário oficial do Estado do Rio de Janeiro o dia estadual de conscientização e combate à gordofobia, em todo o Estado do Rio de Janeiro	Deputado estadual Átila Nunes (PSD)	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro	Em vigor
Lei nº 3.975/2022	Institui o “Dia Estadual de Conscientização e Combate à Gordofobia” no Estado do Tocantins	Deputado estadual Júnior Geo (PSC)	Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins	Em vigor
Lei nº 18.578/2023	Institui o dia estadual de luta contra a Gordofobia no Estado do Ceará	Deputado estadual Júlio César Filho (PT)	Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	Em vigor
Projeto de Lei 352/2023	Dispõe sobre a implantação de medidas de proteção e de inclusão da pessoa gorda nos espaços públicos e privados do Estado de Minas Gerais e institui o Dia Estadual do Combate à Gordofobia	Deputada estadual Andréia de Jesus (PT)	Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais	Em tramitação anexado a PL 4063 /2022
Lei nº 10.020/2023	Altera a lei nº 9.695, de 26 de maio de 2022, para instituir, no calendário oficial do Estado do Rio de Janeiro, a semana de conscientização e combate à Gordofobia	Daniella Monteiro (PSOL)/Chico Machado (SDD)	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro	Em vigor

**Fonte:** Quadro desenvolvido pela autora com base nos dados levantados pela pesquisa

Os dados encontrados demonstram que a gordofobia entrou para o conjunto de ações de 11 unidades federativas, incluindo o Distrito Federal, como pode ser observado na Figura 11. Embora esse não seja um número expressivo, representa um avanço.

**Figura 11:** Unidades federativas, incluindo o Distrito Federal, onde a gordofobia tem sido reconhecida e abordada



**Fonte:** Imagem desenvolvida pela autora

Ademais, as informações do Quadro 6 instigam outras reflexões. Primeiramente, destaca-se a Lei Ordinária nº 17.781/2022 que, dentre outras medidas, dispõe sobre a implementação, nas escolas públicas e privadas da educação básica do estado de Pernambuco, de ações que estimulem a conscientização sobre os riscos da prática de gordofobia em ambientes escolares. Como já discutido, a gordofobia nesses espaços pode afetar negativamente o desempenho escolar e, conseqüentemente, comprometer a aprendizagem, bem como trazer implicações que ultrapassam os limites desse contexto – podendo afetar aspectos pessoais, como a autoestima, a saúde física e emocional, por exemplo.

Sendo assim, a importância dessa iniciativa se dá pelo fato de que estimular ações e fomentar debates que promovam a conscientização das implicações da gordofobia, especialmente em ambientes que desempenham um papel fundamental na formação de cidadãos, pode contribuir para uma mudança cultural na sociedade e, a longo prazo, para a desconstrução de estruturas discriminatórias. Além disso, a Lei Ordinária nº 17.781/2022 denota potencial para influenciar outros estados brasileiros a incorporarem essas medidas em seus conjuntos de ações.

Posteriormente, observa-se, a partir do Quadro 6, que todas as outras proposições instituem, no calendário oficial de seus respectivos estados, uma data dedicada à conscientização e combate à gordofobia. Após leitura completa das referidas proposições, foi possível identificar as principais justificativas para tal medida, dentre as quais, destacam-se: dar

maior visibilidade à discriminação vivenciada por pessoas gordas, promover a conscientização sobre os impactos negativos da gordofobia e impulsionar debates sobre soluções para o problema, como a implementação de políticas públicas específicas, por exemplo. Essa medida evidencia que os poderes executivos dos referidos estados reconhecem a problemática e se mostram dispostos a discutir sobre o assunto – o que representa um passo importante na luta contra a gordofobia. Promover esses debates pode resultar em uma mobilização social, no fortalecimento da temática no debate público e, conseqüentemente, na implementação de ações mais efetivas de enfrentamento da gordofobia.

Além disso, analisando os textos das normas jurídicas e proposições legislativas descritas no Quadro 6, identificou-se outro aspecto: a linguagem utilizada. Dentre as 13 atividades encontradas, cinco delas – o Projeto de lei 2503/2022, do Distrito Federal; a Lei Ordinária nº 6.023/2022 do Estado do Amazonas; Lei Ordinária nº 12.409/2022, do Estado da Paraíba; a Lei Ordinária nº 9587/2022, do Estado do Pará; e a Lei nº 18.578/2023, do Estado do Ceará – utilizam o termo “pessoa gorda” para referenciar as vítimas. Como já discutido, essa linguagem representa uma forma mais respeitosa e menos preconceituosa, uma vez que não desumaniza esses indivíduos e muito menos os reduz à condição de “obesos” e “doentes”. Trazer o termo “pessoa gorda” sem associações pejorativas demonstra maior clareza e consciência da luta antigordofobia.

Em contrapartida, as demais estratégias governamentais utilizam termos como “pessoa obesa” e “pessoa acima do peso” para referenciar indivíduos gordos, evidenciando, assim, a importância de se fomentarem mais debates que ampliem o conhecimento sobre a gordofobia, bem como sobre os termos e práticas que a caracterizam.

Por outro lado, durante o processo de coleta dos dados, foi identificada uma proposição que, embora não atenda aos critérios de inclusão delineados para o levantamento de estratégias governamentais, ainda assim se mostra relevante para uma breve discussão: o Projeto de Lei 601/2023, do Estado de São Paulo. A referida proposição estabelece a proibição do uso do termo "gordofobia" ou correlatos em documentos oficiais do Estado de São Paulo, bem como a vedação das estruturas da Administração Pública para promover ações de “combate à gordofobia” (São Paulo, 2023). A justificativa para tal medida pode ser observada no seguinte trecho:

O uso do termo "gordofobia" ou qualquer termo correlato pode promover a ideia de que a obesidade é aceitável. O excesso de peso é uma questão de saúde; o uso do termo “gordofobia” pode levar a uma aceitação da obesidade como uma condição normal ou saudável, o que pode gerar a perpetuação de comportamentos e escolhas pouco saudáveis, contribuindo para inúmeros males de saúde (São Paulo, 2023).

Essa justificativa apresentada pelo autor do Projeto, o deputado estadual Guto Zacarias, demonstra um evidente desconhecimento do que é de fato a gordofobia. Um ponto importante a se ressaltar é que os discursos designados às corporalidades gordas, responsáveis pela manutenção e perpetuação da gordofobia, estão muito arraigados na construção moral de grande parte da opinião pública. Devido a isso, é muito comum que a reivindicação pelos direitos das pessoas gordas acabe sendo erroneamente relacionada com apologia à “obesidade”, como ressaltado por Jimenez (2021). O combate à gordofobia não tem como objetivo estimular comportamentos e práticas não saudáveis, muito menos promover a ideia de que a “obesidade” é uma condição normal e aceitável, como descrito no texto do PL 601/2023.

Combater a gordofobia é reivindicar por direitos básicos, como o direito de existir com dignidade; o direito de frequentar espaços sociais sem ser discriminado devido à condição física; o direito de realizar exames médicos sem sofrer preconceito ou ter o peso corporal como ponto de partida para diagnóstico; o direito de frequentar ambientes de lazer, entre tantos outros. Combater a gordofobia é, portanto, lutar por direitos de indivíduos que, por serem frequentemente expostos a inúmeras situações de restrições sociais são, muitas vezes, levados a questionarem seu papel social e, principalmente, sua própria humanidade.

O Projeto de Lei nº 601/2023 está, portanto, na contramão de toda a discussão fomentada até o momento. Caso seja aprovado e sancionado pelo Poder Executivo do respectivo estado, pode representar um retrocesso na luta contra a gordofobia, especialmente para o estado de São Paulo. A existência de um Projeto que proíbe o uso do termo “gordofobia” no debate público representa mais uma maneira de silenciar as necessidades, os anseios e os direitos de indivíduos que são constantemente invisibilizados pela sociedade. Diante da complexidade da gordofobia, espera-se que o referido Projeto, se aprovado pelo Legislativo, seja vetado pelo Poder Executivo e, assim, não tenha acesso ao conjunto de ações políticas do estado de São Paulo.

Por fim, destaca-se o Projeto de Lei nº 352/2023 que “dispõe sobre a implantação de medidas de proteção e de inclusão da pessoa gorda nos espaços públicos e privados do Estado de Minas Gerais e institui o Dia Estadual do Combate à Gordofobia” (Minas Gerais, 2023, ementa). Um aspecto importante observado, após a leitura completa da referida proposição, é que o Projeto foi produto de um processo coletivo de escrita, que envolveu a participação de pesquisadoras e ativistas da pauta antigordofobia. Esse fato corrobora, portanto, a abordagem multicêntrica adotada por Sechi (2011) que, como mencionado no referencial teórico, embora reconheça a centralidade do Estado, considera a influência de atores não estatais na elaboração de políticas públicas. Cabe ressaltar que as colaboradoras envolvidas na elaboração da referida

proposição vivenciam diretamente a gordofobia, o que lhes confere uma compreensão íntima dessa forma de discriminação. Tais aspectos fortalecem a confiabilidade das informações contidas no documento.

Um Projeto de Lei elaborado em conjunto, por um ator político – no caso a deputada estadual Andréia de Jesus – e por indivíduos que são afetados diretamente pelo problema o qual se pretende solucionar, além de representar uma perspectiva valiosa do fenômeno, pode resultar em uma proposta legislativa mais coerente, mais sensível às reais necessidades da população envolvida e potencialmente mais eficaz.

Após análise dos dados coletados, foi possível responder à pergunta norteadora deste levantamento: A gordofobia tem sido reconhecida como problema público e abordada com a devida seriedade pelas autoridades públicas? Os dados apresentados demonstram que, nos últimos anos, a temática tem ganhado visibilidade no debate público, no entanto, há pouco protagonismo. Embora existam estratégias governamentais que dispõem sobre medidas de enfrentamento dos impactos dessa forma de discriminação, a proposição e, principalmente, a implementação de ações específicas ainda são limitadas e insuficientes.

No contexto das estratégias governamentais do âmbito federal, aquelas iniciadas pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal ou pelo Poder Executivo, foram identificados apenas três Projetos de Lei que trazem o termo “gordofobia” em seus textos: o PL 53/2022, o PL 2671/2022 e o PL 1786/2022. As proposições mencionadas datam o ano de 2022 e ainda estão em processo de tramitação. Logo, pode-se dizer que o debate específico sobre a gordofobia é relativamente recente nas referidas casas legislativas.

As outras atividades legislativas encontradas, por mais que tratem de medidas que visam promover saúde, igualdade, acessibilidade, inclusão, bem como proteger a honra, a dignidade, o bem-estar físico e social de indivíduos “obesos”, ainda assim não abordam explicitamente a gordofobia. Nesse contexto, foram identificados dois instrumentos normativos e duas atividades legislativas sancionadas pelo Poder Executivo: respectivamente, os decretos nº 8.816/2016 e nº 9.404/2018; as Leis nº 14.364/2022 e nº 14.626/2023. Além disso, também foram identificados 34 Projetos de Leis – incluindo os da Câmara dos Deputados e os do Senado Federal – que, embora não disponham especificamente sobre a gordofobia, atuam no enfrentamento de seus impactos.

Como discutido, é essencial que essa forma de discriminação seja tratada com mais clareza no debate público. Sem o devido reconhecimento das práticas e comportamentos que caracterizam a gordofobia, por parte das autoridades públicas, atos gordofóbicos podem ser

desconsiderados e negligenciados – e os indivíduos gordos, conseqüentemente, ficam desprotegidos juridicamente. A clareza no debate público também pode ter um efeito preventivo, no sentido de desencorajar indivíduos e instituições a praticarem atos gordofóbicos e discriminatórios, podendo proporcionar, assim, uma mudança comportamental da sociedade e, a longo prazo, uma transformação cultural. São muitos os benefícios para a sociedade como um todo. Ademais, abordar explicitamente a gordofobia pode possibilitar que essa pauta seja devidamente reconhecida como um problema público, que demanda ações específicas de enfrentamento. Dessa forma, a gordofobia pode ser debatida com a devida seriedade, priorizada e incorporada efetivamente à agenda de ações públicas, por meio de medidas mais coerentes com a complexidade da questão.

Em contrapartida, no contexto da esfera estadual, foram identificadas 13 atividades legislativas, abrangendo Leis e Projetos de Lei, que trazem o termo “gordofobia” em suas disposições. Sendo assim, é possível dizer que a temática tem sido abordada com mais clareza na esfera estadual. Dentre as atividades mencionadas, 11 estão em vigor, o que significa que foram incorporadas ao conjunto de ações de seus respectivos estados.

Posto isto, ao estabelecer um comparativo entre as duas esferas, pode-se dizer que a gordofobia tem avançado mais na esfera estadual do que na federal, no que diz respeito ao debate e implementação de ações específicas de enfrentamento. No entanto, ao analisar todos os dados coletados neste levantamento, identificou-se um número pouco expressivo de ações governamentais atuantes no combate à gordofobia, bem como dos seus impactos. Essa pauta, por não receber a devida atenção, caminha a passos lentos no Brasil. Sendo assim, entende-se que a gordofobia, apesar da visibilidade que vem ganhando no últimos anos, ainda assim se configura uma pauta emergente que requer mais atenção, debates mais amplos e ações mais eficazes de enfrentamento.

### **4.3 Entre o Estigma e a Ciência: uma revisão sistemática sobre a Gordofobia no Brasil**

Considerando toda a discussão suscitada até este ponto, foi possível chegar a algumas conclusões. Primeiramente, entendeu-se que a gordofobia é produto de um processo cultural; além disso, é um fenômeno muito complexo que se caracteriza como um problema público, por isso demanda políticas públicas específicas. No entanto, ao analisar o cenário político, foi possível identificar que a gordofobia ainda não é amplamente reconhecida como um problema passível de atenção e de ação política. Diante desse contexto, foi possível identificar uma

ferramenta que denota potencial de mudar tal cenário: o debate. Quanto mais discussões forem instigadas, maior será a conscientização sobre os impactos da gordofobia, o que pode contribuir para o seu fortalecimento no debate público, para a implementação de medidas eficazes de enfrentamento e, a longo prazo, para uma efetiva transformação cultural.

Portanto, buscou-se investigar se a temática tem sido abordada na comunidade científica, por meio de teses, dissertações e artigos – uma vez que esses debates, como mencionado, podem representar uma importante ferramenta na luta contra a gordofobia. Conforme discutido no referencial teórico, os acadêmicos são considerados por Kingdon (2012) como atores não-governamentais que fazem parte das comunidades de especialistas. Embora não tenham força legítima para estabelecer e implementar ações políticas, ainda assim, podem exercer influência no fluxo das soluções ou alternativas e, conseqüentemente, no fluxo político. Essa conjuntura justificou, portanto, a revisão sistemática de literatura (RSL) sobre o tema gordofobia.

Uma vez estabelecidas as estratégias de pesquisa, descritas detalhadamente na seção de Procedimentos Metodológicos, seguiu-se para a coleta e seleção dos dados.

#### **Coleta de dados na base eletrônica “*Scientific Eletronic Library Online (SciELO)*”**

Primeiramente, foi definida a natureza da literatura: artigos científicos nacionais. Em seguida, foram definidos os critérios de inclusão, descritos no Quadro 7, com base nas perguntas de pesquisa: A academia tem investigado a gordofobia? Quais as diretrizes pelas quais esse fenômeno tem sido abordado? Quais conclusões podem ser extraídas de tais pesquisas?

**Quadro 7:** Relação dos critérios de inclusão para a base de dados SciELO

<b>Critério 1</b>	Estudos que contemplem, em seus títulos, os termos “gordofobia”, “corpo gordo”, “pessoa gorda”, “discriminação baseada no peso”, “preconceito relacionado ao peso”, “estigma do peso”, “estigma da gordura” e correlatos.
<b>Critério 2</b>	Estudos que mencionem, em seus resumos, aspectos relacionados à gordofobia, como suas causas, formas de manifestação, conseqüências, impactos sociais, culturais, psicológicos, políticos, entre outras implicações.
<b>Critério 3</b>	Estudos com divulgação autorizada e acesso irrestrito na base de dados SciELO, ou seja, disponíveis integralmente nessa plataforma.
<b>Critério 4</b>	Estudos que, em seu corpo textual, realmente explorem de forma aprofundada os aspectos e desdobramentos da gordofobia.
<b>Critério 5</b>	Estudos com abordagem qualitativa.

**Fonte:** Elaborado pela autora

Em seguida, foram definidos os termos de busca, ou seja, as palavras-chave que representassem os principais conceitos relacionados ao tema de interesse. Foram elas: “gordofobia”, “corpo gordo”, “estigma do peso” e “discriminação baseada no peso”. Siddaway, Wood e Hedges (2019) destacam a importância de se considerar terminologias diferentes utilizadas para descrever um mesmo conceito ou fenômeno, de modo a assegurar que estudos relevantes não sejam deixados de fora da análise. Assim, também foram empregadas como termos de busca as seguintes palavras: “pessoa gorda”, “estigma da gordura” e “preconceito relacionado ao peso”.

No Quadro 8 são apresentados os termos de busca utilizados, os operadores booleanos associados a eles – utilizados para combinar as palavras-chave de maneira mais eficiente e, assim, refinar e melhorar os resultados de busca – bem como o número de artigos respectivamente encontrados. Importante ressaltar que foram aplicados os seguintes filtros de busca: “coleções: Brasil”; “ano de publicação: 2014 a 2024”; “tipo de literatura: Artigo e Artigo de revisão” e “Citáveis e não Citáveis: Citáveis”.

**Quadro 8:** Relação termos de busca empregados na base SciELO Brasil e número de artigos encontrados

<b>Termos de busca</b>	<b>Número de artigos encontrados</b>
(Gordofobia)	8
(corpo) AND (gordo)	11
(pessoa) AND (gorda)	3
(estigma) AND (peso)	19
(estigma) AND (gordura)	3
(discriminação) AND (peso)	20
(preconceito) AND (peso)	8

**Fonte:** Elaborado pela autora

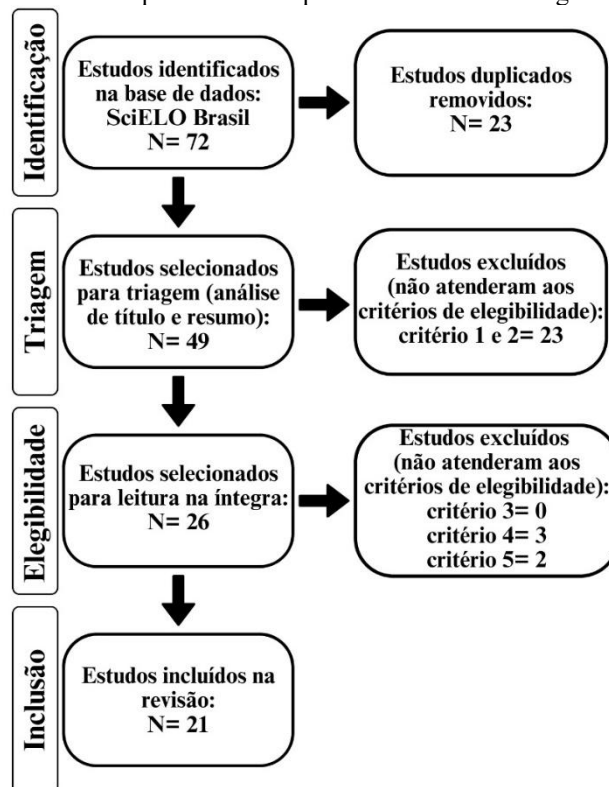
O processo de coleta e seleção dos dados foi dividido em quatro etapas: identificação, triagem, elegibilidade e inclusão. Essas etapas foram criteriosamente seguidas, de modo a garantir a transparência e a qualidade da RSL, conforme os preceitos de Siddaway, Wood e Hedges (2019). Primeiramente, no processo de identificação, foi feita uma busca abrangente da literatura na base de dados SciELO. Ao todos, foram identificados 72 artigos, cujos dados foram extraídos e organizados em uma planilha do Microsoft Excel® – na qual foram descritos itens como título, autores, periódicos e outras informações editoriais importantes. Ainda no processo de identificação, foi feita a remoção dos estudos duplicados – foram excluídos 23 artigos, logo, 49 passaram para a próxima etapa, o processo de triagem.

No processo de triagem, foram avaliados os títulos e os resumos dos 49 artigos. Aqueles que atenderam aos critérios de inclusão 1 e 2 foram considerados elegíveis para permanecerem na análise. Ao todo, 23 registros foram excluídos e 26 seguiram para o processo de elegibilidade.

Na etapa de elegibilidade, 26 estudos estavam disponíveis integralmente na base de dados, assim, atenderam ao critério 3 e foram examinados em sua totalidade. Dentre eles, 3 foram excluídos – embora tenham atendido aos critérios de elegibilidade 1 e 2, a análise detalhada revelou que esses estudos não apresentavam relação com o escopo da investigação e não correspondiam aos objetivos da presente revisão. Desse modo, por não atenderem ao critério 4, foram excluídos da análise. Dentre os 23 artigos analisados integralmente, 2 foram excluídos por não atenderem ao critério 5 – a metodologia adotada não era qualitativa. Em contrapartida, os outros 21 artigos atenderam a todos os critérios estabelecidos, logo, foram classificados como relevantes e prosseguiram para o processo de inclusão na revisão.

Todas essas etapas estão descritas no fluxograma abaixo (Figura 12), conforme as diretrizes do método PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*) – uma ferramenta essencial para organizar os resultados e, principalmente, para demonstrar as estratégias aplicadas (Siddaway, Wood e Hedges, 2019).

**Figura 12:** Fluxograma PRISMA para resumir o processo de busca e triagem da literatura - SciELO



Fonte: Elaborado pela autora

No Quadro 9 apresenta-se uma síntese dos artigos que foram selecionados ao longo das etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão. Nele, também estão descritas as principais características editoriais de cada estudo, como: título do artigo, autores, ano de publicação, veículos de publicação e suas respectivas classificações no Qualis Periódico<sup>10</sup>.

**Quadro 9:** Relação de estudos que, após processo de seleção e triagem, foram incluídos na RSL – SciELO (continua)

<b>Título</b>	<b>Autores/ ano publicação</b>	<b>Periódico</b>	<b>Qualis periódico</b>
Mapeamento de intervenções para redução do estigma da obesidade em profissionais de saúde: desenvolvimento e apresentação da intervenção saúde	Duarte e Queiroz (2024)	Physis: Revista de Saúde Coletiva	A3
Compreendendo o termo gordofobia médica a partir da perspectiva de pessoas gordas	Paim, Kovaleski e Selau (2024)	Saúde e Sociedade	A3
O excesso de peso corporal, seus significados e sentidos: os dicionários com a palavra corporal sentidos	Lunardelli, Almeida e Lage (2024)	Em Questão	A2
<i>Weight bias and identity characteristics among students at a public university in Southern Brazil</i>	Araújo, Leite e Bastos (2024)	Revista de Nutrição	B2
<i>Prejudice associated with weight images in health communication in the social networks</i>	Flauzino <i>et al.</i> (2023)	Revista de Nutrição	B2
Consumo de roupas plus size: uma revisão sistemática	Christino, Paula e Ferreira (2023)	Revista de Administração da UFSM	A4
A linha tênue entre a promoção da saúde e a reprodução de discursos gordofóbicos pelos médicos	Atari <i>et al.</i> (2023)	Revista Brasileira de Educação Médica	B1
A história de uma mulher negra e gorda: cotidiano, afetividade e sexualidade	Carniel, Diercks e Jung, (2023)	Physis: Revista de Saúde Coletiva	A3
“Narrativas de Peso”: relato da experiência de construção de um curso educativo sobre estigma relacionado ao peso corporal e o cuidado em saúde	Oliveira <i>et al.</i> (2023)	Interface - Comunicação, Saúde, Educação	A3
“Vida nova e um novo jeito de viver”: representações sociais da obesidade e do processo de emagrecimento em mulheres que realizaram cirurgia bariátrica	Silva <i>et al.</i> (2023)	Estudos de Psicologia (Campinas)	A1
Significados atribuídos pelos docentes às vivências envolvendo direitos humanos no ambiente acadêmico	Oliveira <i>et al.</i> (2022)	Revista Brasileira de Educação Médica	B1
Não tem cabimento: a negação no processo de subjetivação de sujeitos gordos	Caetano e Vinhas (2022)	Linguagem em (Dis)curso	A1
<i>Weight bias among dietitians: does the weight status of the patients change the dietary approaches?</i>	Cebioğlu <i>et al.</i> (2022)	Revista de Nutrição	B2
<i>Weight stigma and health – Repercussions on the health of adolescents and adults: integrative review of the literature</i>	Siqueira <i>et al.</i> (2021)	Jornal Brasileiro de Psiquiatria	B3
Análise das diretrizes brasileiras de obesidade: patologização do corpo gordo, abordagem focada na perda de peso e gordofobia	Paim e Kovaleski (2020)	Saúde e Sociedade	A3

<sup>10</sup> Sistema que afere a qualidade de periódicos científicos e anais de eventos, desenvolvido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

**Quadro 9:** Relação de estudos que, após processo de seleção e triagem, foram incluídos na RSL – SciELO (conclusão)

<b>Título</b>	<b>Autores/ ano publicação</b>	<b>Periódico</b>	<b>Qualis periódico</b>
“É lá, perto da moça gorda”: estudo qualitativo sobre as percepções de mulheres gordas acerca de seus corpos e discriminações relacionadas ao peso corporal	Ulian <i>et al.</i> (2020)	Saúde e Sociedade	A3
“Imagina ela nua!”: Experiências de mulheres que se autodeclararam gordas	Menezes, Ferreira e Mélo (2020)	Revista Estudos Feministas	A1
Estigma percebido por mulheres com excesso de peso	Palmeira <i>et al.</i> (2020)	Revista Brasileira de Enfermagem	A4
Impacto das Consequências Psicossociais do Estigma do Peso no Tratamento da Obesidade: uma Revisão Integrativa da Literatura	Tarozo e Pessa (2020)	Psicologia: Ciência e Profissão	A2
Preconceito relacionado ao peso na conduta nutricional: um estudo com estudantes de nutrição	Obara, Vivolo e Alvarenga (2018)	Cadernos de Saúde Pública	A1
Gordura, discriminação e classismo: um estudo com jovens de Santiago do Chile	Sprovera <i>et al.</i> (2017)	Psicologia & Sociedade	A2

**Fonte:** Elaborado pela autora

No entanto, há um ponto destacado por Siddaway, Wood e Hedges (2019): a importância de se avaliar a qualidade metodológica dos estudos incluídos em uma RSL. Conforme os autores, os critérios de inclusão e de exclusão previamente estabelecidos têm como propósito assegurar que apenas estudos relevantes sejam considerados, ou seja, filtrar o que é ou não importante, de acordo com os objetivos da revisão. Contudo, ainda que atendam aos critérios e que sejam relevantes para a análise, a qualidade desses estudos pode variar: alguns podem apresentar falhas metodológicas ou vieses interpretativos, por exemplo – o que pode comprometer a robustez e confiabilidade dos resultados finais. Avaliar a qualidade metodológica dos estudos representa, portanto, uma etapa essencial na RSL.

Posto isto, adotou-se como estratégia de avaliação a classificação dos periódicos nos quais os artigos foram publicados. Os artigos publicados em periódicos com classificação Qualis Periódicos A1, A2, A3, A4 ou B1 foram selecionados para permanecerem na revisão. No total, 17 artigos atenderam a esse critério e permaneceram na RSL, conforme detalhado no Quadro 10.

**Quadro 10:** Relação de artigos que, após avaliação da qualidade metodológica, permaneceram na RSL – SciELO (continua)

<b>Título</b>	<b>Autores/ ano publicação</b>	<b>Periódico</b>	<b>Qualis periódico</b>
Mapeamento de intervenções para redução do estigma da obesidade em profissionais de saúde: desenvolvimento e apresentação da intervenção saúde	Duarte e Queiroz (2024)	Physis: Revista de Saúde Coletiva	A3
Compreendendo o termo gordofobia médica a partir da perspectiva de pessoas gordas	Paim, Kovaleski e Selau (2024)	Saúde e Sociedade	A3
O excesso de peso corporal, seus significados e sentidos: os dicionários com a palavra corporal sentidos	Lunardelli, Almeida e Lage (2024)	Em Questão	A2

**Quadro 10:** Relação de artigos que, após avaliação da qualidade metodológica, permaneceram na RSL – SciELO (conclusão)

<b>Título</b>	<b>Autores/ ano publicação</b>	<b>Periódico</b>	<b>Qualis periódico</b>
Consumo de roupas plus size: uma revisão sistemática	Christino, Paula e Ferreira (2023)	Revista de Administração da UFSM	A4
A linha tênue entre a promoção da saúde e a reprodução de discursos gordofóbicos pelos médicos	Atari <i>et al.</i> (2023)	Revista Brasileira de Educação Médica	B1
A história de uma mulher negra e gorda: cotidiano, afetividade e sexualidade	Carniel, Diercks e Jung, (2023)	Physis: Revista de Saúde Coletiva	A3
“Narrativas de Peso”: relato da experiência de construção de um curso educativo sobre estigma relacionado ao peso corporal e o cuidado em saúde	Oliveira <i>et al.</i> (2023)	Interface - Comunicação, Saúde, Educação	A3
“Vida nova e um novo jeito de viver”: representações sociais da obesidade e do processo de emagrecimento em mulheres que realizaram cirurgia bariátrica	Silva <i>et al.</i> (2023)	Estudos de Psicologia (Campinas)	A1
Significados atribuídos pelos docentes às vivências envolvendo direitos humanos no ambiente acadêmico	Oliveira <i>et al.</i> (2022)	Revista Brasileira de Educação Médica	B1
Não tem cabimento: a negação no processo de subjetivação de sujeitos gordos	Caetano e Vinhas (2022)	Linguagem em (Dis)curso	A1
Análise das diretrizes brasileiras de obesidade: patologização do corpo gordo, abordagem focada na perda de peso e gordofobia	Paim e Kovaleski (2020)	Saúde e Sociedade	A3
“É lá, perto da moça gorda”: estudo qualitativo sobre as percepções de mulheres gordas acerca de seus corpos e discriminações relacionadas ao peso corporal	Ulian <i>et al.</i> (2020)	Saúde e Sociedade	A3
“Imagina ela nua!”: Experiências de mulheres que se autodeclararam gordas	Menezes, Ferreira e Mélo (2020)	Revista Estudos Feministas	A1
Estigma percebido por mulheres com excesso de peso	Palmeira <i>et al.</i> (2020)	Revista Brasileira de Enfermagem	A4
Impacto das Consequências Psicossociais do Estigma do Peso no Tratamento da Obesidade: uma Revisão Integrativa da Literatura	Tarozo e Pessa (2020)	Psicologia: Ciência e Profissão	A2
Preconceito relacionado ao peso na conduta nutricional: um estudo com estudantes de nutrição	Obara, Vivolo e Alvarenga (2018)	Cadernos de Saúde Pública	A1
Gordura, discriminação e classismo: um estudo com jovens de Santiago do Chile	Sprovera <i>et al.</i> (2017)	Psicologia & Sociedade	A2

Fonte: Elaborado pela autora

### **Coleta de dados na base eletrônica “Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal” (Redalyc)**

Foram aplicadas, na base de dados Redalyc, as mesmas estratégias de busca empregadas na SciELO, no que se refere à natureza da literatura, o período de análise, os critérios de elegibilidade e os termos de busca. No entanto, foi adotada uma estratégia para combinar os termos de busca, utilizando agrupamento de conceitos relacionados e operadores booleanos. Essa abordagem visou otimizar a busca, refinar os resultados e encontrar artigos realmente relevantes para a investigação. No Quadro 11 apresenta-se a estratégia de busca utilizada, bem como o número de artigos encontrados.

**Quadro 11:** Estratégia de busca empregada na base Redalyc e número de artigos encontrados

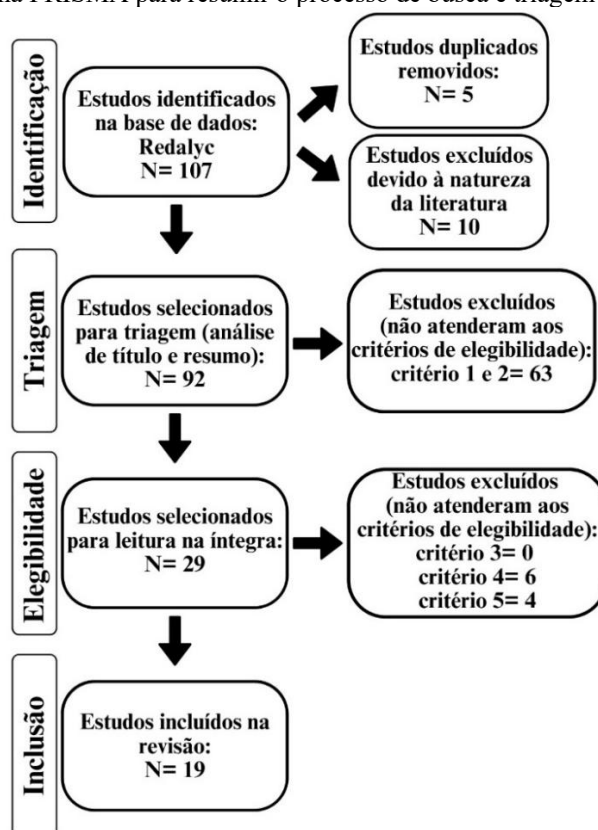
Estratégia de busca	Número de artigos encontrados
("corpo gordo" OR "pessoa gorda" OR "peso corporal") AND (preconceito OR discriminação OR estigma OR gordofobia)	107

Fonte: Elaborado pela autora

Foram aplicados os seguintes filtros de busca: “ano: 2014 a 2024, “país: Brasil” e, no filtro “disciplina”, foram desabilitadas as categorias “*agrociencias*” e “*economía y finanzas*”. Importante ressaltar que a base de dados Redalyc não oferece um filtro de busca específico para selecionar a natureza da literatura. Dessa forma, a distinção de artigos e artigos de revisão foi feita no processo de seleção, durante a etapa de identificação dos registros.

O processo de coleta e seleção dos dados também seguiu as etapas sequenciais: identificação, triagem, elegibilidade e inclusão. Inicialmente, foram identificados 107 artigos. Na plataforma Redalyc não há a opção de exportação automática das informações, logo, esse processo foi realizado manualmente. As principais informações editoriais, como título, autores, ano de publicação, periódico, classificação Qualis Periódico, entre outras, foram registradas e organizadas em uma planilha do Microsoft Excel®. Após a identificação, foi feita a remoção de 10 registros, cuja natureza da literatura não era artigo ou artigo de revisão. Além disso, foram excluídos 5 artigos duplicados.

Dessa forma, 92 artigos seguiram para o processo de triagem, no qual foram avaliados títulos e resumos. No total, 63 artigos não atenderam aos critérios 1 e 2, logo, foram eliminados. Desse modo, 29 seguiram para a etapa de elegibilidade, na qual foi realizada a leitura integral dos artigos. Nessa etapa, 6 artigos foram eliminados por não atenderem ao critério 4, ou seja, não exploravam aspectos relacionados à gordofobia em seu corpo textual. Além disso, 4 artigos foram eliminados por não terem como abordagem a metodologia qualitativa – critério de elegibilidade 5. Ao todo, 19 artigos atenderam a todos os critérios e seguiram para o processo de inclusão na RSL. Todas essas etapas estão descritas no fluxograma (Figura 13).

**Figura 13:** Fluxograma PRISMA para resumir o processo de busca e triagem da literatura - Redalyc

Fonte: Elaborado pela autora

No Quadro 12 apresenta-se uma síntese dos artigos selecionados ao longo das etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão, bem como suas principais características editoriais.

**Quadro 12:** Relação de estudos que, após processo de seleção e triagem, foram incluídos na RSL – Redalyc (continua)

Título	Autores/ ano publicação	Periódico	Qualis periódico
Discriminação baseada no peso: representações sociais de internautas sobre a gordofobia	Araújo <i>et al.</i> (2018)	Psicologia em Estudo	A1
Estereótipos e estigmas de obesos em propagandas com apelos de humor	Melo, Farias e Kovacs (2017)	Organizações & Sociedade	A2
Tire seus padrões do meu corpo: a dinâmica complexa de discursos de resistência no Instagram	Lemes, Canuto e Silva (2022)	Travessias	A3
Obesidade e organizações: uma agenda de pesquisa	Medeiros, Possas e Valadão (2018)	Revista Eletrônica de Administração	A3
Da gorda ao padre: as marcas do estigma em dois contos de amar é crime, de Marcelino Freire	Almeida e Martins (2021)	Travessias	A3
O corpo do/no discurso midiático das dietas: efeitos do novo e da novidade	Sousa e Sanches (2022)	Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia	A2
Objetificação da mulher: implicações de gênero na iminência da cirurgia bariátrica	Franco, Vieira e Oliveira (2022)	Revista Estudos Feministas	A1

**Quadro 12:** Relação de estudos que, após processo de seleção e triagem, foram incluídos na RSL – Redalyc (conclusão)

<b>Título</b>	<b>Autores/ ano publicação</b>	<b>Periódico</b>	<b>Qualis periódico</b>
Sobrepeso e controle de peso: pensamento leigo e suas dimensões normativas	Justo, Camargo e Bousfield (2018)	Psicologia: Teoria e Prática	A1
Sofrimento e preconceito: trajetórias percorridas por nutricionistas obesas em busca do emagrecimento	Araújo, Pena e Freitas (2015)	Ciência & Saúde Coletiva	A1
Moda “só para maiores”: experiência de consumo de pessoas obesas em lojas especializadas de vestuário <i>plus size</i>	Sousa e Melo (2018)	Revista Administração em Diálogo	A4
O "olhar preconceituoso": Representações sociais sobre fotografias nas redes sociais	Koelzer <i>et al.</i> (2016)	Estudos e Pesquisas em Psicologia	A2
O Peso do Discurso: A Representação da Mulher Plus Size em Campanhas Publicitárias de Lingerie no Brasil	Scussel e Dellagnelo (2018)	Revista Brasileira de Marketing	A3
O olhar do outro sobre a obesidade: uma aprendizagem sobre a rejeição	Araújo, Freitas e Pena (2018)	Linhas Críticas	A2
O outro lado da obesidade: reflexões para uma abordagem sociocultural	López, Ramírez e Sánchez (2014)	Ciência & Saúde Coletiva	A1
A construção social dos corpos periféricos	Fernandes e Barbosa (2016)	Saúde e Sociedade	A3
Os discursos de corpo bem dito, mal dito e não dito: uma análise a partir de filmes	Gomes e Caminha (2016)	Revista Brasileira de Ciências do Esporte	B1
Sobrepeso e obesidade na mídia impressa: uma análise retrospectiva na revista <i>Veja</i>	Justo e Vizeu Camargo (2017)	Estudos e Pesquisas em Psicologia	A2
As vivências de um grupo de pacientes com transtornos alimentares: a relação com o espelho e a imagem corporal	Gonzales, Junior e Rondina (2014)	Revista Subjetividades	A3
Percepção de pessoas obesas sobre seu corpo	Macedo <i>et al.</i> (2015)	Escola Anna Nery Revista de Enfermagem	B1

**Fonte:** Elaborado pela autora

A partir do Quadro 12, percebe-se que os artigos selecionados foram publicados em veículos de divulgação cujas classificações, no Qualis Periódicos, atendem ao critério pré-estabelecido para a avaliação da qualidade metodológica. Desse modo, todos permaneceram na RSL.

### **Coleta de dados na base eletrônica “Catálogo de teses e dissertações da Capes”**

A busca por produção de conhecimento também ocorreu na base de dados eletrônica “Catálogo de teses e dissertações da Capes” – um repositório de trabalhos acadêmicos, onde foi possível encontrar muitos estudos alinhados com os objetivos desta pesquisa, o que os tornaram relevantes para compor o corpus desta investigação. No entanto, houve uma diferença em relação à busca realizada nas bases de dados SciELO e Redalyc: a natureza da literatura, uma

vez que foram consideradas teses e dissertações de doutorado e mestrado, respectivamente. Os critérios de elegibilidade estão descritos no Quadro 13.

**Quadro 13:** Relação dos critérios de inclusão para a base de dados “Catálogo de teses e dissertações da Capes”

<b>Critério 1</b>	Estudos que contemplem, em seus títulos, os termos “gordofobia”, “corpo gordo”, “pessoa gorda”, “discriminação baseada no peso”, “preconceito relacionado ao peso”, “estigma do peso”, “estigma da gordura” ou correlatos.
<b>Critério 2</b>	Estudos que tenham como objetivo explorar aspectos e desdobramentos da gordofobia, abrangendo suas causas, formas de manifestação, consequências, impactos sociais, culturais, psicológicos, políticos, entre outras implicações – e que esse objetivo esteja explícito em seus resumos.
<b>Critério 3</b>	Estudos com divulgação autorizada e acesso irrestrito na base de dados “Catálogo de teses e dissertações da Capes”, ou seja, disponíveis integralmente nessa plataforma.
<b>Critério 4</b>	Estudos que, em seu corpo textual, realmente explorem de forma aprofundada os aspectos e desdobramentos da gordofobia.
<b>Critério 5</b>	Estudos com abordagem qualitativa.

**Fonte:** Elaborado pela autora

As teses e dissertações que não atenderam a qualquer um dos critérios de elegibilidade foram excluídas da análise. Com base nos objetivos e estratégias preestabelecidas, iniciou-se o processo de levantamento de dados. No Quadro 14 apresenta-se o número de estudos encontrados para cada termo de busca aplicado.

**Quadro 14:** Relação dos termos de busca empregados na base “Catálogo de teses e dissertações da Capes” e número de artigos respectivamente encontrados

<b>Termos de busca</b>	<b>Número de artigos encontrados</b>
“Gordofobia”	56
“corpo” AND “gordo”	62
“pessoa” AND “gorda”	15
“estigma” AND “peso”	14
“estigma” AND “gordura”	-
“discriminação” AND “peso”	10
“preconceito” AND “peso”	12

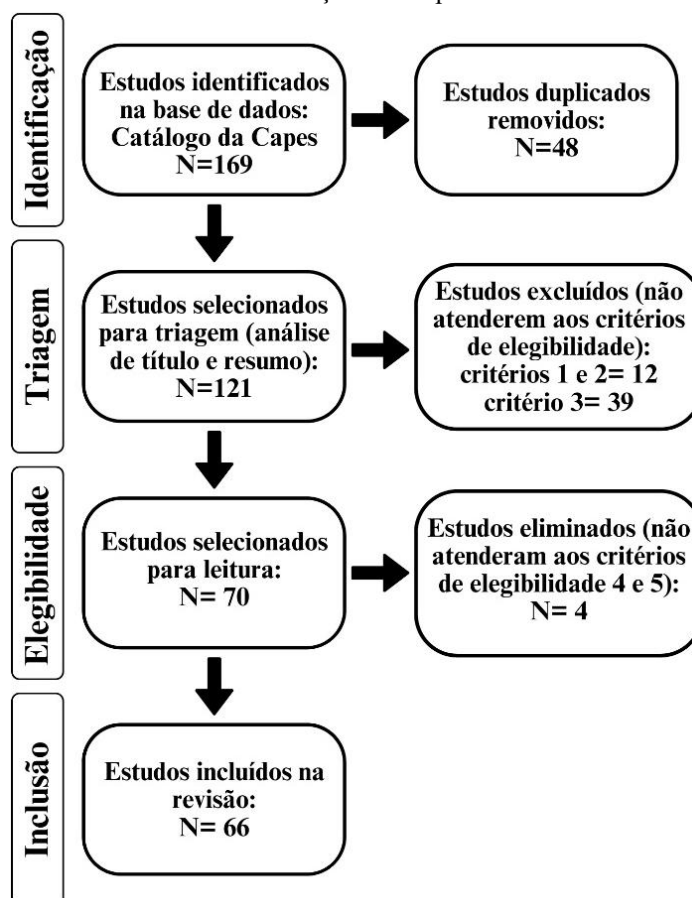
**Fonte:** Elaborado pela autora

O processo de seleção dos dados também seguiu as etapas: identificação, triagem, elegibilidade e inclusão. Inicialmente, no processo de identificação, foram encontrados 169 trabalhos acadêmicos, entre teses e dissertações. Não há, na plataforma “Catálogo de teses e dissertações da Capes”, uma funcionalidade que permita a extração automática dos dados. Desse modo, foi preciso copiar e exportar as informações manualmente para uma planilha do Microsoft Excel®, onde foram identificadas informações editoriais como: título, palavras-chave, programa, autores, instituição, tipo de trabalho (tese ou dissertação), ano da defesa e metodologia. Ainda no processo de identificação, foram excluídos 48 estudos duplicados, assim, 121 seguiram para o processo de triagem.

Na etapa de triagem, foi realizada a análise dos títulos e resumos de 121 estudos. Dentre eles, 12 foram excluídos por não atenderem aos critérios de elegibilidade 1 e 2, ou seja, não estavam em conformidade com os objetivos da revisão. Além disso, 39 estudos não possuíam divulgação autorizada e acesso irrestrito a partir da base de dados “Catálogo de teses e dissertações da Capes”, logo, por não atenderem ao critério 3, foram eliminados no processo de triagem. Ao todo, 51 registros foram excluídos e 70 seguiram para o processo de elegibilidade.

Na etapa de elegibilidade, foi feita a leitura das palavras-chave, sumário, introdução, objetivos geral e específico, metodologia e conclusão/considerações finais de 70 registros. Esse processo teve como objetivo avaliar o alinhamento dos estudos com os objetivos da pesquisa, a conformidade com os critérios de elegibilidade previamente estabelecidos e, conseqüentemente, a relevância dos estudos para a RSL. Dentre os 70 registros, 1 não estava disponível integralmente na base de dados e 3 não atenderam ao critério 5 – abordagem de investigação qualitativa. Assim, o total de 4 registros foram excluídos. Por outro lado, 66 estudos atenderam a todos os critérios, logo, foram considerados como relevantes para serem mantidos na RSL. O fluxograma da Figura 14 descreve todas as etapas supracitadas.

**Figura 14:** Fluxograma PRISMA para resumir o processo de busca e triagem da literatura - Catálogo de teses e dissertações da Capes



Fonte: Elaborado pela autora

No Quadro 15 apresenta-se uma síntese dos estudos selecionados ao longo dos processos descritos – identificação, triagem, elegibilidade e inclusão – e suas respectivas informações editoriais, como: título, autores, ano de defesa, programa, instituição e tipo (tese ou dissertação).

**Quadro 15:** Relação de estudos que, após processo de seleção e triagem, foram incluídos na RSL – “Catálogo de teses e dissertações da Capes” (continua)

Título	Autores/ano defesa	Programa	Instituição	Tipo
Lute como uma gorda: gordofobia, resistências e ativismos	Jimenez, Abonizio (2020)	Estudos de Cultura Contemporânea	UFMT	tese
O peso e a Mídia: uma autoetnografia da gordofobia sob o olhar da complexidade	Arruda, Miklos (2019)	Comunicação	UNIP	tese
Gordofobia: uma análise sobre a percepção de discriminação baseada no peso	Pereira, Souza (2019)	Psicologia	UNIFOR	dissertação
O peso do preconceito: cirurgia bariátrica, gordofobia e redes sociais	Vaz, Oliveira (2021)	Humanidades, Culturas e Artes	Unigranrio	dissertação
O ativismo gordo em campo: política, identidade e construção de significados	Rangel, Mazon (2018)	Sociologia e Ciência Política	UFSC	dissertação
Gordofobia nas redes sociais digitais	Coutinho, Polli (2023)	Psicologia Forense	UTP	dissertação

**Quadro 15:** Relação de estudos que, após processo de seleção e triagem, foram incluídos na RSL – “Catálogo de teses e dissertações da Capes” (continuação)

<b>Título</b>	<b>Autores/ano defesa</b>	<b>Programa</b>	<b>Instituição</b>	<b>Tipo</b>
Representações e identidades de mulheres gordas em práticas midiáticas digitais: tensões entre vozes de resistência e vozes hegemônicas	Carvalho, Gomes (2018)	Letras	UFV	dissertação
Gordofobia: denúncias, anúncios e potências dos corpos gordos femininos sob a perspectiva da Educação Popular	Daros, Soffner (2022)	Educação	UNISAL	dissertação
Gordofobia em cena: estratégias discursivas contra o preconceito em vídeos do Youtube	Penas, Germano (2021)	Psicologia	UFC	dissertação
Peso, Trabalho e Direito: Gordofobia e Direito Antidiscriminatório Trabalhista	Gomes, Antunes (2024)	Direito	UFMG	dissertação
O mundo em pandemia: o ócio do isolamento social como reprodutor da gordofobia no Instagram	Paixão, Brilhante (2021)	Saúde Coletiva	UNIFOR	dissertação
A gordura do ângulo político: da cena política para o debate de mesa, outras narrativas se desenham	Rocha, Jacobs (2021)	Artes Cênicas	UDESC	dissertação
Políticas de Finamento: gordofobia em espaços de cuidados em saúde	Novais, Machado (2023)	Psicologia Social e Institucional	UFRGS	tese
Para além do osso: o corpo gordo no Brasil contemporâneo	Moura, Sant'Anna (2021)	História	PUC-SP	dissertação
Tem mais de mim aqui dentro: narrativas de uma atriz gorda sobre o riso na f(r)icção entre o cotidiano e a cena	Putti, Lyra (2021)	Artes Cênicas	UDESC	dissertação
Gordofobia, resistência e ativismo a partir do movimento vai ter gorda em Salvador/BA	Santos, Figueiredo (2021)	Ciências Sociais	UFRB	dissertação
O corpo real no mundo virtual: ativismo gordo como educação da cultura no ciberespaço	Jeronimo, Ceccim (2019)	Educação	UFRGS	dissertação
Falas de peso: a (in)visibilidade do corpo gordo na mídia	Gonçalves, Ferreira (2023)	Comunicação	UERJ	dissertação
Movimentos Sociais, mercado e internet: O Ativismo Gordo no Brasil	Lourenço, Candido (2022)	Engenharia de Produção	UFSCar	tese
Gorduras à flor da pele: interlocuções cênicas e audiovisuais atravessadas por um corpo que pulsa	Diogo, Franzoni (2022)	Artes Cênicas	UDESC	dissertação
É o meu corpo que sustenta as minhas ideias: Corpo, comida e saúde na voz da militância gorda	Silva, Oliveira (2019)	Estudos Culturais	USP	dissertação
Gordofobia obstétrica e corporalidades: experiências de gestantes gordas diante dos entendimentos de obesidade	Altenhofen, Prates (2023)	Antropologia Social	UFRGS	dissertação
Os sentimentos e as representações sociais sobre gordofobia entre pré-adolescentes no contexto escolar de Sidrolândia /MS	Souza, Gonçalves (2021)	Educação	UFMS	dissertação

**Quadro 15:** Relação de estudos que, após processo de seleção e triagem, foram incluídos na RSL – “Catálogo de teses e dissertações da Capes” (continuação)

<b>Título</b>	<b>Autores/ano defesa</b>	<b>Programa</b>	<b>Instituição</b>	<b>Tipo</b>
Corpo gordo, discursividades midiáticas e o fenômeno da gordofobia: uma análise crítico-reflexiva e problematizadora	Silva, Mezzaroba (2023)	Educação	UFS	dissertação
O ativismo gordo: da militância à autoetnografia, da voz à educação	Assis, Pereira (2022)	Educação	UFSC	dissertação
Gorda, preta e periférica: uma análise discursivo-crítica do ativismo de Ellen Valias no Instagram	Silva, Gomes (2023)	Letras	UFV	dissertação
“Corpo todo, corpo gordo, corpo livre”: Thaís Carla, gordofobia, obesidade e redes sociais	Cabral, Nascimento (2023)	História	UFCG	dissertação
Interdependências sociais e disputas no ciberespaço: uma análise do ativismo gordo	Cortez, Landini (2023)	Ciências Sociais	UNIFESP	dissertação
Representações de mulheres gordas em quadrinhos de autoria feminina da/na Amazônia	Gillet, Santos (2023)	Comunicação, Cultura e Amazônia	UFPA	dissertação
O corpo gordo feminino em discursos jornalísticos: uma análise dos pontos de vista e da responsabilidade enunciativa	Vasconcelos, Bernardino (2023)	Letras	UERN	tese
Análise crítica do discurso e gordofobia médica: representações de mulheres no Twitter e no Instagram	Azevedo, Damaceno (2023)	Letras	UFS	dissertação
Percepção de profissionais de educação física da região metropolitana de Belém/PA sobre a gordofobia e estilo de vida	Junior, Botton (2023)	Promoção da saúde, Desenvolvimento humano e sociedade	ULBRA	dissertação
Meu corpo, meu post, minha luta: Ciberativismo gordo e as possibilidades da comunicação contraperformativa feminista no Instagram Brasil	Rodrigues, Miguel (2023)	Comunicação	UFMS	dissertação
Corporatividade no ensino médio: análise da gordofobia no material didático do estado de São Paulo	Couto, Souza (2023)	Educação	UNITAU	dissertação
Narrativas sobre o (meu) corpo gordo: estudo autoetnográfico rumo a uma psicologia gorda	Fachim, Gomes (2022)	Educação (Psicologia da Educação)	PUC-SP	tese
Identidade da mulher gorda: a gordofobia no livro infantil A chata daquela gorda de Regina Drummond e no romance A gorda de Isabela Figueiredo	Santos, Mantovani (2021)	Letras	UNEMAT	dissertação
Comunicação e informação no contexto da emancipação feminina? A obesidade e a circulação de sentidos do ativismo gordo e body positive	Galdencio, Borges (2023)	Informação e Comunicação em Saúde	FIOCRUZ	tese
Não tem cabimento: corpo e subjetividade no discurso de sujeitos gordos	Caetano, Vinhas (2019)	Letras	UFPEL	dissertação
O peso da vergonha e o corpo gordo dos homens	Santana, Ferreri (2021)	Psicologia	UFS	dissertação
Finícios: arte-vida gorda em tempos pandêmicos	Brites, Medeiros (2022)	Artes Visuais	UnB	tese

**Quadro 15:** Relação de estudos que, após processo de seleção e triagem, foram incluídos na RSL – “Catálogo de teses e dissertações da Capes” (continuação)

<b>Título</b>	<b>Autores/ano defesa</b>	<b>Programa</b>	<b>Instituição</b>	<b>Tipo</b>
As regularidades do corpo gordo feminino em postagens do Instagram	Melo, Neckel (2021)	Ciências da Linguagem	UNISUL	dissertação
O corpo gordo: diálogos poéticos em Elisa Queiroz e Fernanda Magalhães	Mello, Cirilo (2015)	Artes	UFES	dissertação
Corpas gordas e a construção micropolítica da feminilidade	Erthal, Ribeiro (2021)	Estudos Contemporaneos das Artes	UFF	dissertação
Ser gordo gay, do Instagram ao pós-pornô: só vulgaridades	Bittencourt Junior, Medeiros (2022)	Artes Visuais	UFPel	dissertação
Os discursos de ódio contra o corpo gordo feminino no Instagram: dos estereótipos às resistências	Silva, Tavares (2020)	Ciências da Linguagem	UERN	dissertação
Tamanho único: o corpo da mulher gorda na arte contemporânea	Codinotti, Fonseca (2020)	Artes Visuais	UFSM	dissertação
Corpos gordos em cena encontros embriagados na construção de uma personagem rodriguiana	Oliveira, Martins (2015)	Artes	UFPA	dissertação
As gordas saem do armário... e entram no closet: interseccionalidade, lugar de fala e empoderamento na configuração das mulheres gordas pela revista Donna	Pilger, Gruszynski (2021)	Comunicação	UFRGS	tese
Vá para casa e emagreça: narrativas de corpos gordos	Dalldone, Giordani (2023)	Sociologia	UFPR	dissertação
Configurações subjetivas de uma mulher blogueira gorda: desafiando padrões de corpo ideal na internet	Schlichta, Ferrarini (2021)	Psicologia	UFPR	dissertação
Corpo gordo feminino na revista Manequim anos 1990/século XXI	Ferreira, Schemes (2023)	Processos e manifestações culturais	FEEVALE	dissertação
A marginalização das mulheres gordas nas relações de trabalho em emissoras de televisão de João Pessoa/PB	Souza, Colpo (2024)	Comunicação e Culturas Midiáticas	UFPB	dissertação
As representações sociais de corpo feminino gordo na telenovela "Amor à vida"	Rodrigues, Bandeira (2020)	Sociologia	UnB	dissertação
“Pedagogas” body positive: analisando representações de corpo gordo no Youtube	Dias, Ripoll (2020)	Educação	ULBRA	dissertação
Autoaceitação Corporal e o Sacrifício Percebido no Consumo por Pessoas Gordas	Junior, Rocha (2022)	Administração	UFSC	tese
De gorda à plus size: a produção biopolítica do corpo nas culturas do consumo – entre Brasil e EUA	Aires, Hoff (2019)	Comunicação e Práticas de Consumo	ESPM	tese
Só a água sustenta o nosso peso	Miranda, Mendonça (2023)	Estudos da Condição Humana	UFSCar	dissertação
Meu corpo, minha arte: (des)construção de imaginários através da poética	Carrara, Brandão (2021)	Artes Visuais	UFPel	dissertação

**Quadro 15:** Relação de estudos que, após processo de seleção e triagem, foram incluídos na RSL – “Catálogo de teses e dissertações da Capes” (conclusão)

<b>Título</b>	<b>Autores/ano defesa</b>	<b>Programa</b>	<b>Instituição</b>	<b>Tipo</b>
O peso de ser o que se é: a representação do corpo feminino gordo na perspectiva da gravura no campo ampliado	Vieira, Paula (2022)	Artes	IFCE	dissertação
O corpo nos poemas de The Fat Black Woman, de Grace Nichols: pós-colonialismo e carnavalização	Medeiros, Almeida (2021)	Estudos Literários	UFMG	dissertação
Um corpo no mundo: as subjetividades discursivas no relato de empoderamento de uma mulher gorda através do feminismo	Rosa, Vieira (2020)	Estudos Linguísticos	UFFS	dissertação
Modelo explicativo do preconceito contra pessoas gordas	Menezes, Maciel (2022)	Psicologia Social	UFPB	tese
A emergência de uma Sociologia Gorda como uma Sociologia do Transborde	Arandas, Brito (2023)	Sociologia	UFPB	tese
Representações do estigma do peso por estudantes de nutrição	Siqueira, Penaforte (2021)	Psicologia	UFTM	dissertação
Significados da obesidade na perspectiva dos usuários da atenção primária à saúde de Palmas-TO	Silva, Santos (2021)	Ciências da Saúde	UFT	dissertação
Abordagem Mapeamento de Intervenções: Desenvolvimento e Avaliação de um Programa para Redução do Estigma da Obesidade em Profissionais de Saúde	Duarte, Queiroz (2023)	Psicologia Clínica e Cultura	UnB	tese

**Fonte:** Elaborado pela autora

Cabe ressaltar que não foi realizada a análise da qualidade dos estudos selecionados no processo de inclusão, visto que, por se tratarem de teses e dissertações publicadas, já passaram por um processo de avaliação em seus respectivos programas e instituições credenciadas pela Capes.

### **Análise dos dados da Revisão Sistemática de Literatura**

Essa etapa foi realizada em duas partes. Primeiramente, foi feita a análise simultânea dos dados coletados nas bases SciELO e Redalyc – totalizando 36 artigos científicos. Posteriormente, realizou-se a análise dos registros obtidos a partir da base eletrônica Catálogo de teses e dissertações da Capes – o total de 66 registros, dentre teses e dissertações. Optou-se por essa abordagem devido à diferença da natureza de literatura. Todas informações obtidas no processo de coleta de dados, inicialmente organizadas em planilhas do Microsoft Excel®, foram reorganizadas de forma a compor o material de análise (corpus). Esse conteúdo foi submetido à análise qualitativa de dados textuais, por meio de ferramentas oferecidas pelo *software* IRaMuTeQ<sup>11</sup>. Adicionalmente, foi utilizado o *software* IBM SPSS *Statistics* e, por fim, para

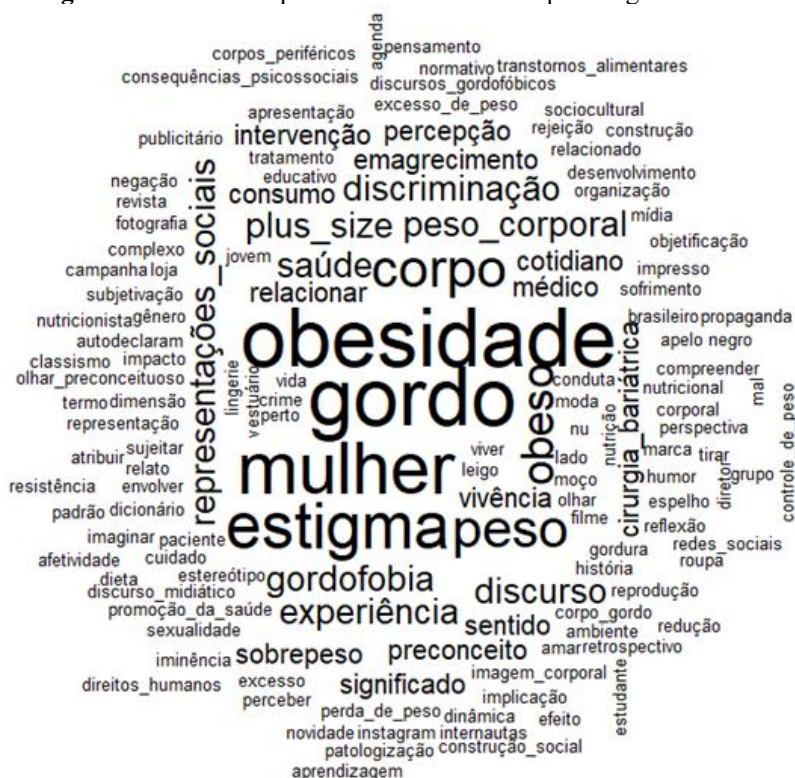
<sup>11</sup> Foi utilizada a versão 0.7 alpha 2 do IRaMuTeQ.

facilitar a compreensão dos dados e comunicação das informações, utilizou-se a plataforma gratuita Flourish como ferramenta para criação de representações visuais.

### **Análise dos dados obtidos a partir das bases eletrônicas SciELO e Redalyc – corpus artigos científicos**

A primeira categoria analisada abrangeu os 36 artigos científicos coletados nas bases SciELO e Redalyc. Inicialmente, por meio da ferramenta “Análise de Frequência de Palavras”, disponibilizada pelo *software* IRaMuTeQ, foram analisados os títulos do corpus, o que possibilitou identificar os termos mais recorrentes e, conseqüentemente, os tópicos mais abordados no conjunto de dados<sup>12</sup>. Como forma de representar o *ranking* de palavras dos títulos, utilizou-se outra ferramenta de análise denominada “Nuvem de Palavras” – a qual agrupa e organiza graficamente termos de acordo com sua importância em um conjunto de dados textuais. Cabe ressaltar que o tamanho de cada termo reflete sua frequência relativa, ou seja, quanto maior a palavra, mais vezes ela aparece no corpus analisado (Camargo e Justo, 2013). A Figura 15 representa a “Nuvem de Palavras” do conjunto de títulos dos artigos científicos.

**Figura 15:** Nuvem de palavras dos títulos – corpus artigos científicos



**Fonte:** elaborada pela autora, fornecida pelo software IRaMuTeQ

<sup>12</sup> Para visualizar o *ranking* das 50 primeiras palavras dos títulos do corpus “artigos científicos” consultar apêndice A.

A partir da Figura 15, foi possível visualizar as palavras que detiveram maior importância nos títulos, das quais foram destacadas 10 no Quadro 16.

**Quadro 16:** Palavras que detiveram maior importância nos títulos do corpus “artigos científicos”

<b>Palavra</b>	<b>Frequência no corpus</b>
obesidade	n= 8
Gordo	n= 8
Mulher	n= 7
Estigma	n= 6
Peso	n= 5
Corpo	n= 5
Obeso	n= 4
representações sociais	n= 3
gordofobia	n= 3
discriminação	n= 3

**Fonte:** Elaborada pela autora

Um fato curioso é que a palavra “gordofobia” possui frequência n=3, relativamente baixa em relação ao termo “obesidade”, cuja frequência foi de n=8. Se a RSL teve como principal objetivo investigar se a academia nacional tem produzido conhecimento acerca da gordofobia, não era para ter sido maior a importância desse termo no corpus analisado? O fato de o termo “obesidade” aparecer com maior frequência estimula algumas reflexões. A palavra “obesidade” aparece em 8 títulos. Embora tais artigos não utilizem especificamente o termo “gordofobia”, eles abordam questões que as circunscrevem, como o estigma da obesidade, a patologização do corpo gordo, a discriminação vivenciada por esses corpos, por exemplo – aspectos centrais da gordofobia. Além disso, tais estudos analisam a construção e as representações sociais da “obesidade”, refletindo como essa condição é tratada nas esferas sociais e biomédicas, o que acaba por reforçar e estimular atitudes discriminatórias e gordofóbicas. Embora esses artigos não tratem explicitamente da gordofobia – apenas dois deles apresentam o termo em seu corpo textual – eles estão alinhados com o objetivo desta RSL, por estimularem um novo olhar, mais inclusivo e menos discriminatório, sobre a “obesidade”.

Essa situação também foi percebida no levantamento de estratégias governamentais nacionais, realizado na presente pesquisa: fala-se sobre os aspectos e impactos da gordofobia, no entanto, não há uma nomeação evidente dessa discriminação. Os referidos artigos oferecem contribuições enriquecedoras para a academia e, principalmente, para a luta antigordofobia. Entretanto, ainda são necessários estudos que promovam discussões mais explícitas sobre a

temática, ou seja, que abordem claramente sobre práticas e comportamentos que caracterizam a gordofobia, promovendo, assim, um entendimento mais amplo de suas implicações.

A palavra “mulher” possui frequência  $n=7$ , ou seja, aparece em 7 títulos dos artigos analisados. Tais estudos abordam as implicações da gordofobia sob uma perspectiva de gênero, propondo reflexões sobre como os padrões de beleza – outro aspecto central da gordofobia – são mais rígidos em relação ao corpo feminino. Como discutido no referencial teórico, o corpo gordo representa o extremo do espectro da beleza, e a pressão social para não permanecer a essa “categoria” é significativamente maior sobre os corpos femininos. Desse modo, são as mulheres que enfrentam maiores expectativas e pressão social para se adequarem aos padrões corporais, ou seja, ao corpo magro. Logo, os impactos emocionais, psicológicos, físicos e sociais são predominantemente maiores sobre elas. Toda essa discussão é promovida nos 7 artigos referidos, o que evidencia sua importância, tanto para o avanço da temática na produção científica nacional, quanto para a conscientização e, conseqüentemente, o enfrentamento da gordofobia.

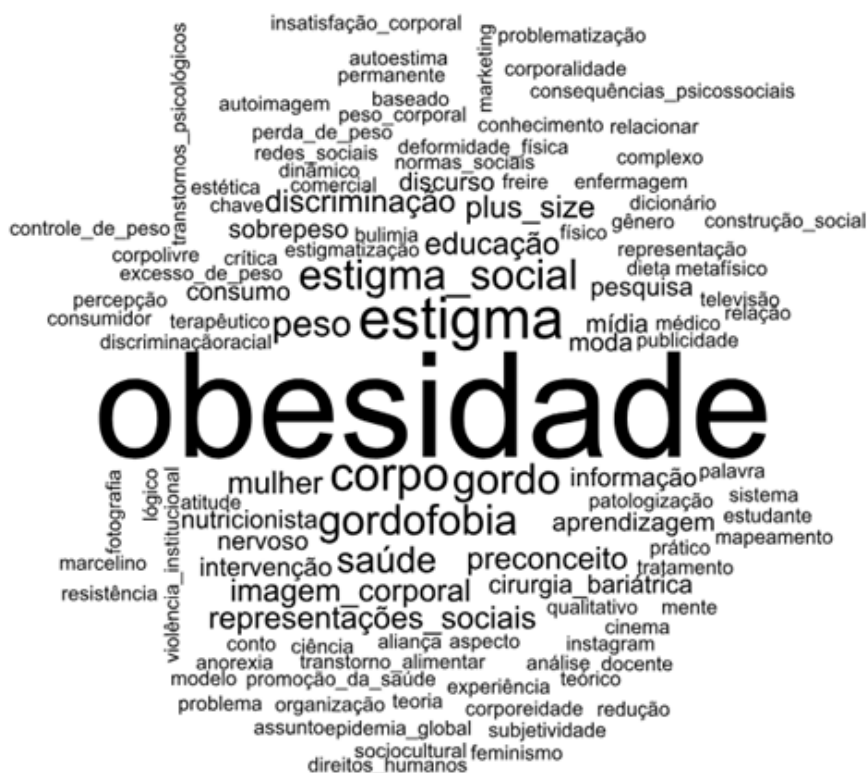
Prosseguindo, outra palavra que também denotou importância no corpus foi o termo “estigma”, que apareceu com frequência  $n=6$ . Estigma, conforme exposto no referencial teórico da presente pesquisa, representa um dos elementos primordiais para a discussão sobre gordofobia. Abordar esse conceito é fundamental para compreender as raízes sociais dessa forma de discriminação e, conseqüentemente, para desnaturalizar preceitos associados culturalmente a indivíduos com corpos gordos, como: preguiçoso, doente, imoral, estragado, entre tantas outras características pejorativas consideradas inerentes a esses corpos. Diante disso, observou-se que o referido conceito está sendo explorado pela academia nacional, por meio de discussões que fomentam reflexões sobre a necessidade de se repensar as narrativas associadas ao peso corporal, à gordura, à “obesidade” e ao corpo gordo. Essa abordagem também simboliza um importante passo na luta contra gordofobia.

Ademais, foi analisado e organizado graficamente o conjunto de “palavras-chaves” dos artigos científicos, por meio das ferramentas “Análise de Frequência de Palavras”<sup>13</sup> e “Nuvem de Palavras”. Esta pode ser visualizada na Figura 16.

---

<sup>13</sup> Para visualizar o *ranking* das 50 primeiras palavras-chaves do corpus “artigos científicos” consultar apêndice B.

**Figura 16:** Nuvem de palavras das “palavras-chave” – corpus artigos científicos



**Fonte:** elaborada pela autora, fornecida pelo software IRaMuTeQ

A partir da Figura 16, foi possível identificar que os termos em destaque são semelhantes aos da Nuvem de Palavras dos títulos (Figura 15), o que se explica pelo fato de as palavras-chave, assim como os títulos, serem definidas para refletirem a temática principal dos artigos. Dentre os termos que detiveram maior importância, destacam-se 11 palavras no Quadro 17.

**Quadro 17:** Palavras que detiveram maior importância no conjunto de palavras-chave do corpus “artigos científicos”

Palavra	Frequência no corpus
obesidade	n= 24
estigma	n= 8
corpo	n= 6
gordofobia	n= 5
gordo	n= 5
saúde	n= 4
preconceito	n= 3
plus-size	n= 3
mulher	n= 3
discriminação	n= 3
cirurgia bariátrica	n= 2

**Fonte:** Elaborada pela autora

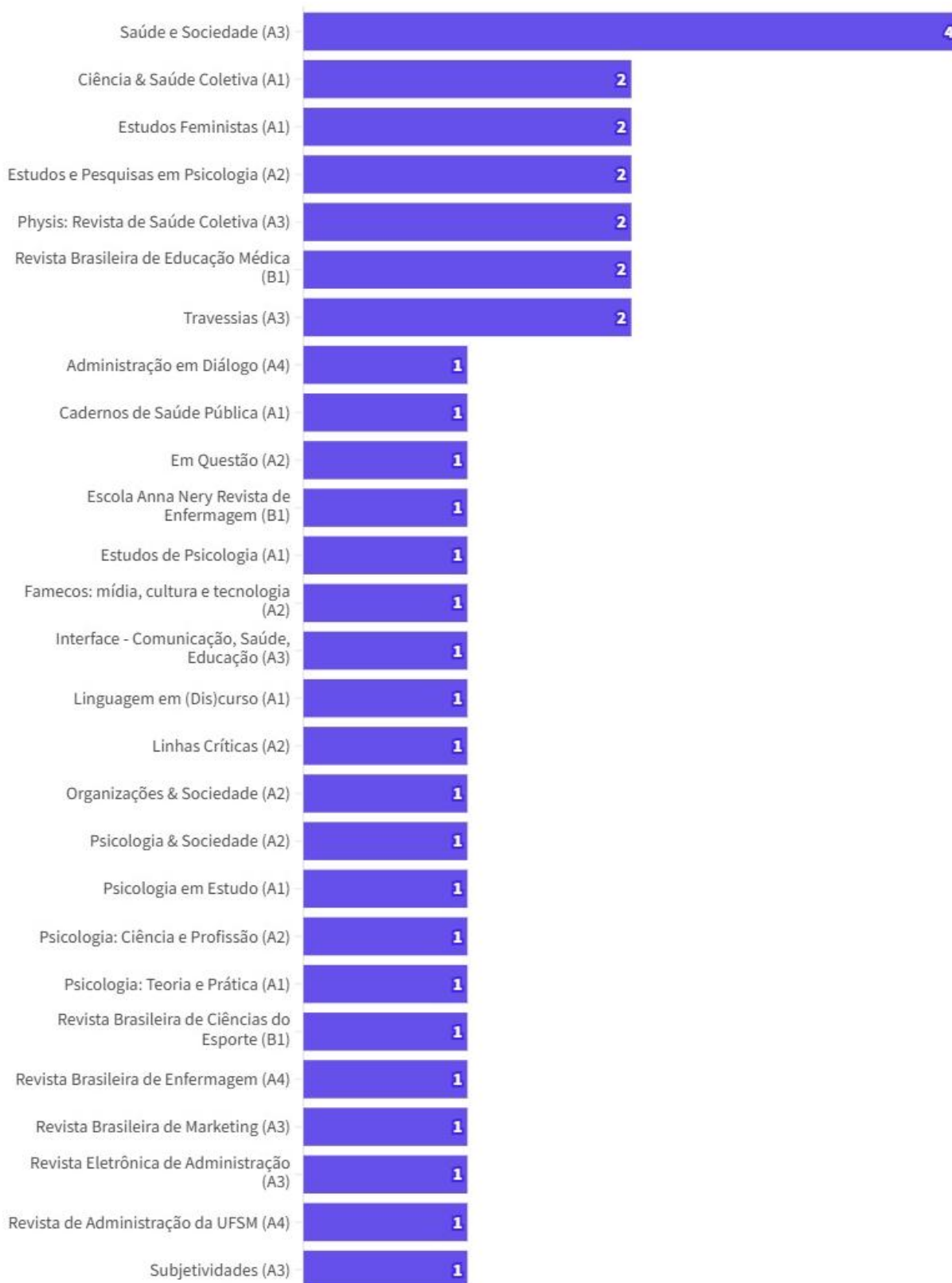
O termo obesidade (n=24) também apareceu com maior frequência em relação à palavra gordofobia (n=5), pelo mesmo motivo discutido anteriormente, na análise da Nuvem de Palavras dos títulos. Um termo que se destaca é “saúde”, cuja frequência foi n=4. Essa palavra está relacionada às discussões fomentadas sobre a naturalização dos padrões de saúde como justificadores do preconceito e da discriminação em relação aos corpos gordos. Além disso, os artigos que trazem o termo “saúde” em suas palavras-chaves propõem mudanças na comunicação médica, destacando a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e respeitosa, que considere o conceito mais amplo de saúde – física, emocional, psicológica e social, por exemplo. Em sequência, destaca-se o termo “plus size”, que está relacionado às discussões promovidas em relação às representações e experiências negativas e limitadas de pessoas gordas no consumo de Moda. Por fim, destaca-se a palavra “cirurgia bariátrica”, que aparece nas palavras-chave de 2 artigos analisados. Estes propõem reflexões sobre como os padrões estéticos de beleza transformam socialmente o corpo gordo em um corpo desumanizado. Assim, como produto dessa conjuntura, há uma procura considerável por cirurgia bariátrica, como possibilidade de libertação de tal rótulo – o corpo não humano – e, principalmente, de validação social. Outro ponto importante discutido nos referidos artigos é que, na maioria dos casos, as questões estéticas ultrapassam a preocupação com a saúde.

Analisar as Nuvens de Palavras permitiu identificar os tópicos e temas predominantes do corpus, proporcionando uma visão geral das diretrizes pelas quais a gordofobia e seus impactos têm sido abordados pela academia nacional, por meio de artigos científicos. No entanto, essa abordagem serviu apenas como um ponto de partida. Para responder de maneira mais aprofundada às perguntas norteadoras da presente RSL, foi necessário complementar a investigação com a aplicação de outras ferramentas.

De maneira a complementar o entendimento dos dados, os resultados obtidos a partir da análise textual no IRaMuTeQ foram exportados para a plataforma IBM SPSS *Statistics* (*Statistical Package for the Social Sciences*). Foram analisados os cruzamentos das seguintes variáveis: Periódico, classificação Qualis Periódico, ano e frequência de publicação<sup>14</sup>. No entanto, para melhor comunicação e visualização dos dados, foi utilizada a plataforma Flourish, para criar representações gráficas, as quais serão apresentadas e discutidas a seguir. Na Figura 17, é possível visualizar o nome dos Periódicos, suas respectivas classificações no Qualis Periódico e o número de artigos publicados entre o período de 2014 a 2024.

---

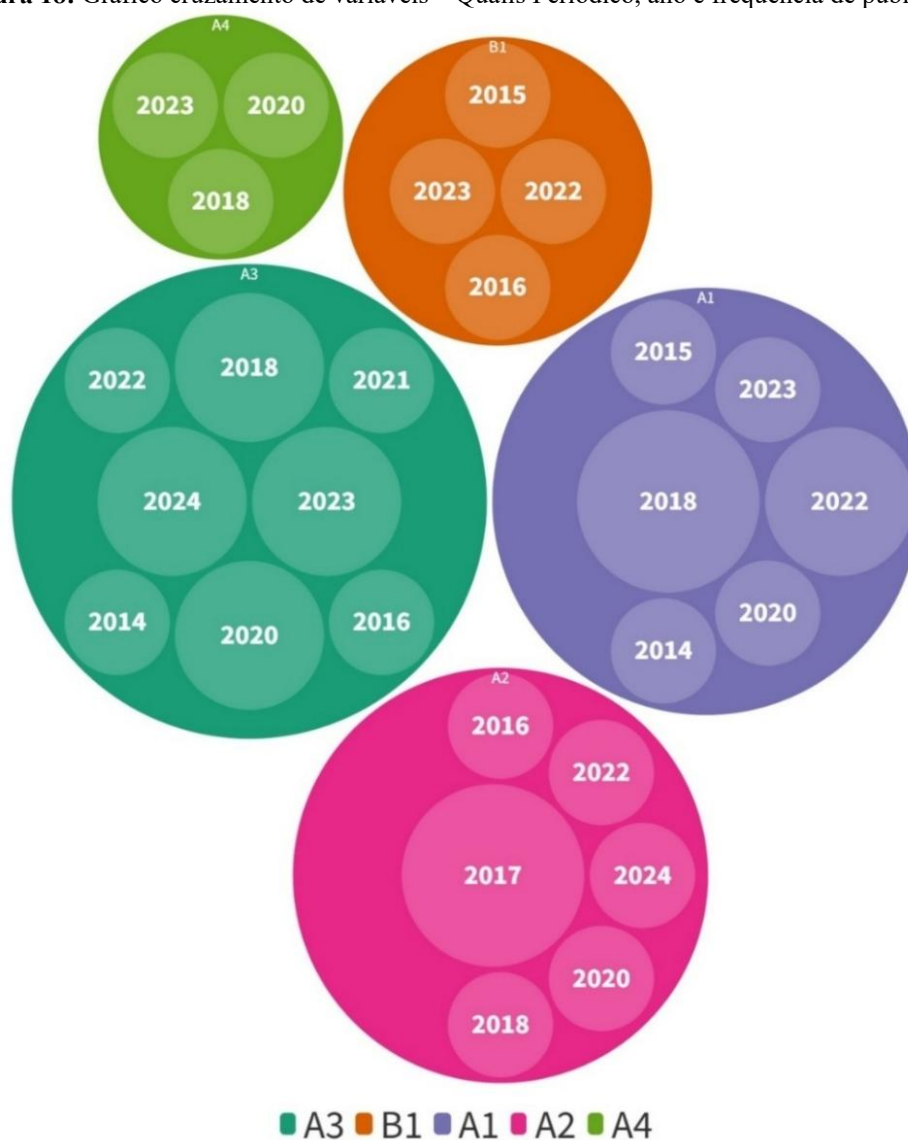
<sup>14</sup> Para visualização da tabela com essas informações detalhadas, consultar Apêndice C.

**Figura 17:** Periódicos, Qualis Periódicos e frequência de publicação entre 2014 a 2024

**Fonte:** elaborada pela autora na plataforma Flourish

A partir da Figura 17, foi possível identificar alguns aspectos. A lista apresenta 27 periódicos, dos quais destaca-se o “Saúde e Sociedade” como o mais representativo – 4 artigos publicados no período de análise. Outro ponto observado é a predominância de periódicos com classificações A1, A2 e A3, ou seja, de maior impacto e relevância acadêmica; por outro lado, os periódicos classificados como A4 e B1 apareceram em menor número. Ademais, na Figura 17 revela-se uma interdisciplinaridade das publicações, visto que são diversas as áreas de concentração dos periódicos, como: saúde, psicologia, ciências sociais e humanas, administração, marketing, educação, esporte e enfermagem. Isso indica que a gordofobia e seus impactos têm sido abordados a partir de diferentes perspectivas.

**Figura 18:** Gráfico cruzamento de variáveis – Qualis Periódico, ano e frequência de publicação



**Fonte:** Elaborado pela autora, produzido na plataforma online gratuita Flourish

Na Figura 18, os círculos maiores representam os diferentes níveis de classificação Qualis Periódico. Já os círculos menores, que estão inseridos dentro das bolhas principais, simbolizam os anos de publicação. O tamanho de cada círculo é proporcional ao volume de publicação, ou seja, círculos maiores representam maior frequência de publicações. Foi possível observar que o Qualis A3 apresentou maior consistência de publicação e diversidade temporal, ou seja, melhor distribuição de publicações ao longo do período analisado, seguido pelos Qualis A2 e A1. Em contrapartida, os Qualis A4 e B1 apresentaram menor diversidade temporal, bem como, menor volume de publicação. Além disso, o gráfico revelou que houve maior concentração de publicações nos seguintes anos: 2017, 2018, 2020, 2022, 2023 e 2024 – indicando que os picos de produtividade e de interesse na temática estão concentrados nos anos mais recentes.

A partir dos dados exportados para a plataforma IBM SPSS *Statistics*, também foram analisados os seguintes elementos: tipo de pesquisa e de coleta de dados<sup>15</sup>. A Figura 19 representa os tipos de pesquisa utilizados como percurso metodológicos nos artigos científicos analisados.

**Figura 19:** Gráfico representando os tipos de pesquisa do corpus “artigos científicos”



**Fonte:** Elaborado pela autora, produzido na plataforma online gratuita Flourish

Foi possível observar, a partir da Figura 19, a predominância de pesquisa de campo como percurso metodológico – empregada em 15, dentre os 36 artigos analisados. O uso dessa abordagem revelou um interesse dos pesquisadores em investigar como a gordofobia se manifesta na prática, visto que a coleta dos dados foi realizada diretamente em contextos reais em que o fenômeno ocorre. Dentre os meios de coleta de dados utilizados, destacaram-se:

<sup>15</sup> Para visualização da tabela com essas informações detalhadas, consultar Apêndice D.

observação e registro em contexto clínico, relatos biográficos, entrevistas semiestruturadas, questionários estruturados, grupos focais e rodas de conversa – todos realizados com indivíduos que vivenciam as diversas formas de violência resultantes da gordofobia.

Documentar os impactos sociais da gordofobia com base em evidências concretas, especialmente a partir das perspectivas daqueles que são afetados diretamente pelo problema, é significativamente relevante por diversos motivos. Primeiro, porque é muito mais do que “dar a voz” a esses indivíduos – afinal, voz e capacidade de expressão eles sempre tiveram – é “dar a escuta”, ou seja, a possibilidade de serem ouvidos, de terem suas experiências validadas e acolhidas. Além disso, produzir conhecimento a partir dessa ótica permite uma compreensão valiosa do fenômeno; o que pode promover maior conscientização e reconhecimento da gordofobia como uma questão de saúde pública, ou seja, que não está restrita a nível individual. Afinal, problemas construídos coletivamente precisam de soluções de enfrentamento coletivas.

Outra abordagem metodológica que predominou foi a documental – empegada por 12, dentre os 36 artigos analisados. A coleta dos dados documentais foi realizada a partir dos seguintes métodos: análise literária, análise de material midiático, de produções cinematográficas, de arquivos públicos, de arquivos particulares e, por fim, análise de mídias sociais digitais – a qual foi em maior número. Os artigos cuja coleta de dados ocorreu por meio da análise de mídias sociais digitais abordam o fato de a expansão da influência da internet, nos últimos anos, ter transformado os ambientes cibernéticos, especialmente as mídias sociais digitais, em importantes espaços para diálogos e debates de diferentes questões. Como ressaltam Lemes, Canuto e Silva (2022, p.15), “com a popularização da internet e das tecnologias digitais, as redes sociais foram adaptando-se à realidade e se transformaram em gigantescos espaços de compartilhamento de opiniões e posicionamentos”.

No entanto, as redes sociais também se tornaram espaços facilitadores para a veiculação de discursos preconceituosos e discriminatórios em relação aos corpos gordos. O que pode ser explicado por dois motivos: pela facilidade de acesso e pelo fato de serem um reflexo dos discursos sociais. Logo, as redes sociais tornaram-se locais propícios para a manifestação e perpetuação da gordofobia. Os referidos artigos revelam que a gordofobia acontece de maneira escancarada nesses espaços, por meio da propagação de conteúdos preconceituosos, discursos de ódio aos corpos gordos, comentários ofensivos, ou então, por meio de conteúdos de humor nos quais esses indivíduos são ridicularizados devido a sua condição física.

Visto que as redes sociais fazem parte da realidade e do cotidiano de grande parte da população, são essenciais debates que ampliem a conscientização dos efeitos nocivos que esse

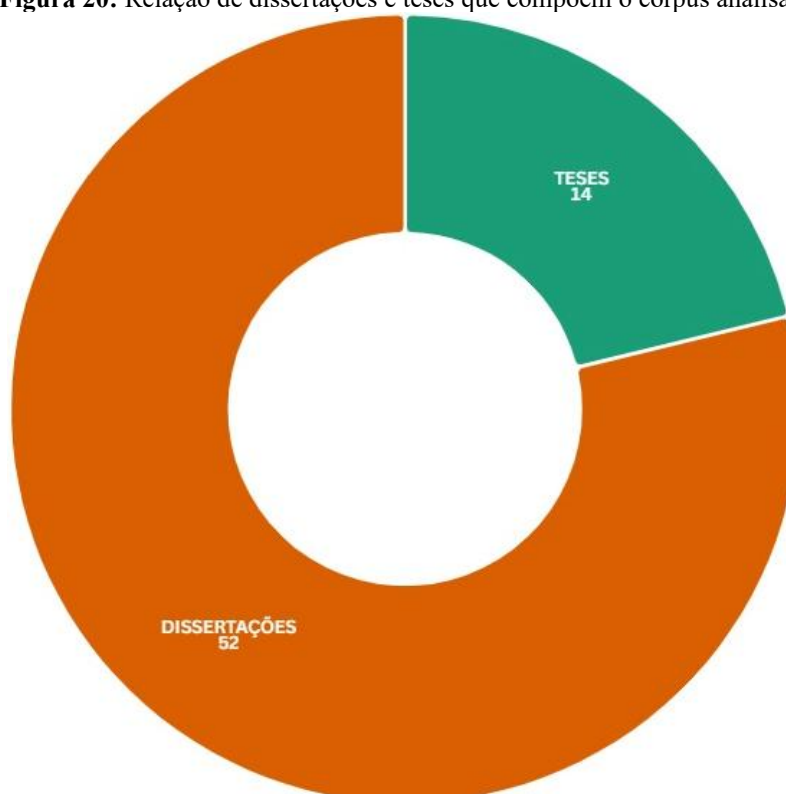
tipo de violência pode acarretar, especialmente, quando acontece em ambientes digitais – que passaram a ser mais um espaço no qual indivíduos com corpos gordos não “merecem” pertencer/estar. Ademais, fomentar esses debates pode incentivar mudanças comportamentais da sociedade, o que representa, talvez, o passo mais importante para o combate da gordofobia.

A análise do corpus “artigos científicos” permitiu identificar algumas das diretrizes pelas quais a gordofobia tem sido explorada pela produção de conhecimento nacional. No entanto, ainda não foi suficiente para responder de maneira aprofundada às perguntas norteadoras desta RSL. A seguir, será apresentada a discussão sobre o segundo material de análise, que serviu como complemento para responder às questões de pesquisa.

### **Análise dos dados obtidos a partir da base eletrônica “Catálogo de Teses e Dissertações da Capes” – corpus teses e dissertações**

A segunda categoria analisada abrangeu os 66 registros coletados na base “Catálogo de Teses e Dissertações da Capes”. Também foram utilizadas, como ferramentas de análises, os *softwares* IRaMuTeQ e IBM SPSS *Statistics*, bem como a plataforma de visualização interativa de dados Flourish. Dentre o total de registros, 52 são dissertações de mestrado e 14 teses de doutorado, como pode ser observado na Figura 20.

**Figura 20:** Relação de dissertações e teses que compõem o corpus analisado



**Fonte:** Elaborada pela autora na plataforma Flourish

Os dados obtidos a partir da análise textual no IRaMuTeQ foram exportados para a plataforma IBM SPSS *Statistics*, na qual foi analisada a relação entre ano e frequência de publicação ao longo do período de 2014 a 2024 – essas informações podem ser observadas no Quadro 18.

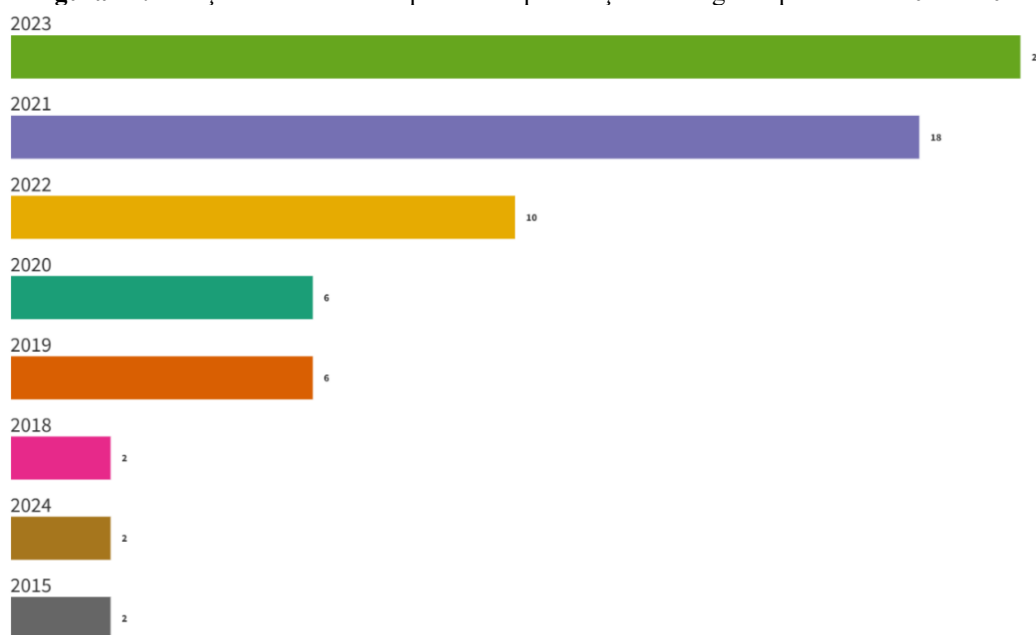
**Quadro 18:** Relação entre frequência de estudos publicados entre 2014 a 2024

Ano	Frequência	Percentual
2015	2	3,0%
2018	2	3,0%
2019	6	9,1%
2020	6	9,1%
2021	18	27,3%
2022	10	15,2%
2023	20	30,3%
2024	2	3,0%
<b>Total</b>	<b>66</b>	<b>100,0%</b>

**Fonte:** Elaborada pela autora, a partir das informações obtidas pela plataforma IBM SPSS *Statistics*

A análise revelou a seguinte distribuição temporal: os anos de 2021, 2022 e 2023 foram os mais representativos, totalizando 48 estudos publicados. No entanto, as publicações realizadas nos demais anos foram menos expressivas, variando entre 2 e 6 ao ano. Isso sugere que a gordofobia despertou um interesse mais significativo da produção acadêmica nos últimos anos do período analisado. Essas informações estão ilustradas na Figura 21.

**Figura 21:** Relação entre ano e frequência de publicação ao longo do período de 2014 a 2024



**Fonte:** Elaborada pela autora na plataforma Flourish

Com o propósito de analisar as diretrizes pelas quais a gordofobia tem sido abordada pela academia, foram avaliados os Programas de Pós-graduação nos quais os estudos foram desenvolvidos, bem como suas respectivas áreas de avaliação da Capes. Observam-se, no Quadro 19, três grandes áreas em que a gordofobia foi explorada. Foram elas: Ciências Sociais Aplicadas (13,6%), constando 9 estudos ao longo do período analisado; Ciências Humanas (39,4%), totalizando 26 registros; Multidisciplinar (47%), que abrangeu áreas como Engenharias, Linguística, Letras e Artes, por exemplo, constando 31 estudos.

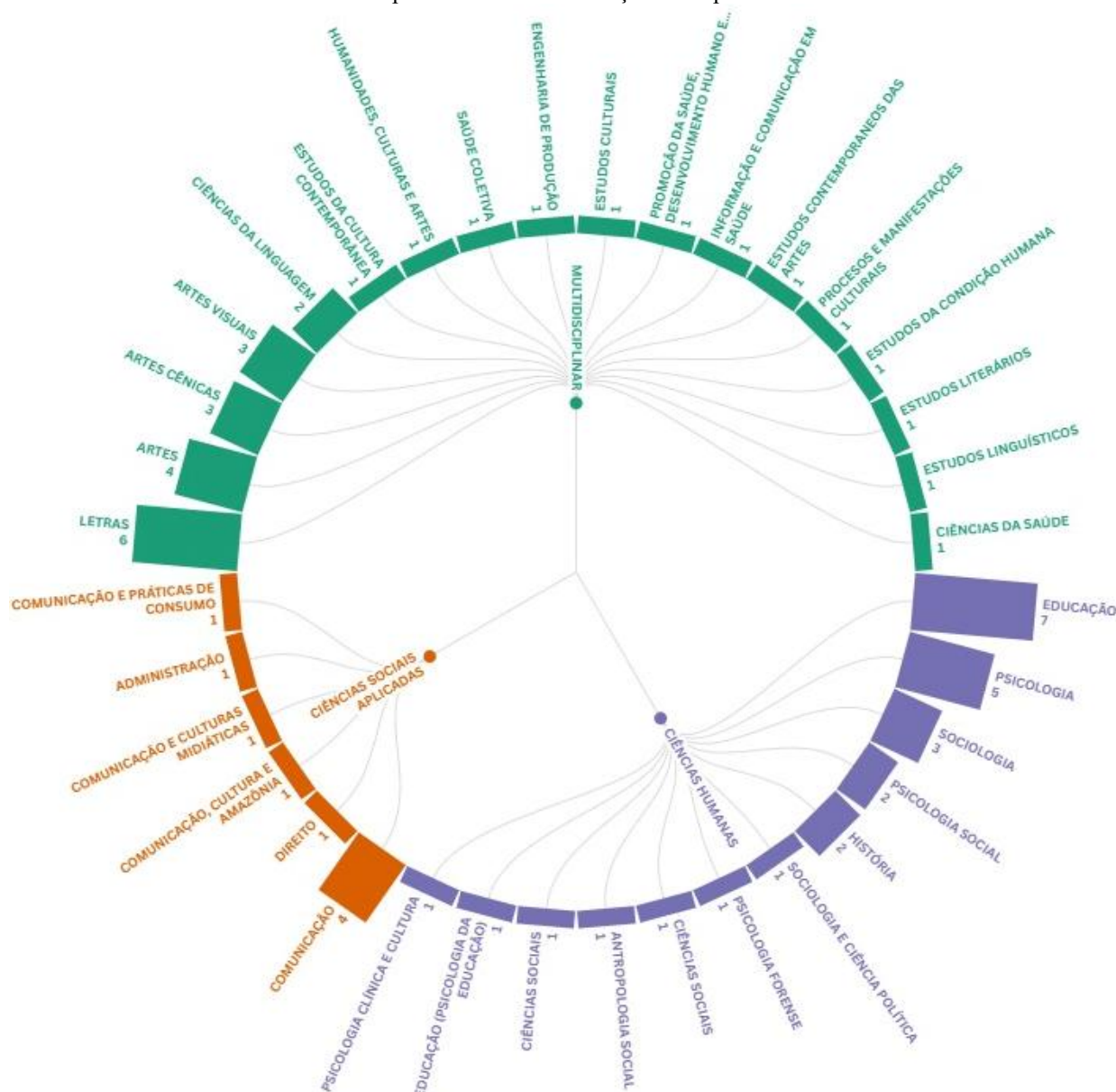
**Quadro 19:** Relação entre a quantidade de estudos publicados para cada área de avaliação da Capes

Área avaliação Capes	Frequência	Percentual
Ciências Sociais Aplicadas	9	13,6%
Ciências Humanas	26	39,4%
Multidisciplinar	31	47,0%
<b>Total</b>	<b>66</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Elaborada pela autora, a partir das informações obtidas pela plataforma IBM SPSS *Statistics*

Foi elaborado um gráfico radial (Figura 22) para visualizar essas informações.

**Figura 22:** Programas de Pós-graduação, em que estudos sobre gordofobia foram desenvolvidos, e suas respectivas áreas de avaliação da Capes



**Fonte:** Elaborada pela autora na plataforma Flourish, a partir das informações obtidas pela IBM SPSS *Statistics*

A Figura 22 suscita algumas reflexões. Primeiramente, a variedade de áreas acadêmicas revelou uma distribuição interdisciplinar pela qual a gordofobia tem sido explorada. Como abordado no referencial teórico, a gordofobia é produto de um processo complexo, influenciado por uma série de fatores culturais, sociais, históricos – o que reflete sua natureza multifacetada. Sendo assim, é essencial uma abordagem multidisciplinar que enriqueça a compreensão da temática a partir de variadas perspectivas. Identificar que a gordofobia tem sido explorada dessa forma foi um passo importante para responder às perguntas norteadoras desta investigação.

No entanto, alguns pontos precisam ser destacados. Dentre as áreas predominantes, destacaram-se Educação, Letras, Psicologia e Sociologia. Ao analisar detalhadamente os estudos referentes a essas áreas, foi possível identificar tendências de abordagem, como: o interesse em investigar os impactos da gordofobia em ambientes educacionais; em investigar as representações sociais do corpo gordo, bem como as narrativas que sustentam socialmente a gordofobia. Além disso, os estudos vinculados às referidas áreas buscaram explorar aspectos subjetivos, como os efeitos nocivos que a estigmatização, o preconceito e a discriminação causam na autoestima, na saúde física e mental daqueles que vivenciam essa forma de violência.

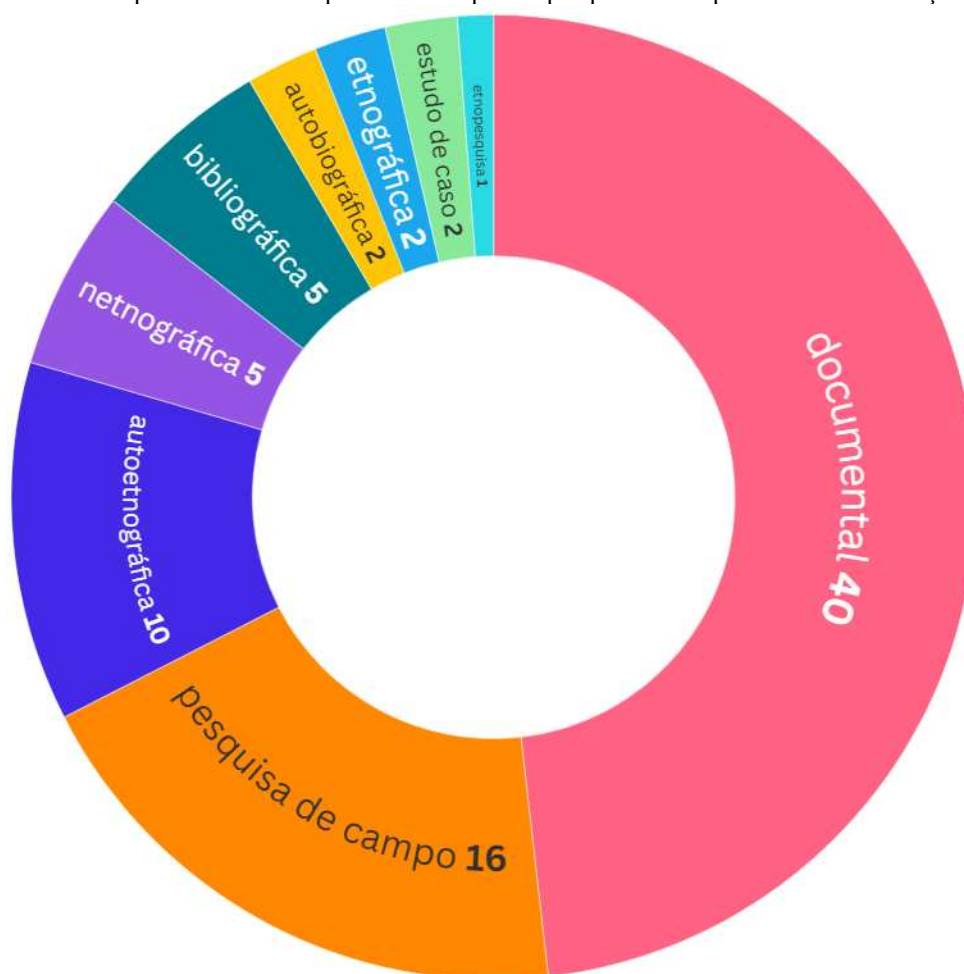
Por outro lado, demais áreas como Saúde Coletiva, Ciências Sociais, Administração e Direito, por exemplo, foram menos expressivas, o que sugere lacunas de conhecimento e, principalmente, oportunidades de pesquisas futuras. Nesse sentido, também foi observada a ausência de estudos vinculados às áreas como Ciências Políticas, por exemplo. Nenhum dos registros analisados explorou a relação entre gordofobia e políticas públicas. Essa também representa, portanto, uma significativa lacuna de conhecimento que precisa ser melhor explorada pela academia. Logo, esse ponto observado evidenciou a relevância da presente pesquisa, visto que foram aqui explorados aspectos cruciais para o reconhecimento da gordofobia como um problema público, que demanda ações políticas específicas de enfrentamento.

Em sequência, também foram avaliados, por meio da análise estatística descritiva no programa IBM SPSS *Statistics*, os tipos de pesquisa e de coleta de dados empregados nas teses e dissertações. É importante ressaltar que todos os estudos tiveram o método bibliográfico como parte fundamental para o desenvolvimento de seus referenciais teóricos. Sendo assim, optou-se por ressaltar e descrever apenas os métodos complementares utilizados nos percursos metodológicos, como pesquisa de campo, documental, etnográfica, entre outras. Foram considerados para análise casos específicos de pesquisa bibliográfica: quando esse foi o método bibliográfico exclusivamente utilizado, ou então, quando foi aplicado um tipo específico de pesquisa bibliográfica, como a revisão sistemática de literatura<sup>16</sup>. A Figura 23 representa a frequência e os tipos de pesquisa utilizados como percurso metodológicos pelas teses e dissertações.

---

<sup>16</sup> Para visualização da tabela com todas essas informações detalhadas, consultar Apêndice E.

**Figura 23:** Gráfico representando a frequência e os tipos de pesquisa do corpus “teses e dissertações da Capes”



**Fonte:** Elaborado pela autora, produzido na plataforma online gratuita Flourish

Conforme pode ser observado na Figura 23, a pesquisa documental foi predominantemente empregada – em 40, dentre os 66 estudos. A coleta dos dados documentais ocorreu por meio das seguintes técnicas: análise iconográfica; análise literária; análise de materiais midiáticos, como revistas, textos jornalísticos, plataformas digitais de notícias; análise de documentos audiovisuais, como vídeos no Youtube; análise de documentos jurídicos, como normas e processos judiciais; de arquivos públicos, como políticas públicas relacionadas aos cuidados com a saúde, em especial aquelas voltadas para o emagrecimento. Além disso, também foram empregadas análises de performances artísticas; de materiais didáticos; de arquivos particulares, como vídeos e fotografias. No entanto, o método de coleta de dados documentais mais expressivo foi a análise de mídias sociais digitais – utilizada como fonte de informação por 12, dentre os 40 estudos que aplicaram a pesquisa documental.

A análise de mídias sociais digitais também foi o método de coleta de dados documentais mais expressivo nos artigos científicos. A predominância desse método nos dois corpus

analisados – “artigos científicos” e “teses e dissertações da Capes” – revelou, portanto, uma tendência de abordagem metodológica em estudos relacionados à gordofobia. Como já discutido, a combinação dos seguintes fatores: a facilidade de acesso, a relevância das mídias sociais digitais no cotidiano das pessoas, a influência cultural que exercem na sociedade – e vice e versa, visto que tanto refletem quanto moldam padrões sociais – transformaram plataformas como Instagram, Facebook, Twitter e TikTok em espaços propícios para a disseminação da gordofobia. Conseqüentemente, essas plataformas tornaram-se importantes fontes para investigações. Essa conjuntura justifica, portanto, por que pesquisadores têm direcionado sua atenção para as mídias sociais digitais enquanto fonte de coleta de dados documentais.

Além disso, outro aspecto observado na Figura 23 foi o emprego dos seguintes métodos de pesquisa: autoetnográfica, autobiográfica e etnopesquisa. Mas o que essas abordagens têm em comum? Se fosse preciso responder essa pergunta de maneira resumida, poderíamos dizer que é o papel ativo do pesquisador no processo investigativo, cujas experiências pessoais, vinculadas a um contexto histórico, social, cultural e político mais amplo, são tomadas como fontes de estudos e como ferramentas para produção de conhecimento. Essas metodologias propõem um processo retrospectivo e autorreflexivo das vivências, no qual o autor é, ao mesmo tempo, observador e instrumento de pesquisa, visto que é parte integrante do fenômeno estudado (Arruda, 2019; Oliveira, 2015; Darós, 2022). Os trechos a seguir, extraídos de uma tese e de uma dissertação do corpus, respectivamente, corroboram essa afirmação:

O que se propõe para esta investigação é uma autoetnografia da gordofobia, possível à medida que serão tensionados casos da minha própria vivência desse preconceito com manifestações dos meios hegemônicos que se associem não só ao preconceito contra as pessoas gordas em si, mas com as situações de gordofobia por mim vivenciadas (Arruda, 2019, p.24).

Voltarei no tempo, mergulharei nas lembranças. Ainda que eu corra o risco de reencontrar o que não me foi agradável, de reviver algo que me feriu. É preciso. Faz-se necessário. Revirarei as gavetas das memórias, buscando olhar de frente para as mazelas adquiridas durante minha infância, reconhecendo hoje a importância de todas elas, reconhecendo que, ao longo de minha existência, as reminiscências foram entranhadas em meu corpo. Travo, desta maneira, uma guerra de resistência e quase entrega diárias. Faço questão também de mostrar, reconhecer, exaltar o que de doloroso me fortaleceu nesta caminhada. Sim, evidências. É preciso equilibrar. Não falarei somente sobre as dores; afirmo que em minha caminhada aprendi, muito duramente, que toda moeda tem dois lados. Nesse aprendizado contínuo, entre perdas e ganhos, sobrevivo, e venho aqui para contar, através desta pesquisa, imbuída de um visível saudosismo, permeado inevitavelmente em minha escrita (Oliveira, 2015, p.24).

A predominância desses métodos de pesquisa também revelou, portanto, mais uma tendência de abordagem em estudos relacionados à gordofobia. Além disso, a partir da Figura 23, foi identificado o uso de pesquisas de campo e estudos de caso. O emprego dessas abordagens metodológicas revelou o interesse de pesquisadores em investigar a gordofobia na prática, ou seja, em contextos em que esse fenômeno ocorre – tendência também observada no corpus “artigos científicos”. Além disso, foi identificado o uso de outros dois recursos metodológicos: a pesquisa etnográfica e a pesquisa netnográfica que, assim como as pesquisas de campo e os estudos de caso, buscam investigar fenômenos no contexto onde ocorrem. No entanto, a etnografia caracteriza-se pela imersão do pesquisador que, além de observador, “é parte integrante do processo de conhecimento e descoberta” (Peirano, 1995, p.17), como descrito no trecho

Tal pesquisa decorre, portanto, de inspirações individuais, meus próprios desejos e conhecimentos empíricos após experienciar o mundo em um corpo tido como “obeso” ou “obeso mórbido” desde a infância, havendo passado por múltiplos tipos de “tratamentos” e intervenções. Situo-me, nesse sentido, diante do problema de pesquisa valendo-me da experiência compartilhada de ser gorda com as minhas interlocutoras. Trata-se de uma pesquisa que é tanto propiciada por uma inquietação pessoal quanto – e sobretudo – fruto de alianças etnográficas decorrentes de experiências corporais compartilhadas. Esta dissertação é fruto dessas experiências em diferentes escalas, circunstâncias e propósitos (Altenhofen, 2023, p. 3).

A netnografia, por sua vez, foi adotada por 5 estudos. Esse método – também conhecido como etnografia virtual, webnografia, etnografia digital, etnografia em mídias sociais ou etnografia on-line – caracteriza-se pela coleta de dados em contextos virtuais e é predominantemente empregado para análise de mídias sociais (Santos e Gomes, 2013; Soares e Stangel, 2021). Diante disso, surgiu um questionamento: Por que os autores desses 5 estudos nomearam sua estratégia metodológica como netnografia, sendo que 12 estudos, mencionados anteriormente, que também tiveram as mídias sociais digitais como principal fonte de coleta de dados, foram nomeados metodologicamente como pesquisas documentais?

Ao refletir sobre essa questão, chegou-se à seguinte observação: Embora a fonte de coleta dos dados tenha sido a mesma – as mídias sociais – a diferença entre os estudos netnográficos e documentais se deu pela perspectiva analítica adotada, ou seja, pela maneira como as informações foram tratadas e analisadas. Nos estudos netnográficos, os pesquisadores adotaram uma postura mais ativa no processo investigativo, visto que, se inseriram no campo de pesquisa, por meio da observação participante em blogs, grupos de redes sociais, entrevistas e rodas de conversas online, por exemplo, para compreender de maneira mais aprofundada o fenômeno estudado. Em contrapartida, nos estudos documentais, os pesquisadores adotaram uma postura

analítica mais distante, objetiva, passiva e observacional, ou seja, não houve uma imersão ativa no campo de pesquisa. Os dados utilizados como fontes de informação, dos quais destacam-se postagens, comentários, *hashtags*, imagens e vídeos das redes sociais, foram tratados como documentos não-textuais, ou seja, como registros a serem analisados como qualquer outro documento textual.

Analisando detalhadamente os estudos que tiveram como recurso metodológico a netnografia, foi possível identificar que a coleta de dados ocorreu nos seguintes espaços virtuais: Facebook, Instagram, Twitter, Pinterest e YouTube. Ademais, observou-se que todos os 5 estudos tiveram como objetivo principal investigar a influência dos “ativismos gordos”, também conhecidos como “gordoativismos”, na luta contra a gordofobia, especialmente dentro dos ciberespaços. Como pode ser observado nos trechos a seguir, extraídos de dois estudos:

Ao politizarem o corpo no ambiente online, o ativismo praticado pela vivência gorda tem demonstrado uma capacidade de condensar diversas das lutas da atualidade em sua atuação política ao reunir o combate à gordofobia, ao racismo, ao sexismo, à homofobia, à lesbofobia e à transfobia, já que a gordofobia está entrelaçada a outros marcadores sociais. Como foi afirmado anteriormente, as pessoas gordas não são todas iguais pelo simples fato de serem gordas, elas interseccionam atributos (Arandas, 2023, p.91).

Os ativismos na internet são importantíssimos para essas mulheres, pois é onde se sentem seguras para expor fragilidade e pedido de ajuda, entender o corpo de outra maneira e fazer uso dessa experiência para se aceitar e estar mais alegre no mundo. Algumas chamadas/eventos do ativismo gordo começam pela internet e depois acabam se materializando nas ruas, praias, festas, bares. Vários desses chamamentos acontecem nesses canais virtuais para verberações militantes de aceitação do corpo gordo feminino em espaços sociais onde o gordo é, de alguma maneira, proibido de estar, excluído (Jimenez, 2020, p.16).

A análise desses cinco estudos revelou que o ativismo protagonizado por pessoas gordas, que vivenciam cotidianamente as múltiplas violências decorrentes da gordofobia, tem sido uma relevante diretriz de abordagem desse fenômeno. O ativismo gordo, além de estimular novos olhares sobre questões relacionadas à gordofobia, tem influenciado importantes debates na produção de conhecimento científico nacional. Além disso, a análise dos referidos estudos também revelou a netnografia como mais uma tendência de abordagem metodológica em estudos relacionados à gordofobia.

Em sequência, com propósito de complementar esta investigação e de identificar mais diretrizes pelas quais a gordofobia tem sido explorada pela academia nacional, foram analisadas as palavras que detiveram maior importância no corpus “teses e dissertações”. Para isso, foi utilizada a ferramenta “Análise de Frequência de Palavras”, disponibilizada pelo *software*

IRaMuTeQ. O Quadro 18 foi elaborado para visualizar o *ranking* dos 10 primeiros termos mais frequentes nos títulos, resumos e palavras-chave.

**Quadro 20:** Palavras que detiveram maior importância nos títulos, resumos e palavras-chave do corpus “teses e dissertações da Capes”

Títulos		Resumos		Palavras-chave	
palavra	frequência	palavra	frequência	palavra	frequência
gordo	n= 22	como	n= 291	gordofobia	n= 33
gordofobia	n= 18	corpo	n= 199	corpo_gordo	n= 18
corpo	n= 16	gordo	n= 172	gordo	n= 17
corpo_gordo	n= 12	pesquisa	n= 119	corpo	n= 15
peso	n= 9	gordofobia	n= 109	arte	n= 10
feminino	n= 9	análise	n= 92	obesidade	n= 9
Instagram	n= 7	estudo	n= 91	discurso	n= 7
análise	n= 7	corpo_gordo	n= 88	saúde	n= 6
representação	n= 6	pessoa	n= 75	estigma	n= 6
ativismo_gordo	n= 6	partir	n= 74	educação	n= 6

Fonte: Elaborada pela autora

Como forma de representar graficamente o ranking de palavras, foi elaborada uma “Nuvem de Palavras” para cada um dos elementos citados acima – títulos, resumos e palavras-chave. A Figura 24 representa a “Nuvem de palavras” dos títulos<sup>17</sup>.

**Figura 24:** Nuvem de palavras dos títulos – corpus “teses e dissertações da Capes”



Fonte: Elaborada pela autora, fornecida pelo software IRaMuTeQ

<sup>17</sup> Para visualizar o *ranking* das 50 primeiras palavras dos “títulos”, do corpus “teses e dissertações”, consultar o apêndice F.



Ao observar as figuras 24, 25 e 26, verificou-se uma semelhança entre elas: os termos com frequências mais expressivas foram basicamente os mesmos. Sendo assim, foi realizada uma análise simultânea das três “Nuvens de palavras”.

Os termos “gordofobia”, “corpo”, “gordo” e “corpo gordo” destacaram-se como os mais recorrentes nos títulos, nos resumos e nas palavras-chave, o que suscita algumas reflexões. Primeiramente, entende-se que estes são os conceitos centrais dos estudos analisados. Posto isto, foi realizada uma leitura detalhada dos resumos de todas as teses e dissertações, o que, além de comprovar essa perspectiva, revelou que a gordofobia tem sido abordada com mais clareza nesses estudos em relação ao corpus “artigos científicos”. Os autores das teses e dissertações nomeiam claramente as práticas e comportamentos que caracterizam a gordofobia. Sendo assim, pode-se dizer que o debate sobre as questões sociais, culturais, históricas relacionadas a essa discriminação é mais explícito, logo, é mais eficaz, visto que são estimuladas reflexões mais específicas em relação às implicações da gordofobia.

Os termos “feminino”, “mulheres gordas” e “mulher” obtiveram frequência  $n=9$ ,  $n=4$  e  $n=3$  nos títulos, respectivamente. A análise detalhada dos estudos que trazem em seus títulos os referidos termos revelou outra diretriz pela qual a gordofobia tem sido explorada: a interseccionalidade de gênero – abordagem também observada no corpus “artigos científicos”. Foram explorados, nesses estudos, as vivências de mulheres gordas frente às múltiplas formas de violência decorrentes da gordofobia. Como já discutido, a pressão estética é maior sobre elas, logo, os impactos da gordofobia também o são, o que justifica o interesse de pesquisadores em explorarem essa questão. A análise da gordofobia sob a perspectiva de gênero destacou-se, portanto, como um enfoque relevante nesse contexto e como mais uma tendência de abordagem em estudos relacionados à gordofobia.

Ainda nos títulos, observou-se a importância dos termos “Instagram” (frequência  $n=7$ ), “redes sociais” (frequência  $n=3$ ), “mídia” (frequência  $n=2$ ) e “Youtube” (frequência  $n=2$ ). Ao analisar os estudos que trazem em seus títulos esses termos, foi possível identificar o enfoque nas mídias sociais digitais – tendência de abordagem que ficou evidente na análise dos tipos de pesquisa e de coleta de dados empregados nas teses e dissertações. Como mencionado anteriormente, pesquisadores têm direcionado seus olhares para essas plataformas, por reconhecerem esses espaços como importantes fontes para investigar a gordofobia.

Além disso, foi possível observar a importância do termo “ativismo gordo”, cuja frequência foi  $n=6$  nos títulos e  $n=4$  nas palavras-chave. Nesse contexto, também se destacaram os termos “*fat studies*” (frequência  $n=4$  nas palavras-chave) e “militância” (frequência  $n=2$  nos

títulos). O uso desses termos indica um enfoque na análise de movimentos sociais empreendidos como estratégias de resistência e de reivindicação por direitos na luta antigordofobia. Essa abordagem foi observada nos estudos que aplicaram a netnografia como recurso metodológico, como já discutido. Por fim, destacaram-se, tanto nos títulos quanto nos resumos e nas palavras-chaves, os seguintes termos: “obesidade”, “saúde”, “representações sociais”, “identidade”, “estigma”, “padrão”, “beleza”, “discurso”, “preconceito” e “sociedade”. Esses termos sugerem que questões relacionadas a aspectos culturais e sociais também foram categorias de análises exploradas pelos autores nas teses e dissertações.

Por fim, todos os elementos analisados, tanto do corpus “artigos científicos” quanto do corpus “teses e dissertações da Capes”, possibilitaram responder as questões norteadoras da presente RSL. Com base nos resultados, pode-se afirmar que a comunidade acadêmica tem investigado a gordofobia sob diferentes perspectivas, visto que foram identificadas variadas diretrizes pelas quais o fenômeno tem sido explorado. Essa abordagem multidisciplinar, como já discutido, enriquece a discussão e a compreensão da temática, o que pode ampliar a conscientização sobre as questões relacionadas à gordofobia. Além disso, outro aspecto identificado, a partir da análise dos dados da RSL, foi que a produção acadêmica sobre a gordofobia foi mais significativa nos últimos anos do período de análise. Isso indica que a temática tem ganhado mais visibilidade e relevância no meio científico, sendo reconhecida, cada vez mais, como um problema social que demanda intervenções coletivas de enfrentamento.

Sendo assim, quais conclusões podem ser extraídas da presente análise? Que a comunidade científica nacional vem desempenhando um importante papel social. Como discutido no referencial teórico, os acadêmicos, embora não tenham força legítima para estabelecer ou implementar ações política, podem influenciar o jogo político. Ou seja, a discussão promovida pela comunidade acadêmica denota potencial para estimular mudanças comportamentais, institucionais, políticas, sociais e culturais em relação à gordofobia. Consequentemente, a produção de conhecimento científico representa uma ferramenta fundamental no enfrentamento da gordofobia.

## 5. CONCLUSÕES

Este estudo teve por finalidade analisar as manifestações sociais, institucionais e científicas da gordofobia, com propósito de compreender sua constituição como problema público e os desafios para sua inclusão na agenda de políticas públicas no Brasil.

Posto isto, toda a discussão fomentada permitiu compreender como se deu a construção social do corpo gordo. Como discutido, as narrativas atribuídas culturalmente a esse corpo são reflexo de três elementos principais: padrões de beleza, estigmas associados ao corpo gordo e discursos médicos de saúde – que representam os pilares essenciais da gordofobia. Abordar esses conceitos foi fundamental para direcionar toda a trajetória desta pesquisa.

Ademais, foi estimulada uma reflexão a respeito da importância de se questionar alguns termos utilizados de forma generalizada como “obesidade” e “obeso”, por exemplo. A maneira como a sociedade percebe o corpo gordo faz com que haja a seguinte associação: uma pessoa gorda é, automaticamente, considerada como doente, e uma pessoa “muito gorda” é considerada “obesa”, ou seja, “muito doente”. No entanto, como discutido ao longo desta pesquisa, essa narrativa foi – e continua sendo – construída culturalmente, logo, ela pode e deve ser desconstruída. É fundamental desarticular a concepção de que toda pessoa gorda é necessariamente doente, desleixada, negligente ou que está “à beira da morte”; assim como, nem todo corpo magro é obrigatoriamente saudável e isento de adoecer.

Outra problematização estimulada na presente pesquisa está relacionada à fórmula simplista utilizada para a classificação da “obesidade”: o IMC. Este parâmetro, embora amplamente utilizado, fornece pouca informação sobre a composição corporal e a saúde de um indivíduo. Sendo assim, ele representa uma fórmula segura para classificar alguém como doente ou saudável? A partir da discussão aqui fomentada, pode-se dizer que não. Logo, o IMC também precisa ser questionado e, principalmente, substituído por métodos mais eficazes e menos excludentes. É essencial ressaltar que o objetivo desta pesquisa não foi “romantizar a obesidade” ou desincentivar o cuidado com a saúde, mas sim, enfatizar que pessoas gordas não merecem ser desumanizadas devido a sua condição física e que, principalmente, têm o direito de existir.

Além do exposto, foram exploradas, no referencial teórico, algumas formas de expressão da gordofobia, ou seja, como e em quais contextos essa discriminação ocorre. Foram elas: as expressões gordofóbicas, a gordofobia laboral, a gordofobia médica, a gordofobia na Moda, no ambiente escolar e, por fim, a relação entre gordofobia e acessibilidade. Essas são apenas algumas das maneiras pelas quais essa forma de discriminação se manifesta, o que evidencia a

importância de investigações adicionais e mais detalhadas. Além disso, há outro ponto que precisa ser destacado: a gordofobia é atravessada por múltiplas questões como raça, classe, gênero, idade, orientação sexual, contexto geográfico ou socioeconômico, ou seja, ela não se manifesta de maneira isolada – são muitas as camadas sobrepostas e interseccionadas que a circunscrevem. Assim, devido a sua natureza multidimensional, também são diversas as possibilidades de abordagem dessa temática.

A gordofobia pode ser problematizada a partir de várias lentes, visto que, suas diversas formas de manifestação afetam, em diferentes graus, diferentes grupos populacionais. Uma mulher sofre maior impacto do que um homem, uma vez que a pressão estética e a cobrança pelo “corpo perfeito”, “corpo certo”, “corpo ideal” é maior sobre elas. Em contrapartida, uma mulher preta e gorda sofre maiores impactos do que uma mulher branca e gorda. Como mencionado, a gordofobia é composta por múltiplas camadas e fatores que juntos contribuem para a sua natureza multidimensional. Abordar a gordofobia e seus impactos sociais a um determinado segmento populacional, por exemplo, pode ser uma interessante possibilidade de pesquisa futura.

Entende-se que incentivar esses debates sob diferentes perspectivas permite analisar diversas dimensões do problema. Ou seja, problematizar a gordofobia a partir de distintos pontos de vista pode revelar aspectos específicos e, conseqüentemente, direcionar intervenções adequadas para cada área ou grupo populacional afetado. Promover uma compreensão mais ampla e crítica dos impactos da gordofobia pode trazer muitos benefícios pra sociedade como um todo. É fundamental que a sociedade entenda que está inserida no problema, para que mudanças conscientes e efetivas aconteçam. A luta é de todos. No entanto, há um importante elemento que precisa ser destacado: Sem o apoio político não há avanço.

Diante do reconhecimento da importância do apoio político na luta contra a gordofobia, foi realizado um levantamento de estratégias governamentais nacionais, visando identificar se essa temática tem sido abordada com a devida seriedade e importância. Considerando os aspectos apresentados, os resultados indicaram que não. Foram identificadas, do ponto de vista teórico, lacunas que ainda precisam ser exploradas e, do ponto de vista prático, a necessidade de se estabelecerem novas direções para as ações políticas em relação aos corpos gordos. Pessoas gordas precisam ser enxergadas para além de seu peso e de sua aparência, visto que o emagrecimento não é uma necessidade única e suprema desses indivíduos. A invisibilidade vivenciada corriqueiramente, em todos os espaços sociais, desencadeia uma série de problemas

que impactam diretamente em sua saúde – conceito que, como discutido, vai além da ausência de enfermidades. Não há saúde mental que sustente a privação e a violação de direitos humanos.

As estratégias governamentais, atuantes no âmbito da gordofobia e de seus impactos, encontradas nesta pesquisa não se mostram eficientes para lidar com todas as demandas e violações de direitos enfrentadas por indivíduos gordos. Posto isto, foi possível chegar à seguinte conclusão: O debate público não oferece a devida atenção a esse problema social. É essencial que a gordofobia seja amplamente reconhecida como uma questão que demanda ações políticas específicas de enfrentamento. Somente com esse reconhecimento e, principalmente, com a devida implementação de políticas públicas efetivas e eficientes, que as demandas e os direitos da população gorda poderão ser assegurados.

Perante esse cenário, esta pesquisa teve como objetivo, além de estimular uma reflexão, fornecer subsídios que impulsionem a formulação de ações políticas específicas, que possam promover valores fundamentais como: Acessibilidade, inclusão social, respeito da dignidade, proteção da honra, do bem-estar físico e social a indivíduos cujos corpos são, paradoxalmente, “grandes” e ao mesmo tempo invisíveis aos olhos da sociedade.

Diante do protagonismo inexpressivo e limitado da gordofobia no debate público e no jogo político, optou-se por analisar essa temática no contexto da produção de conhecimento nacional. Como mencionado, essa abordagem denota potencial de transformar o cenário atual: Quanto mais conhecimento acerca dos impactos da gordofobia for estimulado maior será a conscientização e, conseqüentemente, maiores serão as possibilidades de alcance dessa temática. Diante disso, foi realizada uma revisão sistemática de literatura cujas perguntas norteadoras foram: A academia tem investigado a gordofobia? Quais as diretrizes pelas quais esse fenômeno tem sido abordado? Quais conclusões podem ser extraídas de tais pesquisas? A partir dos resultados encontrados, foi possível chegar à seguinte conclusão: Sim, a gordofobia tem sido abordada pela produção científica nacional, por meio de artigos, teses e dissertações.

Embora existam estudos que abordam questões relacionadas à gordofobia, ainda assim, pode-se dizer que a temática não avança, no debate acadêmico, em um ritmo condizente com sua complexidade e relevância. O número de pesquisas ainda é limitado e as diretrizes pelas quais a temática tem sido abordada permanecem, em grande parte, apenas no âmbito teórico. São necessários estudos que problematizem a gordofobia de maneira mais enfática e que direcionem quais medidas precisam ser tomadas para o enfrentamento de seus impactos. Assim, serão maiores as possibilidades de conscientização social e, principalmente, reconhecimento,

por parte das autoridades públicas, da temática como uma questão passível de atenção e atuação mais efetiva e eficaz.

Ainda nesse contexto, há um ponto que precisa ser destacado. Embora a RSL tenha sido conduzida criteriosamente, seguindo os preceitos de Siddaway, Wood e Hedges (2019), ainda assim, algumas limitações precisam ser reconhecidas. Primeiramente, as buscas foram realizadas em apenas três bases de dados – SciELO, Redalyc e Catálogo de Teses e Dissertações da Capes – o que pode ter restringido a identificação de trabalhos relevantes disponíveis em outras plataformas. Ademais, os termos de busca empregados, embora cuidadosamente selecionados, poderiam ter incluído uma variedade maior, como por exemplo: Lipofobia, estigma da obesidade, preconceito anti-gordura, ativismo gordo, patologização do corpo gordo, ampliando, assim, o escopo da coleta de dados.

Outra limitação que precisa ser reconhecida é o fato de a RSL ter se concentrado na literatura nacional. A inclusão de estudos internacionais poderia ter ampliado as perspectivas da análise. Além disso, estabelecer um comparativo entre a produção de conhecimento nacional e a internacional poderia responder importantes perguntas como: A pesquisa sobre gordofobia, no contexto nacional, se encontra em estágio iniciante em comparação com a produção de conhecimento internacional? A academia brasileira tem abarcado essa temática de forma pioneira? Essa abordagem permitiria um entendimento mais abrangente da temática. Todas essas limitações indicam que, embora a RSL realizada no presente estudo tenha fornecido contribuições importantes, existem possibilidades de aprimoramento em revisões sistemáticas de literatura sobre a gordofobia.

Por fim, baseado em tudo que foi discutido ao longo desta pesquisa, pode-se concluir que estamos todos, sociedade civil e Estado, diante de um grande e complexo desafio: Quebrar as muitas barreiras estruturais, sociais, culturais, econômicas, ideológicas, físicas que impedem pessoas com corpos gordos de exercerem sua cidadania plena. Lutar por direitos, ocupar espaços sociais como ato de resistência, fomentar debates multidisciplinares, visto que a gordofobia não pode ser abordada a partir de uma única perspectiva, são alguns dos importantes caminhos que podem – e que precisam – ser percorridos na luta antigordofobia. Além disso, é preciso reivindicar uma atuação articulada do poder público, envolvendo a formulação de políticas públicas de diversas áreas como saúde, educação, cultura e acessibilidade, por exemplo, para que corpos gordos possam ocupar todos os espaços sociais. Diante de tamanho desafio, esta pesquisa não representa um desfecho, mas sim um ponto de partida para uma luta cujo caminho é longo, complexo e contínuo.

## REFERÊNCIAS

ABESO – Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica; SBEM – Sociedade Brasileira de Metabologia e Endocrinologia. **Obesidade Controlada [E-book]**, 2023. Disponível em: <[https://abeso.org.br/wp-content/uploads/2023/12/Ebook\\_Obesidade\\_Controlada.pdf](https://abeso.org.br/wp-content/uploads/2023/12/Ebook_Obesidade_Controlada.pdf)>. Acesso em: 27 abril 2024.

ABESO – Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica; SBEM – Sociedade Brasileira de Metabologia e Endocrinologia. **Obesidade e Gordofobia: Percepções 2022 – Pesquisa Dia Mundial da Obesidade**. São Paulo, 2022. Disponível em: <[https://abeso.org.br/wp-content/uploads/2022/06/ebook\\_gordofobia-1.pdf](https://abeso.org.br/wp-content/uploads/2022/06/ebook_gordofobia-1.pdf)>. Acesso em: 8 maio 2023.

ABESO – Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica. **Manifesto Obesidade: Cuidar de Todas as Formas**. São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://abeso.org.br/manifesto-obesidade-cuidar-de-todas-as-formas/>>. Acesso em: 8 maio 2023.

AIRES, Aliana. **De gorda a plus size: a moda do tamanho grande**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2019.

ARANDAS, Luciana Pionório Rocha de. **A emergência de uma sociologia gorda como uma sociologia do transborde: implicações das corporalidades gordas para o pensamento contemporâneo**. Orientador: Simone Magalhães Brito. 2023. Tese de doutorado (Programa de Pós Graduação em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

ARRUDA, Agnes. **O peso e a mídia: uma autoetnografia da gordofobia sob o olhar da complexidade**. Tese doutorado. Orientador: Dr. Jorge Miklos. 2019. 116 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Paulista, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.unip.br/comunicacao-dissertacoes-teses/o-peso-e-a-midia-uma-autoetnografia-da-gordofobia-sob-o-olhar-da-complexidade/>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ARRUDA, Agnes. **Pequeno dicionário antigordofóbico: gorda não é palavrão!**. Votorantim, SP: Editora Provocare, 2022.

BAND BAHIA. Médico receita cadeado a paciente que queria emagrecer. Youtube, 12 de novembro de 2012. 2min31s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tdKVPLzUYA8>>. Acesso em: 2 abril 2024.

BARNARD, Malcolm. **Moda e Comunicação**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 6450, de 2019. **Estabelece a obrigatoriedade de os estabelecimentos de ensino disponibilizarem assentos apropriados aos estudantes obesos**. Brasília, Distrito Federal, 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2234138>> Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 7914, de 2019. **Altera a Lei nº 9.656, de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", para obrigar o atendimento aos portadores de obesidade mórbida**. Brasília, Distrito Federal, 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=622031>> Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 15 junho 2023.

BRASIL. Decreto nº 9.404, de 11 de junho de 2018. **Altera o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, para dispor sobre a reserva de espaços e assentos em teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares para pessoas com deficiência, em conformidade com o art. 44 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, Distrito

Federal, 12 jun. 2018. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9404.ht](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9404.ht)>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico: volume 55**, n. 7. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2024/boletim-epidemiologico-volume-55-no-07.pdf/view>>. Acesso em: 17 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O que significa ter saúde**. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/eu-quero-me-exercitar/noticias/2021o-que-significa-ter-saude>>. Acesso em: 10 agosto 2023.

BRASIL. Lei n.º 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências**. Brasília, 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm)>. Acesso em: 16 maio 2024.

BRASIL. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. **Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, Distrito Federal, 8 de nov. de 2000. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L10048.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10048.htm)>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, Distrito Federal, 6 de jul. 2015. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)>. Acesso em: 21 jul. 2024.

BRASIL, Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. **Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying)**. Brasília, 2015.

BRASIL. Projeto de Lei nº 4804, de 2019. **Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para garantir assentos especiais no transporte público para pessoas com deficiência e com obesidade mórbida**. Brasil: Senado Federal, 2019. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/138508>>. Acesso em: 21 jul. 2024.

BRASIL. Projeto de Lei nº 3295, de 2023. **Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória no transporte aéreo regular doméstico a disponibilização de assentos com dimensões especiais**. Brasil: Senado Federal, 2023 (a). Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9400952&ts=1702490391717&disposition=inline>>. Acesso em: 21 jul. 2024.

BRASIL. Projeto de Lei nº 5586, de 2023. **Institui o Estatuto da Pessoa com Obesidade, com foco na promoção da inclusão, proteção da saúde e dos direitos, tratamento adequado, combate ao bullying, assistência social e inserção no mercado de trabalho**. Brasil: Senado Federal, 2023 (b). Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/161162>>. Acesso em: 22 jun. 2024.

BRASIL. Projeto de Lei nº 3526, de 2020. **Obriga os estabelecimentos de saúde a disponibilizarem equipamentos médico-assistenciais adequados ao atendimento da pessoa obesa**. Brasil: Senado Federal, 2020 (a). Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/143035>>. Acesso em: 11 jan. 2024.

BRASIL. Projeto de Lei nº 3461, de 2020. **Proíbe cobrança adicional de pessoas obesas em transportes e em eventos culturais e tipifica a discriminação nesses contextos**. Brasil: Senado Federal, 2020 (b). Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/142743>>. Acesso em: 11 jan. 2024.

BÜTTNER, Ana Julia; STREHLAU, Suzane. O desafio do consumidor de moda Plus Size no Brasil e Estados Unidos: um estudo bibliométrico. **Revista Administração em Diálogo**, RAD, v. 24, n.1, pp. 8-24. DOI: <<http://dx.doi.org/10.23925/2178-0080.2022v24i1.51216>>. Acesso em: 21 março 2024.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ. Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição – LACCOS, Universidade Federal de Santa

Catarina, 2013. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>. Acesso em: 12 dez. 2024.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Formulação de Políticas Públicas**. Brasília: Enap, 2018.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt; BRASIL, Felipe Gonçalves. **Prioridades em políticas públicas: Mensagens ao Congresso Nacional na agenda governamental 1991/2020**. Revista de Sociologia e Política, v.30, e017, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1678-98732230e017>>. Acesso em: 30 mar. 2023.

CARNEIRO, Dayana. Pesquisa gordofobia e mercado de trabalho no contexto brasileiro: resultados preliminares. In: I Congresso Pesquisa Gordas: ativismo, estudo e arte, 2022. **Anais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2022. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/congressopesquisagorda2022/511427-pesquisa-gordofobia-e-mercado-de-trabalho-no-contexto-brasileiro--resultados-preliminares/>>. Acesso em: 1 maio 2023.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

CONJUR, Consultor Jurídico. **Desembargador condena loja que exigia perda de peso de funcionária**. Conjur, [publicado em 14 de março de 2021]. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2021-mar-14/desembargador-condena-loja-exigia-perda-peso-funcionaria/>>. Acesso em: 11 março 2024.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Código de Ética Médica**. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 2019. Disponível em: <https://cem.cfm.org.br> Acesso em: 3 abril 2024.

DARÓS, Patrícia Voltarel. **GORDOFOBIA: denúncias, anúncios e potências dos corpos gordos femininos sob a perspectiva da Educação Popular**. Orientador: Renato Kraide Soffner. 2022. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Americana, 2022.

DONATO, Helena; DONATO, Mariana. Etapas na Condução de uma Revisão Sistemática. **Revista Científica da Ordem dos Médicos**. Lisboa, Portugal, 32(3), p. 227-235, mar. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.20344/amp.11923>>. Acesso em: 19 maio 2023.

ERNER, Guillaume. **Vítimas da moda: como a criamos, por que a seguimos**. 1.ed. - São Paulo: Senac, 2005.

ESTIVALETI, José; GUZMAN-HABINGER, Juan; LOBOS, Javiera *et al.* Time trends and projected obesity epidemic in Brazilian adults between 2006 and 2030. **Scientific Reports** 12, 12699, 2022. DOI <<https://doi.org/10.1038/s41598-022-16934-5>>. Acesso em: 5 jul. 2023.

GOFFMAN, Erving. **Estigma - Notas sobre a Manipulação da Identidade deteriorada**. 4. ed. Brasil: LTC, 2004.

GOLDENBERG, Mirian. **O corpo como capital: gênero, sexualidade e moda na cultura brasileira**. 2.ed. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010.

G1. **Mulher fica presa na roleta de ônibus em Guarapari e é retirada pelos bombeiros**. 31 de dezembro de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2020/01/11/tenho-vergonha-de-sair-de-casa-diz-mulher-que-ficou-presa-em-roleta-de-onibus-em-guarapari.ghtml>>. Acesso em: 12 abril 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Segurança alimentar 2023**. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102084.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024

ISAPS – International Society of Aesthetic Plastic Surgery. **2024 ISAPS International Survey on Aesthetic/Cosmetic Procedures Performed in 2023**. Nova York, EUA, 2024. Disponível em: <[www.isaps.org/discover/media-centre/](http://www.isaps.org/discover/media-centre/)>. Acesso em: 25 jun. 2024.

JIMENEZ, Maria Luiza. **Lute como uma gorda**. São Paulo: Jandaíra, 2022.

JIMENEZ, Maria Luiza. **Lute como uma gorda: gordofobia, resistências e ativismos**. Orientadora: Juliana Abonizio. 2020. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2020.

JIMENEZ, Maria Luiza. Mulheres gordas: gordofobia e falta de acessibilidade como questão moral. In: V Seminário Internacional Desfazendo Gênero, 2021. **Anais**. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/79122>>. Acesso em: 29 maio 2023.

JIMENEZ, Maria Luiza; ARRUDA, Agnes de Sousa; SILVA, Marcelle Jacinto da. Feminismo Gordo: epistemologias, saúde e mídia. **CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, João Pessoa, v.1, n. 28, p. 38-64, jan./jun. 2022. DOI: <<https://doi.org/10.46906/caos.n28.61954.p38-64>>. Acesso em: 5 maio 2023.

JIMENEZ, Maria Luiza; SILVA, Marcelle. Feminismo gordo: sexo, desejo e prazeres revolucionários. **Revista Ártemis**, v. 31, n. 1, p. 322-335, jan./jun. 2021. DOI: <<https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2021v31n1.54089>>. Acesso em: 2 maio 2024.

KINGDON, John Wells. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. 3ª. ed. New York: Harper Collins, 2003.

KRISTEVA, Julia. **Powers of Horror: an essay on abjection**. New York: Columbia University Press, 1982.

MATTOS, Rafael; LUZ, Madel. Sobrevivendo ao estigma da gordura: um estudo socioantropológico sobre obesidade. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n.2, p. 489–507, 2009. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000200014>>. Acesso em: 6 maio 2023.

LEMES, Renan Monezi; CANUTO, Sanny Kellen Anjos Cavalcante; SILVA, Rodrigo de Santana. Tire seus padrões do meu corpo: a dinâmica complexa de discursos de resistência no Instagram. **Travessias**, v.16, n.1, pp. 11-29, 2022. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=702073192003>>. Acesso em: 4 abril 2024.

MINAS GERAIS. Assembleia legislativa. **Projeto de Lei n. 352/2023**. Dispõe sobre a implantação de medidas de proteção e de inclusão da pessoa gorda nos espaços públicos e privados do estado de Minas Gerais e institui o Dia Estadual do Combate à Gordofobia. Minas Gerais: Assembleia Legislativa MG, 08 março 2023. Disponível em: <<https://aic.org.br/uploads/2023/03/PL-3522023-Minas-Gerais-Combate-a-gordofobia.pdf>>. Acesso em: 25 fevereiro 2024.

NEHME, Juliana. [Sem título]. 4 dez. 2022. **Instagram: @huliananehme**. Disponível em: <<https://www.instagram.com/reel/ClxNUbADonZ/>>. Acesso em: 18 abril 2024.

NUT, Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos. **Revista NUTurbano digital**, Brasília, volume 67, jan/fev. 2024. Disponível em: <<https://ntu.org.br/novo/ListaPublicacoes.aspx?idArea=9&idSegundoNivel=30>>. Acesso em: 14 abril 2024

OLIVEIRA, Marluce Souza de. **CORPOS GORDOS EM CENA Encontros embriagados na construção de uma personagem rodriguiana**. Orientador: Miguel de Santa Brígida. 2015. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Artes) - Instituto de Ciências da Arte - Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948. Disponível em: <<https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>>. Acesso em: 2 setembro 2023.

PAIM, Marina. **Gordofobia faz mal à saúde: relatos de gordofobia nos serviços de saúde e precarização do cuidado em saúde das pessoas gordas**. Orientador: Dr. Douglas Kovaleski. 2022. 255 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/234852/PGSC0313-T.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

PAIM, Marina Bastos; KOVALESKI, Douglas Francisco; SELAU, Bruna Lima. Compreendendo o termo gordofobia médica a partir da perspectiva de pessoas gordas. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.33, n.1, p. 1-14, 2024. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902024220842pt>>. Acesso em: 3 abril 2024.

PARÁ. Lei nº 9.587, de 11 de maio de 2022. **Institui o Dia Estadual de Conscientização e Combate à Gordofobia no Estado do Pará**. Assembleia Legislativa do Estado do Pará, 2022. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/pa/lei-ordinaria-n-9587-2022-para-institui-o-dia-estadual-de-conscientizacao-e-combate-a-gordofobia-no-es>>. Acesso em: 1 ago. 2024.

PEIRANO, Mariza. **A Favor da Etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PEREIRA, Mayara Custódio. **Gordofobia: a discriminação baseada no peso**. São Paulo: Editora Dialética, 2023.

PERNAMBUCO. Lei Ordinária nº 17.781, de 10 de maio 2022. **Altera a Lei nº 13.995, de 22 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate ao bullying escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas e privadas de educação básica do Estado de Pernambuco e dá outras providências, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Alberto Feitosa, a fim de acrescentar a importância da conscientização sobre os riscos da prática de gordofobia dentro dos estabelecimentos de ensino**. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2022. Disponível em: <<https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=63050&tipo=>>. Acesso em: 1 ago. 2024.

POULAIN, Jean-Pierre. **Sociologia da obesidade**. São Paulo: Editora Senac, 2013.

RAPOSO, Leila. Gordescritas: epistemologias literárias dissidentes. In: I Congresso Pesquisa Gordá: ativismo, estudo e arte, 2022. **Anais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2022. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/congressopesquisagorda2022/517064-gordescritas--epistemologias-literarias-dissidentes/>>. Acesso em: 6 maio 2023.

REZENDE, Thamiris. **Mapeamento da Gordofobia no Brasil**. Brasil, 2022. Disponível em: <<https://sinapse.gife.org.br/download/mapeamento-da-gordofobia-no-brasil/>>. Acesso em: 7 março 2024.

RIGO, L. C.; SANTOLIN, C. B. Combate à obesidade: uma análise da legislação brasileira. **Movimento**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 279–296, 2012. DOI: 10.22456/1982-8918.20867. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/20867/>>. Acesso em: 6 jun. 2024.

ROEVER, Leonardo. Compreendendo os estudos de revisão sistemática. **Rev. Soc. Bras. Clín. Méd.** Uberlândia, 15(2), p.127-130, abril/junho, 2017. Disponível em: <<https://www.sbcm.org.br/ojs3/index.php/rsbcm/article/view/276/>>. Acesso em: 10 fev. 2024.

RORAIMA. Lei ordinária nº 1.580, de 13 de dezembro de 2021. **Inclui no calendário oficial do Estado de Roraima o Dia Estadual de Combate à Gordofobia**. Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, 2021. Disponível em: <<https://sapl.al.rr.leg.br/ta/1621/text?>>. Acesso em: 1 ago. 2024.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**. São Carlos, v. 11, n.1, p.83-89, jan./fev. 2007. Disponível em: <<https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/689/>>. Acesso em: 19 maio 2023.

SÃO PAULO. Projeto de Lei nº 601/2023. **Proíbe o uso do termo “gordofobia” ou correlatos em documentos oficiais do Estado de São Paulo**. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2023. Disponível em: <<https://sts.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000487347/>>. Acesso em: 1 ago. 2024.

SECCHI, Leonardo. 2011. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 1ª ed. São Paulo: Cengage Learnig.

SELLMER, Lais. Meu corpo, meu eu. In: I Congresso Pesquisa Gordá: ativismo, estudo e arte, 2022. **Anais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2022. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/congressopesquisagorda2022/504645-meu-corpo-meu-eu/>>. Acesso em: 6 maio 2023.

SGARBI, Barbara. Moda Plus Size Brasileira Feminina: uma análise do cenário contemporâneo. In: Congresso Internacional em Comunicação e Consumo, 2018. **Anais**. São Paulo: PPGCOM ESPM, 2018. Disponível em: <[https://anais-comunicon.espm.br/GTs/GTGRAD/GT12/GTGRADUACAO\\_SGARBI.pdf/>](https://anais-comunicon.espm.br/GTs/GTGRAD/GT12/GTGRADUACAO_SGARBI.pdf/>). Acesso em: 4 abr. 2023.

SIDDAWAY, Andy; WOOD, Alex; HEDGES, Larry. How to Do a Systematic Review: A Best Practice Guide for Conducting and Reporting Narrative Reviews, Meta-Analyses, and Meta-Syntheses. **Annu. Rev. Psychol.**, v. 70, p. 747–770, jan. 2019. DOI: <[10.1146/annurev-psych-010418-102803/>](https://doi.org/10.1146/annurev-psych-010418-102803/>). Acesso em: 24 jul. 2024.

SILVA, Lara Estrela Balbo. **A indenização por danos morais nos casos de gordofobia**: um estudo do entendimento do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo. Orientador: Me. Victor Luiz Pereira de Andrade. 2022. 116 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado – Direito) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Franca, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/search?query=Lara%20Estrela%20Balbo%20silva>>. Acesso em: 20 março 2024.

SOARES, Samara Sousa Diniz; STENGEL, Márcia. **Netnografia e a pesquisa científica na internet**. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 32, e200066, p. 1-11, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e200066> Acesso em: 11 jan. 2025.

SOARES, Wilker Ramos. “A escola foi o lugar mais tóxico para meu corpo transitar”: autoetnografia de um corpo gordo na escola. In: Anais do Simpósio Internacional de Ensino de Língua, Literatura e Interculturalidades (SIELLI) e Encontro de Letras, 2021. **Anais**. Goiás: UEG, 2021. Disponível em: <<https://www.anais.ueg.br/index.php/sielli/article/view/14985>>. Acesso em: 12 fevereiro 2024.

SOUZA, Bárbara Pavei. O Movimento Plus Size e o Corpo. **ModaPalavra e-periódico**, Florianópolis, v. 12, n. 26, pp. 68-91, out./dez. 2019. DOI: <<https://doi.org/10.5965/1982615x12262019068>>. Acesso em: 2 mar. 2023.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SUBIRATS, Joan. **Definición del Problema. Relevância pública y formación de la agenda de actuación de los poderes públicos**. In.: SARAIVA, E; FERRAREZI, E. Políticas públicas; coletânea. Brasília: ENAP, 2006.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Violência escolar e bullying: relatório sobre a situação mundial**. – Brasília: UNESCO, 2019. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368092>>. Acesso em: 14 março 2024.

VAZ, Paulo; SANCHOTENE, Nicole; SANTOS, Amanda. “Gorda, sim! Maravilhosa, também!”: Corpo, desejo e autenticidade em testemunhos de vítimas de gordofobia no YouTube. **Lumina**. v.12, n.2, p.99-117, mai./ago., 2018. DOI: <<https://doi.org/10.34019/1981-4070.2018.v12.21518>>. Acesso em: 9 maio 2023.

VIGITEL BRASIL 2023. **Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico**: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2023. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigitel>>. Acesso em: 10 dezembro 2023.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres** / Naomi Wolf; tradução Waldéa Barcellos. – 16ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – ranking das 50 primeiras palavras dos títulos – corpus “artigos científicos”

Palavra	Frequência
Obesidade	8
Gordo	8
Mulher	7
Estigma	6
Peso	5
Corpo	5
Obeso	4
Ao	4
Saúde	3
representações sociais	3
plus size	3
peso corporal	3
novo	3
gordofobia	3
experiência	3
estudo	3
dito	3
discurso	3
discriminação	3
análise	3
vivência	2
sobrepeso	2
significado	2
sentido	2
revisão	2
relacionar	2
processo	2
preconceito	2
percepção	2
partir	2
não	2
médico	2
intervenção	2
emagrecimento	2
cotidiano	2
consumo	2
cirurgia bariátrica	2
abordagem	2
viver	1
vida	1
vestuário	1
tênu	1
tratamento	1
transtornos alimentares	1
trajetória	1
tirar	1
termo	1
só	1
sujeitar	1
subjetivação	1

**APÊNDICE B** – *ranking* das 50 primeiras palavras-chaves – corpus “artigos científicos”

<b>Palavra</b>	<b>Frequência</b>
obesidade	24
estigma	8
corpo	6
gordofobia	5
gordo	5
estigma social	5
saúde	4
peso	4
representações sociais	3
preconceito	3
plus size	3
mulher	3
imagem corporal	3
educação	3
discriminação	3
sobrepeso	2
pesquisa	2
nutricionista	2
nervoso	2
mídia	2
moda	2
intervenção	2
informação	2
discurso	2
consumo	2
cirurgia bariátrica	2
aprendizagem	2
violência institucional	1
tratamento	1
transtornos psicológicos	1
transtorno alimentar	1
teórico	1
terapêutico	1
teoria	1
televisão	1
subjetividade	1
sociocultural	1
sistema	1
resistência	1
representação	1
relação	1
relacionar	1
redução	1
redes sociais	1
qualitativo	1
publicidade	1
prático	1
promoção da saúde	1
problematização	1
problema	1

**APÊNDICE C – Cruzamento de variáveis – Qualis, Periódico, Ano e Frequência de Publicação**

<b>Qualis</b>	<b>Periódico</b>	<b>Ano</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
<b>A1</b>	Ciência & Saúde Coletiva	2014	1	
	Ciência & Saúde Coletiva	2015	1	
	Psicologia: Teoria e Prática	2018	1	
	Psicologia em Estudo	2018	1	
	Cadernos de Saúde Pública	2018	1	
	Estudos Feministas	2020	1	
	Estudos Feministas	2022	1	
	Linguagem em (Dis)curso	2022	1	
	Estudos de Psicologia	2023	1	
		<b>total</b>		<b>9</b>
<b>A2</b>	Estudos e Pesquisas em Psicologia	2016	1	
	Estudos e Pesquisas em Psicologia	2017	1	
	Organizações & Sociedade	2017	1	
	Psicologia & Sociedade	2017	1	
	Linhas Críticas	2018	1	
	Psicologia: Ciência e Profissão	2020	1	
	Famecos: mídia, cultura e tecnologia	2022	1	
	Em Questão	2024	1	
	<b>total</b>		<b>8</b>	<b>22.2%</b>
<b>A3</b>	Subjetividades	2014	1	
	Saúde e Sociedade	2016	1	
	Revista Brasileira de Marketing	2018	1	
	Revista Eletrônica de Administração	2018	1	
	Saúde e Sociedade	2020	1	
	Saúde e Sociedade	2020	1	
	Travessias	2021	1	
	Travessias	2022	1	
	Interface - Comunicação, Saúde, Educação	2023	1	
	Physis: Revista de Saúde Coletiva	2023	1	
	Saúde e Sociedade	2024	1	
	Physis: Revista de Saúde Coletiva	2024	1	
	<b>total</b>		<b>12</b>	<b>33.3%</b>
<b>A4</b>	Administração em Diálogo	2018	1	
	Revista Brasileira de Enfermagem	2020	1	
	Revista de Administração da UFSM	2023	1	
		<b>total</b>		<b>3</b>
<b>B1</b>	Escola Anna Nery Revista de Enfermagem	2015	1	
	Revista Brasileira de Ciências do Esporte	2016	1	
	Revista Brasileira de Educação Médica	2022	1	
	Revista Brasileira de Educação Médica	2023	1	
		<b>total</b>		<b>4</b>
<b>A1/A2/A3/A4/B1</b>		<b>total</b>	<b>36</b>	<b>100%</b>

**APÊNDICE D – Cruzamento de variáveis – Nome do Artigo, tipo de pesquisa e método de coleta de dados corpus “artigos científicos” (continua)**

<b>Título do artigo</b>	<b>Tipo de pesquisa</b>	<b>Método de coleta de dados</b>
Discriminação baseada no peso: representações sociais de internautas sobre a gordofobia	documental	análise documental (mídias sociais digitais)
Estereótipos e estigma de obesos em propagandas com apelos de humor	documental	análise documental (material midiático)
	pesquisa de campo	grupo focal
Tire seus padrões do meu corpo: a dinâmica complexa de discursos de resistência no Instagram	documental	análise documental (mídias sociais digitais)
Obesidade e organizações: uma agenda de pesquisa	bibliográfica	revisão de literatura
Da gorda ao padre: as marcas do estigma em dois contos de amar é crime, de Marcelino Freire	documental	análise documental (análise literária)
O corpo do/no discurso midiático das dietas: efeitos do novo e da novidade	documental	análise documental (material midiático)
Objetificação da mulher: implicações de gênero na iminência da cirurgia bariátrica	pesquisa de campo	estudo clínico / roda de conversa
Sobrepeso e controle de peso: pensamento leigo e suas dimensões normativas	pesquisa de campo	entrevistas semidiretivas
Sofrimento e preconceito: trajetórias percorridas por nutricionistas obesas em busca do emagrecimento	pesquisa de campo	entrevistas semiestruturadas / diário de campo
Moda “Só para Maiores”: Experiência de Consumo de Pessoas Obesas em Lojas Especializadas de Vestuário Plus Size	pesquisa de campo	entrevistas semiestruturadas
O "olhar preconceituoso": Representações sociais sobre fotografias nas redes sociais	documental	análise documental (mídias sociais digitais)
O Peso do Discurso: A Representação da Mulher Plus Size em Campanhas Publicitárias de Lingerie no Brasil	documental	análise documental (campanha publicitária)
O olhar do outro sobre a obesidade: uma aprendizagem sobre a rejeição	pesquisa de campo	relatos biográficos
O outro lado da obesidade: reflexões para uma abordagem sociocultural	documental	análise documental (arquivos públicos)
A construção social dos corpos periféricos	bibliográfica	revisão de literatura
Os discursos de corpo bem dito, mal dito e não dito: uma análise a partir de filmes	documental	análise documental (produções cinematográficas)
Sobrepeso e obesidade na mídia impressa: uma análise retrospectiva na revista Veja	documental	análise documental (acervo virtual de revista)
As vivências de um grupo de pacientes com transtornos alimentares: a relação com o espelho e a imagem corporal	pesquisa de campo	entrevistas semiestruturadas
Percepção de pessoas obesas sobre seu corpo	pesquisa de campo	entrevistas semiestruturadas
Mapeamento de intervenções para redução do estigma da obesidade em profissionais de saúde: desenvolvimento e apresentação da intervenção saúde	bibliográfica	revisão sistemática da literatura
	pesquisa de campo	entrevista semiestruturada

**APÊNDICE D – Cruzamento de variáveis – Nome do Artigo, tipo de pesquisa e método de coleta de dados corpus “artigos científicos” (conclusão)**

<b>Título do artigo</b>	<b>Tipo de pesquisa</b>	<b>Método de coleta de dados</b>
Compreendendo o termo gordofobia médica a partir da perspectiva de pessoas gordas	pesquisa de campo	questionário semiestruturado
O excesso de peso corporal, seus significados e sentidos: os dicionários com a palavra corporal sentidos	documental	análise documental (dicionário)
Consumo de roupas plus size: uma revisão sistemática	bibliográfica	revisão sistemática da literatura
A linha tênue entre a promoção da saúde e a reprodução de discursos gordofóbicos pelos médicos	bibliográfica	revisão de literatura integrativa
A história de uma mulher negra e gorda: cotidiano, afetividade e sexualidade	documental	análise documental (prontuário familiar)
	pesquisa de campo	questionário sociodemográfico / entrevista semiestruturada / diário de campo
“Narrativas de Peso”: relato da experiência de construção de um curso educativo sobre estigma relacionado ao peso corporal e o cuidado em saúde	relato de experiência	registro documental
“Vida nova e um novo jeito de viver”: representações sociais da obesidade e do processo de emagrecimento em mulheres que realizaram cirurgia bariátrica	pesquisa de campo	entrevista semiestruturada
Significados atribuídos pelos docentes às vivências envolvendo direitos humanos no ambiente acadêmico	pesquisa de campo	grupo focal
Não tem cabimento: a negação no processo de subjetivação de sujeitos gordos	documental	análise documental em ambiente digital (mídias sociais digitais)
Análise das diretrizes brasileiras de obesidade: patologização do corpo gordo, abordagem focada na perda de peso e gordofobia	documental	análise documental (arquivos públicos)
“É lá, perto da moça gorda”: estudo qualitativo sobre as percepções de mulheres gordas acerca de seus corpos e discriminações relacionadas ao peso corporal	pesquisa de campo	entrevista semiestruturada
“Imagina ela nua!”: Experiências de mulheres que se autodeclaram gordas	pesquisa de campo	entrevista semiestruturada
Estigma percebido por mulheres com excesso de peso	pesquisa de campo	questionário estruturado / entrevistas semiestruturadas / Observação e registro em contexto clínico
Impacto das Consequências Psicossociais do Estigma do Peso no Tratamento da obesidade: uma Revisão Integrativa da Literatura	bibliográfica	revisão de literatura integrativa
Preconceito relacionado ao peso na conduta nutricional: um estudo com estudantes de nutrição	pesquisa de campo	questionário online / estudo de caso
Gordura, discriminação e classismo: um estudo com jovens de Santiago do Chile	pesquisa de campo	grupo de discussão

**APÊNDICE E – Cruzamento de variáveis – Nome, tipo de estudo, tipo de pesquisa e método de coleta de dados corpus “teses e dissertações da Capes” (continua)**

<b>Título</b>	<b>Tipo</b>	<b>Tipo de pesquisa</b>	<b>Método de coleta de dados</b>
Lute como uma gorda: gordofobia, resistências e ativismos	tese	autoetnográfica	narrativas pessoais / análise de experiências pessoais, culturais e sociais
		netnográfica	observação participante em espaços virtuais / entrevistas online
O peso e a Mídia: uma autoetnografia da gordofobia sob o olhar da complexidade	tese	autoetnográfica	narrativas pessoais / análise de experiências pessoais, culturais e sociais
		documental	análise documental (obras midiáticas)
Gordofobia: uma análise sobre a percepção de discriminação baseada no peso	dissertação	pesquisa de campo	Entrevistas semiestruturadas
O peso do preconceito: cirurgia bariátrica, gordofobia e redes sociais	dissertação	documental	análise documental (mídias sociais digitais)
O ativismo gordo em campo: política, identidade e construção de significados	dissertação	pesquisa de campo	entrevistas presenciais individuais semiestruturadas / grupos focais
		netnográfica	observação participante em espaços virtuais / entrevistas online / diário de campo
		documental	análise documental (materiais midiáticos)
Gordofobia nas redes sociais digitais	dissertação	pesquisa de campo	questionário online aberto/ entrevista semiestruturada
Representações e identidades de mulheres gordas em práticas midiáticas digitais: tensões entre vozes de resistência e vozes hegemônicas	dissertação	documental	análise documental (materiais midiáticos)
Gordofobia: denúncias, anúncios e potências dos corpos gordos femininos sob a perspectiva da Educação Popular	dissertação	autobiográfica	relatos pessoais
Gordofobia em cena: estratégias discursivas contra o preconceito em vídeos do Youtube	dissertação	documental	análise documental (obras midiáticas - vídeos do Youtube)
Peso, Trabalho e Direito: Gordofobia e Direito Antidiscriminatório Trabalhista	dissertação	documental	análise documental (normas jurídicas/ processos judiciais)
O mundo em pandemia: o ócio do isolamento social como reprodutor da gordofobia no Instagram	dissertação	netnográfica	análise de ambiente virtual (redes sociais digitais)
A gordura do ângulo político: da cena política para o debate de mesa, outras narrativas se desenham	dissertação	autoetnográfica	narrativas pessoais/ autorreflexão

**APÊNDICE E – Cruzamento de variáveis – Nome, tipo de estudo, tipo de pesquisa e método de coleta de dados corpus “teses e dissertações da Capes” (continuação)**

<b>Título</b>	<b>Tipo</b>	<b>Tipo de pesquisa</b>	<b>Método de coleta de dados</b>
Políticas de Finamento: gordofobia em espaços de cuidados em saúde	tese	autoetnográfica	experiências e narrativas pessoais
		pesquisa de campo	entrevistas abertas
		documental	análise documental (arquivos públicos)
Para além do osso: o corpo gordo no brasil contemporâneo	dissertação	documental	análise documental (materiais midiáticos)
Tem mais de mim aqui dentro: narrativas de uma atriz gorda sobre o riso na f(r)icção entre o cotidiano e a cena	dissertação	autoetnográfica	experiências e narrativas pessoais
Gordofobia, resistência e ativismo a partir do movimento vai ter gorda em Salvador/BA	dissertação	documental	análise documental (materiais midiáticos)
O corpo real no mundo virtual: ativismo gordo como educação da cultura no ciberespaço	dissertação	netnográfica	observação participante em espaços virtuais
Falas de peso: a (in)visibilidade do corpo gordo na mídia	dissertação	documental	análise documental (materiais midiáticos)
Movimentos Sociais, mercado e internet: O Ativismo Gordo no Brasil	tese	bibliográfica	revisão sistemática de literatura
Gorduras à flor da pele: interlocuções cênicas e audiovisuais atravessadas por um corpo que pulsa	dissertação	documental	análise documental (vídeos e performances artísticas)
É o meu corpo que sustenta as minhas ideias: Corpo, comida e saúde na voz da militância gorda	dissertação	pesquisa de campo	entrevistas semiestruturadas
Gordofobia obstétrica e corporalidades: experiências de gestantes gordas diante dos entendimentos de obesidade	dissertação	etnográfica	interlocuções on-line e presenciais / observação não participante de grupos e fóruns online / diário de campo
Os sentimentos e as representações sociais sobre gordofobia entre pré-adolescentes no contexto escolar de Sidrolândia /MS	dissertação	pesquisa de campo	entrevistas individuais e semiestruturadas/ grupos focais
Corpo gordo, discursividades midiáticas e o fenômeno da gordofobia: uma análise crítico-reflexiva e problematizadora	dissertação	documental	análise documental (produtos midiáticos - plataformas digitais de notícias)
O ativismo gordo: da militância à autoetnografia, da voz à educação	dissertação	autoetnográfica	narrativas pessoais / análise de experiências pessoais, culturais e sociais
Gorda, preta e periférica: uma análise discursivo-crítica do ativismo de Ellen Valias no Instagram	dissertação	documental	análise documental (mídias sociais digitais)
“Corpo todo, corpo gordo, corpo livre”: Thaís Carla, gordofobia, obesidade e redes sociais	dissertação	documental	análise documental (mídias sociais digitais)
Interdependências sociais e disputas no ciberespaço: uma análise do ativismo gordo	dissertação	documental	análise documental (mídias sociais digitais)

**APÊNDICE E – Cruzamento de variáveis – Nome, tipo de estudo, tipo de pesquisa e método de coleta de dados corpus “teses e dissertações da Capes” (continuação)**

<b>Título</b>	<b>Tipo</b>	<b>Tipo de pesquisa</b>	<b>Método de coleta de dados</b>
Representações de mulheres gordas em quadrinhos de autoria feminina da/na Amazônia	dissertação	documental	análise documental (materiais midiáticos)
		pesquisa de campo	entrevistas semiestruturadas individuais / questionários online
O corpo gordo feminino em discursos jornalísticos: uma análise dos pontos de vista e da responsabilidade enunciativa	tese	documental	análise documental (materiais midiáticos - reportagens, notícias e textos jornalísticos)
Análise crítica do discurso e gordofobia médica: representações de mulheres no Twitter e no Instagram	dissertação	documental	análise documental (mídias sociais digitais)
Percepção de profissionais de educação física da região metropolitana de Belém/PA sobre a gordofobia e estilo de vida	dissertação	pesquisa de campo	entrevistas semiestruturadas / questionários fechados
Meu corpo, meu post, minha luta: Ciberativismo gordo e as possibilidades da comunicação contraperformativa feminista no Instagram Brasil	dissertação	documental	análise documental (mídias sociais digitais)
Corporatividade no ensino médio: análise da gordofobia no material didático do estado de São Paulo	dissertação	documental	análise documental (materiais didáticos)
Narrativas sobre o (meu) corpo gordo: estudo autoetnográfico rumo a uma psicologia gorda	tese	autoetnográfica	narrativas pessoais / análise de experiências pessoais, culturais e sociais / autorreflexão / diário pessoal
Identidade da mulher gorda: a gordofobia no livro infantil A chata daquela gorda de Regina Drummond e no romance A gorda de Isabela Figueiredo	dissertação	documental	análise literária
Comunicação e informação no contexto da emancipação feminina? A obesidade e a circulação de sentidos do ativismo gordo e body positive	tese	documental	análise documental (materiais midiáticos / mídias sociais digitais)
Não tem cabimento: corpo e subjetividade no discurso de sujeitos gordos	dissertação	documental	análise documental (mídias sociais digitais)
O peso da vergonha e o corpo gordo dos homens	dissertação	documental	análise documental (fragmentos clínicos)
Finícios: arte-vida gorda em tempos pandêmicos	tese	autoetnográfica	narrativas pessoais/ autorreflexão
As regularidades do corpo gordo feminino em postagens do Instagram	dissertação	documental	análise documental (mídias sociais digitais)
O corpo gordo: diálogos poéticos em Elisa Queiroz e Fernanda Magalhães	dissertação	documental	análise documental (produções artísticas)
Corpas gordas e a construção micropolítica da feminilidade	dissertação	etnográfica	narrativas históricas / observação participante / anotações de campo
		documental	análise documental (fotografias)

**APÊNDICE E – Cruzamento de variáveis – Nome, tipo de estudo, tipo de pesquisa e método de coleta de dados corpus “teses e dissertações da Capes” (continuação)**

<b>Título</b>	<b>Tipo</b>	<b>Tipo de pesquisa</b>	<b>Método de coleta de dados</b>
Ser gordo gay, do Instagram ao pós-pornô: só vulgaridades	dissertação	documental	análise documental (produto midiático, obras e produções artísticas)
		autobiográfica	relatos pessoais
Os discursos de ódio contra o corpo gordo feminino no Instagram: dos estereótipos às resistências	dissertação	documental	análise documental (produtos midiáticos)
Tamanho único: o corpo da mulher gorda na arte contemporânea	dissertação	documental	análise documental (fotografias, vídeos, material artístico-visual)
Corpos gordos em cena encontros embriagados na construção de uma personagem rodriguiana	dissertação	etnopesquisa	memórias / narrativas de vida
		pesquisa de campo	entrevistas abertas/ diário de campo / memória individual
		documental	Análise documental (arquivos particulares - fotos, vídeos) / materiais midiáticos (jornais publicados)
As gordas saem do armário... e entram no closet: interseccionalidade, lugar de fala e empoderamento na configuração das mulheres gordas pela revista Donna	tese	documental	análise documental (material midiático - revista)
Vá para casa e emagreça: narrativas de corpos gordos	dissertação	pesquisa de campo	observação participante/ questionário/ entrevistas semiestruturadas
Configurações subjetivas de uma mulher blogueira gorda: desafiando padrões de corpo ideal na internet	dissertação	documental	análise documental (mídias sociais digitais)
		pesquisa de campo	entrevista aberta / observação participante
Corpo gordo feminino na revista Manequim anos 1990/século XXI	dissertação	documental	análise documental (material midiático - revista)
A marginalização das mulheres gordas nas relações de trabalho em emissoras de televisão de João Pessoa/PB	dissertação	estudo de caso	entrevistas em profundidade / questionário aberto
As representações sociais de corpo feminino gordo na telenovela "Amor à vida"	dissertação	documental	análise documental (material midiático - telenovela)
“Pedagogas” body positive: analisando representações de corpo gordo no Youtube	dissertação	documental	análise documental (produtos midiáticos e documentos audiovisuais)
Autoaceitação Corporal e o Sacrifício Percebido no Consumo por Pessoas Gordas	tese	pesquisa de campo	entrevistas semiestruturadas
De gorda à plus size: a produção biopolítica do corpo nas culturas do consumo – entre Brasil e EUA	tese	documental	análise documental (obras publicitárias)

**APÊNDICE E – Cruzamento de variáveis – Nome, tipo de estudo, tipo de pesquisa e método de coleta de dados corpus “teses e dissertações da Capes” (conclusão)**

<b>Título</b>	<b>Tipo</b>	<b>Tipo de pesquisa</b>	<b>Método de coleta de dados</b>
Só a água sustenta o nosso peso	dissertação	bibliográfica	revisão de literatura
Meu corpo, minha arte: (des)construção de imaginários através da poética	dissertação	autoetnográfica	autobiografia / análise de experiências pessoais, culturais e sociais
		pesquisa de campo	entrevista estruturada
O peso de ser o que se é: a representação do corpo feminino gordo na perspectiva da gravura no campo ampliado	dissertação	autoetnográfica	autobiografia / análise de experiências pessoais, culturais e sociais
		documental	análise iconográfica
O corpo nos poemas de The Fat Black Woman, de Grace Nichols: pós-colonialismo e carnavalização	dissertação	documental	análise literária
Um corpo no mundo: as subjetividades discursivas no relato de empoderamento de uma mulher gorda através do feminismo	dissertação	documental	análise literária / análise documental (mídias sociais digitais)
Modelo explicativo do preconceito contra pessoas gordas	tese	bibliográfica	revisão sistemática de literatura
		pesquisa de campo	questionário sociodemográfico/ questões dissertativas/ questões fechadas
A emergência de uma Sociologia Gorda como uma Sociologia do Transborde	tese	netnográfica	análise de ambiente virtual (redes sociais digitais)
Representações do estigma do peso por estudantes de nutrição	dissertação	bibliográfica	revisão sistemática de literatura
		pesquisa de campo	entrevistas individuais semiestruturadas
Significados da obesidade na perspectiva dos usuários da atenção primária à saúde de Palmas-TO	dissertação	estudo de caso	entrevistas individuais semiestruturadas
Abordagem Mapeamento de Intervenções: Desenvolvimento e Avaliação de um Programa para Redução do Estigma da Obesidade em Profissionais de Saúde	tese	bibliográfica	revisão sistemática de literatura
		pesquisa de campo	entrevistas semiestruturada / grupos focais

**APÊNDICE F – ranking das 50 primeiras palavras dos títulos – corpus “teses e dissertações”**

<b>Palavra</b>	<b>Frequência</b>
gordo	22
gordofobia	18
corpo	16
corpo gordo	12
peso	9
feminino	9
instagram	7
análise	7
representação	6
ativismo gordo	6
obesidade	5
voz	4
saúde	4
resistência	4
narrativo	4
mulheres gordas	4
educação	4
discurso	4
construção	4
como	4
cena	4
brasil	4
vida	3
redes sociais	3
preconceito	3
perspectiva	3
mundo	3
mulher gorda	3
mulher	3
identidade	3
discursivo	3
corpos gordos	3
ativismo	3
arte	3
youtube	2
só	2
sustentar	2
subjetividade	2
sociologia	2
social	2
significado	2
revista	2
representações sociais	2
pó	2
poético	2
político	2
política	2
percepção	2
mídia	2
militância	2

**APÊNDICE G** – *ranking* das 50 primeiras palavras dos resumos – corpus “teses e dissertações”

<b>Palavra</b>	<b>Frequência</b>
como	291
corpo	199
gordo	172
pesquisa	119
gordofobia	109
análise	92
estudo	91
corpo gordo	88
peessoa	75
partir	74
ao	74
social	73
discurso	67
saúde	59
meio	58
não	54
mulher	52
trabalho	50
obesidade	50
também	48
relação	45
compreender	45
assim	45
feminino	44
sociedade	43
forma	43
vida	42
questão	42
preconceito	42
peso	42
analisar	42
representação	41
objetivo	41
padrão	39
realizar	38
mais	38
apresentar	38
gordura	37
corpos gordos	35
considerar	35
presente	34
utilizar	33
sentido	33
redes sociais	33
físico	33
processo	31
corporal	31
bem	31
beleza	31
além	31

**APÊNDICE H** – *ranking* das 50 primeiras palavras-chaves – corpus “teses e dissertações”

<b>Palavra</b>	<b>Frequência</b>
gordofobia	33
corpo gordo	18
gordo	17
corpo	15
arte	10
obesidade	9
discurso	7
saúde	6
estigma	6
educação	6
estudo	5
análise	5
social	4
redes sociais	4
preconceito de peso	4
mídia	4
mulher	4
gênero	4
fat studies	4
ativismo gordo	4
revista	3
representações sociais	3
preconceito	3
mulheres gordas	3
mulher gorda	3
feminismo	3
feminino	3
cultural	3
crítica	3
consumo	3
autoetnografia	3
antropologia	3
youtube	2
vídeo	2
visual	2
vida	2
subjetividade	2
sociologia	2
significado	2
representação	2
pó	2
processo	2
poético	2
plus size	2
online	2
modelo	2
moda	2
lugar de fala	2
intervenção	2
interseccionalidade	2